



CÂMARA DE ATIVIDADES MINERÁRIAS

Ata da 57ª reunião, realizada em 10 de março de 2020

1 Em 10 de março de 2020, reuniu-se extraordinariamente a Câmara de Atividades
2 Minerárias (CMI) do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), na sede
3 da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
4 (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os seguintes conselheiros titulares e
5 suplentes: o presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão, representante da SEMAD.
6 Representantes do poder público: Maria Eugênia Monteiro, da Secretaria de
7 Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); Verônica Ildelfonso Cunha
8 Coutinho, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Henrique Oliveira
9 Carvalho, da Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social
10 (Sedese); Paulo Eugênio de Oliveira, da Companhia de Desenvolvimento
11 Econômico de Minas Gerais (Codemig); Enio Marcus Brandão Fonseca, do
12 Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
13 (Ibama); Claudinei Oliveira Cruz, da Agência Nacional de Mineração (ANM).
14 Representantes da sociedade civil: João Carlos de Melo, do Instituto Brasileiro de
15 Mineração (Ibram); Denise Bernardes Couto, do Sindicato da Indústria Mineral do
16 Estado de Minas Gerais (Sindiextra); Haenderson Sena, da Federação das
17 Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais
18 (Federaminas); Evandro Carrusca de Oliveira, do Centro Federal de Educação
19 Tecnológica de Minas Gerais (Cefet-MG); Newton Reis de Oliveira Luz, do
20 Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea). **Assuntos em pauta. 1)**
21 **EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional
22 Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão declarou
23 aberta a 57ª reunião da Câmara de Atividades Minerárias. “Na reunião passada,
24 nós agradecemos este Conselho imaginando que seria a última reunião do ano,
25 mas nós temos mais uma. Esta com certeza será a última reunião deste Conselho,
26 pelo menos para alguns dos senhores. Então eu quero ratificar o meu
27 agradecimento feito na reunião passada pelo aprendizado que foi com os
28 senhores durante esses três últimos anos.” **3) COMUNICADOS DOS**
29 **CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Conselheiro João Carlos de Melo: “Eu
30 queria, em nome do Ibram, agradecer toda essa participação, notadamente, à
31 própria SEMAD, à própria estrutura da qual viemos participando ao longo de todo
32 esse período. Eu tenho uma pequena mensagem que eu gostaria de ler neste
33 momento: ‘Como até o momento, nós não recebemos a indicação da SEMAD para
34 compormos esta Câmara de Mineração no próximo biênio, entendemos que esta
35 será a última reunião a contar com a participação efetiva do Instituto Brasileiro de
36 Mineração (Ibram) nesta Câmara. A data de hoje, com todo o respeito aos que
37 assim decidiram por não incluir este legítimo representante institucional das

38 empresas de mineração de Minas Gerais e do Brasil nesta Câmara Técnica, onde
39 são discutidos todos os processos do nosso setor, representa, na visão do Ibram,
40 um retrocesso por alijar das importantes discussões e decisões este Instituto,
41 presente nesta Câmara desde da sua fundação. O Ibram sempre evidenciou a
42 importância de se fazer presente e ser voz ativa nas diversas representações,
43 notadamente naquelas ligadas ao poder público. Desde seu início, o Instituto tem
44 participado das Câmaras constituintes do Sistema Estadual de Meio Ambiente e
45 Recursos Hídricos (Sisema), sendo, até esta data, integrante ativo do Plenário do
46 COPAM, da Câmara Normativa e Recursal (CNR) e da Câmara de Atividades
47 Minerárias (CMI). O Ibram realizou recentemente mudanças no seu estatuto e
48 regimento interno. Em abril de 2019, anunciou a mudança da sede do Instituto
49 para Belo Horizonte para estar mais próximo dos seus associados e da sociedade
50 e poder atuar de forma estruturada na busca de soluções para uma mineração
51 mais sustentável. Em setembro de 2019, assinou termo de cooperação com a
52 Associação Canadense de Mineração (MAC) para a implementação no Brasil do
53 TSM - Rumo a uma Mineração Sustentável e também tornou pública uma carta
54 perante a sociedade brasileira onde são assumidos compromissos em 12
55 temáticas, como água, energia, rejeito, segurança operacional, relacionamento
56 com as comunidades, dentre outras. O Ibram mantém contato permanente com a
57 Agência Nacional de Mineração, Ministério das Minas e Energia e parlamentares.
58 Temos um acordo de cooperação técnica com a Associação dos Municípios
59 Mineradores de Minas Gerais e do Brasil (Amig). O Ibram é a única entidade
60 brasileira que se relaciona com organismos e entidades no exterior. É associado
61 ao ICM (Conselho Internacional de Mineração e Metais), com sede na Inglaterra.
62 O Ibram reforça o seu interesse em continuar contribuindo com os trabalhos da
63 CMI, fará todos os esforços nesse sentido e solicita que esta manifestação conste
64 na ata desta reunião. Em conclusão, o Ibram apresenta seus agradecimentos por
65 tantos anos de harmoniosa e respeitosa convivência mútua e deseja muito
66 sucesso aos trabalhos futuros nesta Câmara.' Esse é o pronunciamento do Ibram,
67 oficial. E meu, pessoal, que estou aqui praticamente há mais de 20 anos
68 participando de uma forma ou de outra. Eu gostaria de agradecer de uma forma
69 bem específica e de uma forma bem equânime por tudo que foi feito e por tudo
70 de que participamos até hoje. O meu muito obrigado. E gostaria de pedir ao
71 presidente desta mesa, Dr. Yuri, que transmitisse esses votos aos demais
72 membros da SEMAD e do COPAM que têm uma participação específica.
73 Obrigado a todos muito." Maria Teresa Viana de Freitas Corujo/Representante da
74 sociedade civil: "Na última reunião da Câmara de Atividades Minerárias, eu não
75 poderia deixar de estar aqui para fazer uso deste momento de 'Assuntos Gerais'
76 para denunciar a gravidade que é a violação da Lei 23.291/2019, que nós, como
77 sociedade, chamamos de Lei Mar de Lama Nunca Mais, que já foi violada por três
78 vezes vindo do próprio Estado, através do governo. Então é bom ter muita gente
79 hoje aqui para saber essa gravidade. Então nós juntamos, a partir de um projeto
80 de iniciativa popular que chegou à Assembleia, quase 60 mil assinaturas por um

81 projeto de lei para ser um marco em relação a barragens de rejeito. Essa lei foi
82 uma pressão enorme porque a Assembleia não queria que se transformasse
83 nesse marco. E depois do rompimento de Brumadinho se conseguiu ter a Lei
84 23.291. Pois o governo e o Estado já violaram por três vezes a Lei Mar de Lama
85 Nunca Mais. Para vocês saberem e registrar em ata, uma minuta de deliberação
86 normativa do próprio secretário de Estado Germano Vieira para estabelecer
87 procedimentos para que a lei funcione, em vários artigos, viola a Lei Mar de Lama
88 Nunca Mais, vinda do secretário de Estado. Tanto é que o parecer de vista do
89 Ministério Público e o parecer de vista da ONG APPA apontam essa violação.
90 Então vocês estão vendo o nível. Um secretário de Estado apresenta uma minuta
91 de uma deliberação normativa violando a própria lei. Está provado, quem quiser
92 ler a minuta, ler o parecer de vista do Ministério Público, o parecer da APPA, e vai
93 ter as provas. E mais duas vezes a lei foi violada, apesar do que aconteceu em
94 Brumadinho e Mariana. Esta Câmara licenciou a Licença de Operação da
95 barragem em Conceição do Mato Dentro, da Anglo American, com comunidades
96 na zona de autossalvamento. E não adiantou se chegar aqui, uma reunião que
97 demorou mais de 12 horas, dizendo isso. Nesta Câmara, quem votou votou a
98 favor dessa Licença de Operação. E a lei veda, com parecer favorável da
99 Advocacia Geral do Estado, com parecer favorável dos técnicos, e a Licença de
100 Operação em Conceição do Mato Dentro foi dada com pessoas na zona de
101 autossalvamento. Ou seja, se naquele alteamento, que foi a licença dada, houver
102 um rompimento, porque começou a receber mais rejeito por causa do alteamento,
103 a culpa está bem clara agora de quem aceitou violar a Lei Mar de Lama. A
104 segunda barragem, com comunidades na zona de autossalvamento, é em
105 Sabará. A Licença de Operação de um alteamento na barragem da mina Cuiabá,
106 mesmo a lei vedando, foi concedida no dia 21 de fevereiro, apesar de tudo que
107 se falou. Então, na minha fala na última reunião desta Câmara de Atividades
108 Minerárias, eu fui conselheira desde o início até abril do ano passado, está
109 registrado em atas, em áudios e em provas de quantas possibilidades de novas
110 tragédias, crimes, impactos a Minas Gerais causados por esta Câmara nas suas
111 decisões, às vezes, poucas vezes, equivocadas, e na maioria das vezes
112 realmente deliberadas. Eu olhei os processos, a maioria deles, a fundo, e hoje
113 vou falar sobre a Morro do Ipê, e vocês vão testemunhar como esse trabalho é
114 feito para a mineração. E é como eu sempre falo, nós não vamos nos calar, nem
115 que seja para ficar registrado, e um dia isso se transformar em justiça, isso se
116 transformar em mudança. Porque de certeza o rompimento em Mariana e em
117 Brumadinho também está atrelado não só às mineradoras, e é o papel feito por
118 cada um dos atores do Estado, sejam eles no Executivo, Legislativo, tudo que
119 estiver envolvido nisso. E eu acho que é violentamente inaceitável que isso
120 continue acontecendo, e os dois itens de pauta hoje mostram isso, que são Morro
121 do Ipê e a questão da Serra da Piedade que foi licenciada em fevereiro do ano
122 passado e que não podia ter sido licenciada. Então eu quero que conste em ata
123 a minha fala, na íntegra, porque essa questão da violação da Lei Mar de Lama

124 Nunca, vinda do próprio governo, do próprio secretário de Estado, das próprias
125 Superintendências Técnicas, da própria AGE, isso é caso de polícia, a meu ver,
126 isso deveria significar prisão, porque está colocando em risco as pessoas, a
127 natureza e o futuro das nossas crianças e de quem vai nascer neste território
128 abençoado que é Minas Gerais. Era essa é a minha fala.” Conselheira Verônica
129 Ildefonso Cunha Coutinho: “Eu só queria fazer um comentário, porque às vezes
130 se colocam as coisas para as pessoas que não estiveram presentes na outra
131 reunião, que durou 12 horas, então às vezes alguns dados ficam faltando. É
132 importante ressaltar aqui que, na última reunião, foi solicitado pela SEMAD um
133 parecer exatamente para se entender qual seria o posicionamento da
134 interpretação da lei para aquele caso específico. A licença para construir o
135 alteamento, já tinham direito à construção daquele alteamento, era só para
136 operação. Um outro detalhe que é importante colocar aqui também, que a Sra.
137 Maria Teresa mencionou o parecer do Ministério Público, tinha na reunião
138 representante do Ministério Público presente, e eu questionei, inúmeras vezes,
139 qual era a interpretação do Ministério Público em relação àquele artigo. E não tive
140 resposta hora nenhuma. A única resposta que eu tive foi da AGE, e, como
141 funcionária pública, servidora pública, os meus atos estão vinculados ao parecer
142 da AGE. O parecer da AGE para mim é vinculante. Como o Ministério Público não
143 se posicionou, eu não tive opção nem para debater outro tipo de entendimento.”
144 José Alves Pires/Sindicato dos Servidores Públicos de Meio Ambiente de Minas
145 Gerais: “Meu é José Alves, eu falo como vice-presidente do Sindicato dos
146 Servidores Públicos de Meio Ambiente de Minas Gerais. Eu vim deixar todos aqui
147 cientes de que, desde o dia 9, ontem, o Meio Ambiente de Minas Gerais está em
148 greve. Eu falo IEF, IGAM, FEAM e SEMAD. O motivo da greve é referente a um
149 acordo feito com o governo em 2016, o qual foi homologado pelo Tribunal de
150 Justiça do Estado com o desembargador, no qual o governo assume na data – o
151 pessoal da AGE que assinou – que, quando o Estado saísse do limite prudencial,
152 ia ter um novo plano de carreira para os servidores. Este ano o governo publicou
153 que saiu do limite, o governo anunciou um aumento próximo dos 42% acumulado
154 para a segurança pública. Acho que realmente é merecido, que, segundo o
155 governador fala, o último aumento deles foi dia 15 de abril de 2015. O órgão
156 ambiental, o último aumento dele, foi em agosto de 2013. Desde lá, não tivemos
157 nenhum reajuste no nosso salário. É uma classe que trabalha dia a dia, que sofre
158 a pressão de todos os lados, sempre tentando trabalhar de forma correta, idônea,
159 para tentar servir tanto à população na parte social e no desenvolvimento do
160 Estado de forma sustentável. Este ano o sindicato entrou com o ofício assim que
161 foi publicado que o Estado saiu do limite prudencial, solicitando que seja
162 executado o acordo pelo próprio Estado assinado, e o Estado não se manifestou.
163 Então em assembleia realizada no dia 20 de fevereiro foi deliberada, a partir do
164 dia 9 de março, a greve por tempo indeterminado, dos servidores de Meio
165 Ambiente de Minas Gerais. Apenas comunicar isso e agradecer a colaboração de
166 todos.” Gabriel Mendoza/Sindicato dos Servidores Públicos de Meio Ambiente de

167 Minas Gerais: “Bom dia a todos, bom dia a todas. Cumprimento os conselheiros,
168 os servidores, na pessoa do Yuri Trovão, que aqui preside, os servidores da Casa
169 e os demais servidores que entendem a importância dessa pauta e aqui se fazem
170 presente. Eu sou Gabriel Mendoza, sou diretor de relações institucionais do
171 Sindsema e venho aqui só reforçar algumas questões em relação à nossa greve.
172 Como o José Alves já indicou, a greve se iniciou desde ontem, os servidores do
173 meio ambiente entendendo que é necessário que o governo cumpra o acordo
174 firmado em 2016, depois de tentarem negociar por diversas vezes, decidem que
175 o momento é, de fato, de tomar uma medida de força, de entrar em greve, de
176 paralisar suas atividades de análise de processos, de fiscalização ambiental para
177 que, de fato, o Estado cumpra o acordo. É importante dizer que a diferença do
178 que pode-se ter de outras categorias, o Sisema como um todo arrecadou em 2019
179 R\$ 1,1 bilhão, e nas negociações, nos cálculos que temos com relação ao plano
180 de carreira, com a execução do nosso acordo homologado, o impacto financeiro
181 disso é de tão somente R\$ 100 milhões. Também está na nossa pauta a retirada
182 do fator redutor da gratificação, cujo resultado de impacto financeiro anual é
183 também de tão só R\$ 15 milhões. Isso para uma Secretaria que arrecada, em
184 termos de serviços prestados, R\$ 1 bilhão. É uma categoria que entendemos que
185 presta um serviço essencial à sociedade, que trabalha dia e noite se pautado pela
186 legalidade para garantir que tenhamos um desenvolvimento com
187 sustentabilidade, que reduzam as infrações ambientais. Eu que sou da
188 Fiscalização não poderia deixar de dizer isso. O nosso trabalho para modernizar
189 a fiscalização e conseguir atuar sobre os delitos ambientais é dia e noite, uma
190 verdadeira entrega. E a gente vem aqui pedir o apoio dos conselheiros, das
191 instituições que aqui se fazem presentes, da sociedade civil como um todo.
192 Estamos saindo daqui hoje indo para a Assembleia Legislativa conversar com os
193 deputados para angariar o apoio necessário para que nosso plano de carreira seja
194 enviado à Assembleia Legislativa e tão rápido seja enviado em regime de
195 urgência, como prevê o nosso acordo, ele assim seja votado, e os servidores
196 possam ter uma perspectiva de continuidade no órgão para aprofundar a sua
197 formação necessária. Porque nós temos um problema, de fato, na carreira que é
198 evasão dos servidores concursados. Não tendo perspectiva de continuidade na
199 carreira, não tendo perspectiva de progressão, eles abandonaram a carreira para
200 procurar melhores salários. Como o José Alves disse, o nosso vencimento base
201 está sem reajuste desde 2013. Então é desse modo que a gente vem, muito
202 respeitosamente nesse dia, entendendo a importância da participação de todos
203 aqui, pedir também o apoio de vocês para que a gente continue a contribuir, para
204 que os servidores como um todo possam se especializar cada vez mais e ter uma
205 perspectiva de continuidade na carreira.” **4) EXAME DA ATA DA 56ª REUNIÃO
206 DA CMI.** Aprovada por unanimidade a ata da 56ª reunião da Câmara de
207 Atividades Minerárias, realizada em 21 de fevereiro de 2020. Votos favoráveis:
208 Crea, Ibama, Federaminas, Segov, ANM, Ibram, Cefet, Sedese, Sede e Codemig.
209 Ausências: Sindiextra e Fonasc. Conselheira Maria Eugênia Monteiro: “Como

210 ficou registrado em ata o comunicado em relação ao falecimento do Rogério Noce,
211 meu cunhado, eu queria agradecer, em nome da família, as manifestações. Muito
212 obrigada.” **5) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA**
213 **PRÉVIA CONCOMITANTE COM LICENÇA DE INSTALAÇÃO. 5.1) Mineração**
214 **Morro do Ipê S/A. Lavra a céu aberto com tratamento a úmido. Minério de**
215 **ferro. Brumadinho, Igarapé e São Joaquim de Bicas/MG. PA**
216 **37478/2016/031/2018, ANM: 831.978/2011. Classe 6. Apresentação: Suppri.**
217 **Retorno de vista: Ibram, Sindiextra e Fonasc. Conselheiro João Carlos de**
218 **Melo:** “O nosso parecer de vista foi disponibilizado em tempo hábil, ou seja, dentro
219 do prazo regulamentar previsto, e eu acho que abordamos todos os principais
220 pontos. E o nosso parecer é pelo deferimento de Licença Prévia concomitante
221 com a Licença de Instalação para a empresa Mineração Morro do Ipê, PA
222 37478/2016/031/2018, ANM 831.978/2011, classe 6, nos termos do parecer
223 00630607/2020, elaborado pela equipe interdisciplinar, pelo prazo de seis anos,
224 vinculada ao cumprimento das condicionantes e programas propostos.”
225 **Conselheira Denise Bernardes Couto:** “O parecer do Sindiextra também foi
226 disponibilizado em tempo hábil, de acordo com o disposto no Regimento Interno
227 do COPAM, e após análise o Sindiextra entende também pelo deferimento da
228 Licença Prévia + Licença de Instalação do empreendimento nos termos do
229 parecer.” **Maria Teresa Viana de Freitas Corujo/Representante da sociedade civil:**
230 “Eu trouxe alguns slides para mostrar a questão da Morro do Ipê. Nesse pouco
231 tempo entre a reunião ordinária do dia 21 de fevereiro e a extraordinária que foi
232 marcada para hoje, eu tentei contribuir com o Júnior olhando esse processo.
233 Porque, inclusive, eu vinha acompanhando desde a época em São Joaquim de
234 Bicas, quando se estava preocupado com a questão desse projeto, que era o
235 projeto do Eike Batista, da MMX. Então esse projeto chamado Morro do Ipê, que
236 tem a ver com a mina Tico-Tico, só para vocês terem uma noção no território, e
237 os conselheiros também, aquela área marcada em amarelo à esquerda é, dentro
238 do que foi apresentada a área diretamente afetada, por esse projeto, que é classe
239 6, por si só diz que é um projeto grande. E só pus aqui o mapa que eu mesma fiz
240 para mostrar que à direita tem o Tejuco, barragens de rejeito, e um novo
241 rompimento em Brumadinho em 2019. Para se ter uma noção do território, porque
242 uma coisa que acontece reiteradamente é não tratar licenciamentos de mineração
243 no contexto cumulativo e sinérgico. E ao longo desses anos nós temos falado
244 isso. Aí eu dei um zoom para o projeto em si para mostrar que ele está numa
245 região já com várias atividades de impactos de mineração pretéritas e algumas
246 de outras empresas em andamento, e o projeto Morro do Ipê está ali assinalado,
247 e nós temos ali ao norte as comunidades de Igarapé e São Joaquim de Bicas.
248 Então, inclusive, no zoom, eu vi que tem comunidades ali abaixo da B2. Porque
249 tem uma barragem chamada B2. O zoom maior ainda para a área pretendida para
250 esse licenciamento que vai ser deliberado mostra, inclusive, porque eu tive
251 curiosidade. Como no parecer do Estado fala de barragem B2 e B1, Auxiliar e tal,
252 eu quis dizer, peguei lá os dados e marquei. Então aquela mais próxima da parte

253 urbana é a barragem B1, da mina Tico-Tico. Ela é a jusante. E a barragem B1,
254 auxiliar da mina Tico-Tico, é a montante. E tem mais uma barragem do lado de
255 cá, a montante, e tem aqui uma que não está no Plano Nacional, por ser menor,
256 que é o dique Conquistinha. É um complexo minerário que tem barragens de
257 rejeito, inclusive, duas a montante. Quando eu peguei o Parecer Único, da Suppri,
258 na página 6, está falando que o reprocessamento do rejeito disposto na barragem
259 B2 – e a B2 é uma que é a montante –, bem como o desmonte do respectivo
260 maciço, será realizado simultaneamente por meio de desmonte mecânico. Eu não
261 sou expert, mas eu já fiquei imaginando como se faz simultaneamente o
262 reprocessamento e o desmonte do maciço com o volume previsto de lavra de
263 1.512.000. E foi autorizado por um processo de Licenciamento Ambiental
264 Simplificado. Não há como se ter respostas nesse prazo curto para irmos a fundo,
265 mas é algo que me chamou atenção. No parecer de vista do Fonasc – o Júnior
266 não pôde vir – está se colocando que o Parecer Único da Suppri não informa nem
267 sobre o caso de ruptura hipotética do dam break, que foi apresentado pela
268 mineradora, inclusive, ao Comitê da Bacia do Rio Paraopeba, à Câmara Técnica.
269 O parecer de vista do Fonasc tem toda a transcrição, e está como anexo um
270 parecer da Câmara Técnica do CBH, que, apesar de ter sido por votação
271 favorável, tem um voto contrário de um dos conselheiros, o próprio relator, por
272 questões que eu estava percebendo graves no sentido hídrico para a bacia do rio
273 Paraopeba. E também não menciona nada sobre a galeria subterrânea que corta
274 toda a barragem, inclusive o seu maciço e outras questões envolvendo drenagem,
275 envolvendo essas questões de segurança de barragens. Não tem nada sobre isso
276 nem quais são as comunidades que estariam na zona de autossalvamento desse
277 complexo com essas barragens. Em relação aos cursos hídricos, no parecer da
278 Suppri se informa quais são as sub-bacias que estão na área do contexto do
279 empreendimento. Está lá colocado o córrego do Quéias, afluente do rio Manso,
280 que é onde tem aquele reservatório que está sendo fundamental neste momento
281 sem a captação da Copasa no rio Paraopeba. O córrego Grande também, afluente
282 do rio Manso. Córrego São Joaquim, cujas cabeceiras – onde nasce a água – são
283 ocupadas. A sub-bacia do córrego São Joaquim, cujas cabeceiras são ocupadas
284 pela ampliação das cavas e parte dos afluentes da margem direita. Ou seja, mais
285 cabeceiras de água de um curso d'água que estarão sendo impactadas. E a sub-
286 bacia do córrego Farofas, afluente do rio Paraopeba. Então em relação à questão
287 hídrica, no parecer de vista do Fonasc, está colocado. Porque no Parecer Único
288 da Suppri se informa e no CBH foi informado que para se fazer esse
289 empreendimento vai ter uma captação superficial de 600 m³/h do rio Paraopeba.
290 Como é que se vai tirar do rio Paraopeba, depois do rompimento – quando é um
291 rio que precisa ter possibilidade de ser recuperado –, 600 m³/hora de água, que
292 valeria o abastecimento de 72 mil pessoas? Se considerado que cada habitante
293 usa 200 litros por dia. O Estudo de Impacto Ambiental aponta quais são as
294 comunidades que são mais próximas que vão ser afetadas. Está ali tirado do
295 parecer da Suppri. Se alguém conhecer pessoas, já informe, porque não tem

296 tempo de se avisar todo mundo. São o bairro Candelária, em Igarapé – isso é com
297 a qualidade do ar –, o bairro de Nossa Senhora da Paz, em São Joaquim de Bicas,
298 e propriedades rurais em Brumadinho a jusante da barragem de Ipê. Ou seja,
299 aquelas comunidades rurais que já estão violentadas, porque não conseguem
300 mais plantar, que têm seus produtos não comprados porque usavam água do
301 Paraopeba, e não se consegue vender porque estão preocupados com água, em
302 Brumadinho tem mais um empreendimento que tem um parecer favorável da
303 Suppri, para licenciar esse megaempreendimento classe 6 chamado Morro do Ipê
304 e Mina do Tico-Tico. E para finalizar dizer que também, além disso, ainda vai ter
305 a problemática de impacto porque tem ali na região os terminais de carga do Serra
306 Azul e de Sarzedo. Então o impacto vai além de Igarapé, São Joaquim de Bicas,
307 Brumadinho, Ibirité, e vai também para Sarzedo. Foram identificadas algumas
308 comunidades rurais e urbanas que já sofrem impacto pelo tráfico intenso de
309 caminhões, devido às atividades também de outras mineradoras, e que será
310 implementado significativamente com a operação do projeto Morro do Ipê. O
311 impacto foi avaliado como cumulativo, pois o terminal de minério intensificaria.
312 Conclusão. Eu quis trazer essa fala na última reunião desta Câmara dizendo mais
313 um megaempreendimento minerário, de classe 6, sem devida avaliação da
314 questão hídrica sinérgica, inclusive num território demais impactado pelo
315 rompimento em Brumadinho, da Vale, e tratado com parecer favorável e sem dizer
316 claramente se é viável ou não. Porque o que está em jogo é uma Licença Prévia
317 concomitante com a Licença de instalação. Licença Prévia é o momento em que
318 se avalia: é viável ou não é viável? E as decisões são sempre tomadas – inclusive,
319 com pareceres favoráveis, técnicos, do Estado –, e é viável algo como isso aqui.
320 E não deu para olhar tudo. Eu trouxe algumas coisas, que foi possível olhar no
321 pouco tempo que tivemos. Como é que vai se tirar essa quantidade de água de
322 um rio que já tem demandas no território de Brumadinho com situações de
323 escassez de água? Como se vai impactar mais produtores rurais, território,
324 paisagem e todas essas questões, inclusive, com duas barragens a montante
325 nesse complexo sem qualquer cuidado que eu tenha visto? Eu não vi nada
326 falando disso. E dizendo numa delas que vai fazer a questão do maciço
327 concomitante a reaproveitar o rejeito de uma barragem a montante, inclusive com
328 vedações que existem hoje da própria ANM. Essas questões não estão sendo
329 tratadas pela Suppri no parecer. É essa a minha contribuição.” Rodolfo
330 Torres/Representante do empreendedor: “Boa tarde. Primeiramente, eu quero
331 cumprimentar todos os conselheiros e os demais participantes. Eu gostaria de
332 fazer apenas uma breve introdução aqui para falar que esse é um
333 empreendimento que iniciou em 2016, no final de 2016, quando a Morro do Ipê
334 adquiriu alguns ativos da MMX. Esse é um projeto diferente do projeto que a MMX
335 tinha para a região, é um projeto bem menor do que estava sendo licenciado à
336 época. Foi assinado um protocolo de intenções com o Estado, e a empresa se
337 comprometeu a refazer todo o licenciamento ambiental, porque a MMX já tinha
338 licença para essa área. Mas a Morro do Ipê, entendendo que é um novo projeto,

339 um novo empreendimento, refez todos os estudos. São três anos de
340 licenciamento. Todos os estudos foram analisados exaustivamente por diversos
341 órgãos, alguns aqui compostos pela Suppri, pelo Ibama. E em especial aos pontos
342 aqui já levantados deixar claro que a Ipê não se furta de atender todas as
343 recomendações do Comitê da Bacia do Paraopeba, que foram colocadas nessa
344 reunião que foi aqui mencionada. Alguns esclarecimentos foram realizados à
345 época. É importante deixar claro que esse projeto ainda em 2017, quando foi
346 protocolado no órgão ambiental, nasceu sem a necessidade de utilização de
347 barragens. Esse é um projeto que, desde o início, tem como premissa a filtragem
348 dos rejeitos. E já em 2017, antecipando essa tendência, a empresa obteve uma
349 autorização do órgão ambiental para instalação de um filtro prensa. A Morro do
350 Ipê não utiliza barragem, ela herdou algumas barragens da MMX, barragens
351 antigas, de empreendimentos minerários anteriores, que estão em
352 descomissionamento, acompanhadas pelo Ministério Público Estadual, há mais
353 de dois anos. A Morro do Ipê recebeu no ano passado, devidamente, inspeções
354 de todos os órgãos de fiscalização que tratam de barragem. A FEAM e a ANM
355 estiveram diversas vezes nas nossas instalações. Enfim, de uma forma muito
356 transparente, eu vou falar para vocês que estamos aqui no final de um trabalho
357 exaustivo de licenciamento, um projeto em uma área – como já mostrado no mapa
358 – que já foi intemperizada por empreendimentos anteriores. Um projeto que, como
359 registrado no parecer do próprio órgão ambiental, em reunião pública realizada
360 no final de 2018, teve manifestações favoráveis por parte da comunidade. Que é
361 uma comunidade – principalmente, Igarapé e São Joaquim de Bicas – que precisa
362 de empreendimentos, precisa de empregos. É uma área que é carente de
363 empregos. E um projeto que eu também acho que é importante esclarecer que
364 hoje é um projeto de expansão, que utiliza uma outorga para captação de água
365 que já foi concedida para o empreendimento. Então essa captação do rio
366 Paraopeba segue ainda com outorga existente. Então isso é importante deixar
367 claro também. Então eu só queria fazer esse ponto aqui e deixar isso para os
368 conselheiros e dar um pouco do histórico do que foi nosso processo de
369 licenciamento. Fico à disposição para esclarecimentos adicionais.” Conselheiro
370 Evandro Carrusca de Oliveira: “Eu gostaria que a empresa ou a SEMAD me
371 tirasse uma dúvida. A Ipê não utiliza barragem e, sim, método de filtragem, mas
372 ao mesmo tem barragens existentes, antigas. Eu gostaria de saber qual a função
373 das barragens existentes no processo como um todo, qual o percentual de
374 tratamento com filtragem versus barragens já existentes, qual a influência de cada
375 um desses processos nesse tratamento.” Gustavo Horbach/Representante do
376 empreendedor: “Bom dia a todos, meu nome é Gustavo Horbach, sou diretor de
377 operações da Morro do Ipê. Essa pergunta é muito oportuna porque permite à
378 resposta também elucidar uma série de dúvidas que existem. A Mineração Morro
379 do Ipê, desde logo no início de 2019, final de 2018, já opera sem utilizar as
380 barragens que herdou da MMX, a antiga, como foi dito aqui, empresa do Eike
381 Batista. Nós, de maneira alinhada com sócios e, de certa forma, bastante

382 proativos, um pouco à frente, temos desde essa época instalada uma instalação
383 de filtragem dos nossos rejeitos. Hoje as nossas estações de filtragem operam no
384 nível de 95% do rejeito filtrado sendo tratado. A pequena diferença do que não é
385 tratado fica estocada para ser depois tratada a posteriori, somente uma questão
386 de manutenção da própria instalação de filtragem que está instalada. A Morro do
387 Ipê, como adieriu essa tecnologia muito tempo – somos usuários iniciais desse
388 sistema –, acabou sendo vista também como balão de ensaio para as outras
389 mineradoras. Recebemos muitas visitas em relação a isso. Eu disse que desde
390 2019 operamos com barragem. Mas, como o senhor bem observou e como na
391 fala anterior foi citado também, nós temos três ou quatro barragens; três
392 barragens e uma que não é considerada barragem pela ANM, porque já foi
393 descomissionada. Nós temos três barragens, que são? B1 Auxiliar, B1 Ipê e B2.
394 Todas as três estão inoperantes, elas não têm papel nenhum no nosso processo,
395 são 100% do tempo monitoradas. E as três têm um projeto de
396 descomissionamento que vai ser concomitante com o próprio projeto Tico-Tico. A
397 nossa ideia, como o Rodolfo anteriormente falou, já foi aprovada e acompanhada
398 pelo Ministério Público, e já foram iniciadas obras de descomissionamento de
399 duas dessas barragens que ainda temos como espólio e herança. A ideia é que,
400 como eu disse, até o final do projeto Tico-Tico, antes que ele entre em operação,
401 essas barragens estejam totalmente descomissionadas e não tenham mais risco
402 nenhum às comunidades que as circundam.” Rodrigo Ribas/Suppri/SEMAD:
403 “Senhor presidente, eu vou só reforçar algumas informações que foram dadas
404 aqui, só para esclarecer aos senhores conselheiros do que foi dito e onde está
405 isso no nosso parecer. O nosso parecer foi citado nominalmente, então é bom
406 que se diga. Em primeiro lugar, na capa tem a referência a quais são as atividades
407 que estão em licenciamento. Na capa do parecer não consta barragem de forma
408 alguma. Então, se não consta barragem, nós não estamos licenciando barragem.
409 Se barragem não é o assunto do processo de licenciamento, em que pese ser
410 assunto de outros processos em outros momentos, o descomissionamento e
411 reaproveitamento de finos da barragem B2 foi feita pela Suppri a pedido expresso
412 do Dr. Mauro Ellovitch. O Ministério Público solicitou que nós fizéssemos a
413 separação do processo de reaproveitamento de finos para que seja mais rápido,
414 para que a empresa pudesse começar – considerando que já estamos em 2020
415 – dois anos antes dessa ampliação a fazer o descomissionamento. Então não é
416 que não houve análise de tais processos, é que eles não constam desse processo
417 específico. E por isso é claro que nós não vamos trazer aqui informações, para
418 esse processo, que não fazem sentido. Nós estamos tratando aqui de ampliação
419 de outras atividades. Então não vamos trazer mesmo. Os senhores já receberam
420 as informações. Nós coadunamos com as informações que foram dadas pela
421 Morro do Ipê aqui, as barragens estão em descomissionamento e não cumprem
422 papel no processo. Em relação aos impactos citados, é nossa obrigação. A
423 Resolução Conama 001/86 diz que nós temos obrigação de analisar todos os
424 aspectos ambientais que se referem à atividade, todos os impactos ambientais

425 que daí advêm e todas as possíveis comunidades ou pessoas ou áreas
426 impactadas nesses aspectos ambientais. Então misturar impacto de barragem
427 com possível rompimento da barragem, do dam break, com população,
428 comunidades e bairros que podem ser afetados, por exemplo, pela poluição do ar
429 causada por poeira em suspensão, no mínimo, causa confusão aos senhores.
430 Para que os senhores não tenham essa confusão, aquelas comunidades que
431 foram citadas como possivelmente impactadas não precisam sair correndo em
432 momento algum, não precisam ser avisadas por sirene, porque nós estamos
433 tratando de poeira. Até aonde eu sei a poeira ainda não é capaz de causar
434 desastres como aqueles de Brumadinho e de Mariana. Então é preciso que os
435 senhores tenham essa tranquilidade de que esses impactos não se relacionam
436 com riscos. Em relação a outorga, a outorga que está neste processo foi discutida
437 pelo CBH. Só para lembrar, é o CBH que tem a competência para discutir
438 impactos sobre recursos hídricos nos casos de outorgas de grande porte. Não é
439 a CMI, não é a SEMAD. É o CBH o fórum correto para discutir. A outorga que foi
440 discutida no CBH foi de dreno de fundo. Então nós não estamos falando de
441 captação de 600 m³. Essa outorga de captação estava no parecer que foi
442 apresentado para os senhores, era uma Portaria de 2012. Então nós não estamos
443 falando de 2020, se está outorgando uma captação que pode gerar depressão
444 dos recursos hídricos da bacia do Paraopeba. O CBH Paraopeba, competente
445 para fazer análise dos impactos, já avaliou isso antes, já outorgou. Nos processos
446 que avalia hoje, ele avalia já com os usos outorgados e, portanto, essa outorga já
447 é considerada no volume de impactos avaliado pelo CBH Paraopeba. Então nós
448 não vamos aqui desqualificar a análise competente e qualificada do CBH
449 Paraopeba, assim como de quaisquer outros Comitês de Bacia. O que foi
450 discutido lá foi outorga de dreno de fundo, que é uma outorga não consuntiva. Na
451 verdade, o que faz é a garantia de que a água que ali vai ser depositada continue
452 drenando, continue ficando disponível na bacia. Não é consuntiva, não
453 depreciona os recursos hídricos. Só para esclarecimento a respeito dos dados
454 que foram apresentados aqui.” Conselheiro Evandro Carrusca de Oliveira: “Eu
455 concordo com o que você falou, apenas a primeira colocação sua. Eu não sento
456 aqui pura e simplesmente amarrado ao que está escrito na capa, eu tenho que
457 entender o processo como um todo de uma forma mais ampla, de forma mais
458 holística. Porque pode não estar sendo citado algo que de alguma forma interfere
459 no processo. E a partir do momento que um profissional dentro da empresa atesta
460 aqui, oficialmente, o que ele falou, eu estou levando isso em consideração. Então
461 não me prendo, em nenhum momento, apenas ao que está sendo licenciado,
462 mas, sim, a toda uma dinâmica que, de alguma forma, pode sofrer interferência.”
463 Rodrigo Ribas/Suppri/SEMAD: “Peço desculpas se por acaso ficou parecendo, de
464 alguma forma, que foi isso. O que eu disse foi só que a expectativa de ter a
465 discussão do processo integral de todas as atividades num processo específico
466 de ampliação é que não diz respeito. Pelo contrário, como vocês sabem, a gente
467 vem para cá para discutir processos, e a gente não se furta de discutir os

468 processos. A questão não é essa, a questão é que não se pode esperar que num
469 parecer sobre determinadas atividades apareçam as outras todas. Pode-se
470 esperar, por exemplo, uma Licença Prévia de um greenfield, um programa novo
471 ou então, muito comum, nas renovações de licenças em que juntamos todas as
472 discussões de todas as atividades e trazemos o complexo como um todo. Mas de
473 maneira alguma eu quis dizer que não se pode perguntar ou questionar. Só a
474 expectativa do assunto. Porque senão nós vamos sempre fazer renovação de
475 licença em processos de ampliação que são menores.” Conselheiro Evandro
476 Carrusca de Oliveira: “Eu apenas reforcei que, mesmo tendo sido aprovado em
477 2012, eu quero saber qual a interferência de algo que já existe com algo que está
478 sendo proposto.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Mais algum
479 conselheiro tem algum destaque? Não havendo, eu coloco em votação o item 5.1
480 da nossa pauta, Mineração Morro do Ipê S/A, processo administrativo
481 37478/2016/031/2018. Votos favoráveis: Crea, Ibama, Federaminas, Segov,
482 Sindiextra, ANM, Ibram, Cefet, Sedese, Sede e Codemig. Ausência: Fonasc.” **6)**
483 **PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE RECONSIDERAÇÃO DE**
484 **LICENÇA PRÉVIA CONCOMITANTE COM LICENÇA DE INSTALAÇÃO. 6.1)**
485 **AVG Empreendimentos Minerários Ltda. Lavra a céu aberto com tratamento**
486 **a úmido. Minério de ferro. Unidade de Tratamento de Minerais - UTM; obras**
487 **de infraestrutura (pátios de resíduos e produtos e oficinas); pilhas de**
488 **rejeito/estéril; estradas para transporte de minério/estéril. Sabará/MG. PA**
489 **00151/1987/015/2013. ANMs 831016/1994, 831015/1994, 807527/1972,**
490 **818387/1971, 831501/99. Classe 6. Apresentação: Supram Central**
491 **Metropolitana.** Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Conselheiros, algum
492 destaque nesse processo? Não havendo, eu vou passar para os inscritos.” Maria
493 Teresa Viana de Freitas Corujo/Representante da sociedade civil: “Eu tenho uns
494 slides e vou aqui usar igual eu fiz no interior. Eu venho trazer aqui uma denúncia
495 de que tomamos conhecimento, e conseguimos, finalmente, enviar a
496 representação e a denúncia para o Iphan, o Iepha, Polícia Ambiental, além do
497 Ministério Público Federal e do Estadual. Durante o período das chuvas, em
498 janeiro, no dia 24 de janeiro, por volta das 21h30, houve um deslizamento de
499 grande porte de sedimentos de minério oriundo da área da empresa AVG, que é
500 objeto do recurso da Arquidiocese contra as licenças concedidas. Os sedimentos
501 chegaram ao Instituto Renascer da Consciência, onde cobriram toda a lagoa e
502 atingiram parcialmente uma casa de funcionário, segundo informações e fotos
503 recebidas pelo SOS Serra da Piedade. E por volta do dia 29 de janeiro diversos
504 caminhões e trator, contratados pela AVG, provavelmente, realizaram ações para
505 retirada de sedimento. E segundo informaram os moradores que entraram em
506 contato com o nosso movimento houve grande tráfego desses veículos na
507 localidade. Nessa representação, nós colocamos algumas fotos desses
508 sedimentos que chegaram a essa localidade, que fica abaixo da AVG na bacia do
509 córrego do Brumado. Fomos preparar, então, para entender de onde isso tinha
510 vindo. Infelizmente, as imagens do Google Earth ainda são de julho de 2019, não

511 tem imagens de agora para vermos realmente essa questão da descida do
512 deslizamento. Mas como nas fotos tinha uma placa da antiga proprietária da área,
513 que era a Brumafer, por onde também passou sedimento, ali está marcado
514 Instituto Renascer, e aqui está a área do empreendimento da AVG, nós
515 colocamos na nossa denúncia esse mapa. Demos um zoom para mostrar que
516 realmente dá para ver essa mata íntegra e bem fechada, dá para ver uma rede
517 de drenagem. Então se vocês acompanharem, a partir da Brumafer, dá para ver
518 no relevo que ali tem realmente um curso d'água que acaba chegando lá embaixo,
519 por onde esse sedimento desceu. Existem informações de que abaixo da pilha
520 1... Porque ela está sendo retirada, porque a juíza da 15ª Vara deliberou que tinha
521 que ser retirada por causa de que nos autos do acordo judicial se colocou que
522 essas pilhas iam desmoronar e causar impacto a quem estava embaixo, mesmo
523 não sendo barragem. A juíza determinou a retirada, sem qualquer processo de
524 licenciamento. E ali abaixo da pilha 1 foi feito um dique. Nós entendemos que
525 quando eles começaram a retirar os finos ao longo desses dois anos, de cerca de
526 dois anos, eles fizeram algum tipo de contenção para que, se houvesse
527 carreamento de material, não impactasse abaixo. Só que ali a seguir tem uma
528 barragem de água que está parada desde a época da Brumafer. Tanto é que nem
529 se vê direito, mas está marcado o local. Então nós na denúncia não afirmamos,
530 mas demandamos investigação se por acaso a contenção que rompeu derrubou
531 a contenção do lado direito aquela massa que tinha de sedimentos e finos ou o
532 que seja, ao descer, fez algum impacto nessa barragem, que era de água, mas
533 totalmente assoreada já da outra época. E se isso é o que foi justificar tanta
534 quantidade de sedimentos que desceram pelo vale. Na denúncia, nós fizemos
535 questão de colocar que isso é uma coisa que falamos aqui da outra época, já
536 falamos em várias ocasiões. Que, segundo um documento no processo de
537 licenciamento aqui, em que está sendo apresentado o recurso da arquidiocese
538 contra as licenças concedidas, tem documentos que deixam claro que essa pilha
539 1 estava estável. Ela estava ali parada há 12 anos, sem causar nenhum problema.
540 Tem trechos que diz: 'Essa pilha encontra-se bem seca, pelo menos tem até 20
541 m de profundidade.' Tem vários elementos no processo que diziam que aquelas
542 pilhas... E nós dissemos isso aqui na época da concessão da licença, não foi
543 escutado. Foi informado, se não me engano, no Judiciário, e também não foi
544 escutado pela juíza. E nós estamos, depois desse tempo todo sem qualquer
545 situação, diante de um deslizamento desse porte causado pelo empreendimento
546 da AVG. Eu como conselheira fui pesquisar no processo da AVG, esse aqui que
547 está sendo recolhido, que o único que a AVG tem ligado a esse empreendimento,
548 e não tem nenhum comunicado feito após a ocorrência do deslizamento, não tem
549 nada apresentando o que aconteceu. Então nós queremos investigação a respeito
550 disso também. E finalmente na nossa denúncia a todos esses órgãos nos
551 requeremos que sejam averiguados todos os fatos, razões e responsabilidades
552 do deslizamento, que causou impactos ao Instituto Renascer da Consciência, a
553 drenagens e cursos d'água por onde passaram na serra da Piedade. Importante

554 dizer que aonde esse deslizamento passou é área tombada em nível federal, em
555 nível estadual, e é no entorno do Monumento Natural Estadual da Serra da
556 Piedade. Assim como que sejam avaliadas a eficácia dos termos e procedimentos
557 acordados para a estabilização das condições de segurança geotécnica das áreas
558 preteritamente atingidas, porque está claro que não estão funcionando, porque
559 senão não teria acontecido esse deslizamento. Se é que houve, e de que forma
560 houve. E a determinação da retirada de finos, da 15ª Vara, sem licenciamento
561 ambiental. Que isso seja averiguado, a eficácia. E as licenças, a eficácia, ou seja,
562 as licenças concedidas em fevereiro do ano passado nesta Câmara. Porque
563 naquela época o que se disse aqui naquela reunião de dia inteiro foi: o processo
564 da AVG não é de recuperação, é um processo com graves questões que não
565 estão sendo tratadas, com várias faltas de informações, de manifestações, de
566 anuências. E pelo princípio da precaução, por todo o valor que essa serra da
567 Piedade tem, não pode ser concedida essa licença dessa forma. E estado usou
568 do argumento de que a juíza determinou que tinha que licenciar. O que a juíza
569 determinou é que o processo de licenciamento para recuperação tinha que
570 prosseguir, mas o Estado usou e aprovou e disse que esse é o argumento, que
571 tinha que licenciar uma série de pendências. E nós estamos aqui numa prova
572 clara, uma retirada de finos pela AVG já trouxe o impacto e uma questão grave,
573 que tem que ser averiguada, inclusive se isso foi comunicado na época aos
574 órgãos competentes ou se isso ficou para ficar meio que escondido. E para
575 finalizar o meu tempo, voltando a essa questão, eu quero que conste em ata toda
576 a minha denúncia. Eu vou formalizar depois ao Estado o documento para ficar
577 constando, assim como foi formalizado a todos os outros órgãos. Eu espero que
578 isso seja devidamente averiguado. E dizer assim: desde 2001 se está lutando
579 para salvar e preservar a serra da Piedade da ganância do setor minerário, e nem
580 depois de Mariana e Brumadinho, o que aconteceu lá, causado por
581 irresponsabilidade e conivência dos diversos atores envolvidos... Eu não estou
582 dizendo – como sempre o Sr. Rodrigo Ribas tenta dizer que a gente fala uma
583 coisa e diz outra –que na serra da Piedade tem barragem. Eu estou falando da
584 irresponsabilidade, da falta de cuidado do não uso do princípio da precaução, que
585 rege o direito ambiental e que diz: se não tem certeza absoluta de que não vai
586 causar dano, que não se faça. Então no caso da serra da Piedade, mesmo não
587 tendo barragens em si, tem questões graves que podem causar dano, e esse
588 deslizamento é a primeira prova concreta. Inclusive, aquela fala que a empresa
589 pôs no jornal lá em Caeté daquelas coincidências, que falamos que são cósmicas,
590 holísticas e do bem comum, a publicação no diário a opinião da AVG, dizendo
591 que, inclusive, ela tinha uma responsabilidade, ela publicou que só quer
592 recuperar, que ela foi obrigada, quando na realidade ela comprou a Brumafer
593 sabendo que tinha que recuperar... Uma das coisas que foram colocadas pela
594 AVG, publicadas no dia 23 de janeiro, no dia 24 acontece uma prova concreta,
595 que mostra o empreendimento AVG, na retirada de pilhas ou alguma coisa, se
596 não for essa retirada de pilhas... Eu não fui lá, mas as informações que se têm é

597 que foi relacionado com a pilha 1, que rompeu essa contenção e que desceu aqui
598 o material e que provavelmente chegou à barragem de água assoreada e chegou
599 ao instituto. É a primeira prova concreta de que não é verdade que esse
600 empreendimento, esse empreendedor tem realmente respeito e o cuidado com o
601 que está pretendendo fazer. Ou seja, está garantindo o tempo inteiro 'é projeto de
602 recuperação, nós vamos recuperar', e está aqui a prova concreta de que esse
603 empreendimento impacto já a serra da Piedade, a área tombada em nível
604 estadual, a área federal, fora as pessoas e aquelas águas. É a primeira prova
605 concreta de que não foi construída, não é uma mentira, não é uma falácia,
606 aconteceu. Então, senhores conselheiros, o recurso apresentado pela
607 arquidiocese tem o total endosso e aval da sociedade civil, que está desde 2001
608 lutando em prol desse monumento. É para vocês deliberarem se vão acatar ou
609 não o recurso contra as licenças, porque isso é um outro caso que vai ter um
610 momento histórico que vai ficar provado que não pode ser esse projeto de
611 recuperação, que esse projeto é de minerar a serra da Piedade por mais 15 anos,
612 aumentar o estrago. E já temos aí uma primeira prova sem nem começar o
613 empreendimento no sentido de minerar, começando o empreendimento no
614 sentido de aproveitar a pilha. Essa é a minha contribuição aqui hoje." Conselheira
615 Verônica Ildfonso Cunha Coutinho: "Eu não estou entrando no mérito da
616 questão. Eu só acho que precisamos deixar alguns pontos mais claros para não
617 se gerar às vezes uma interpretação equivocada do outro. O princípio da
618 precaução não tem a ver com impedir um empreendimento, quando você não tem
619 certeza absoluta do que ele vai gerar. O princípio da precaução está ligado a você
620 prever, de uma forma antecipada, os riscos que aquilo pode gerar e tentar mitigar
621 aqueles riscos. O princípio da precaução não é um princípio para barrar o
622 empreendimento quando você não tem certeza absoluta, porque certeza absoluta
623 ninguém tem de nada na vida. Então eu acho que é importante deixar isso claro,
624 porque é um princípio de cautela, não um princípio para barrar algum
625 empreendimento. Eu acho que isso, a questão de se antever certos riscos que a
626 atividade pode causar e os métodos de mitigação são analisados pela equipe
627 técnica, trazendo condicionantes, impondo determinados limites etc. Eu não estou
628 entrando no mérito da questão ainda, é só mesmo para não ficar muito com essa
629 questão sem explanação correta." Helena Flávia/Representante da sociedade
630 civil: "Bom dia a todos. Eu já sou conhecida desta casa algumas vezes e estive
631 aqui presente no dia em que foi entregue a serra da Piedade. Eu sou uma
632 educadora de infância, contadora de histórias ecológicas para crianças. E aí eu
633 peço que tudo que eu falar aqui hoje, que é mais ou menos uma história do que
634 é a serra da Piedade e a luta pela defesa das serras e águas de Minas Gerais,
635 que eu encontre a criança em cada um de vocês aqui presentes. Porque a criança
636 já integrada ao seu entorno, a criança é o rio, a montanha, a serra, a água, os
637 animais, é o amor e a esperança, é a vida pungente. E para entender o que está
638 acontecendo com Minas Gerais, o que o sistema minerário está fazendo com
639 Minas Gerais, é preciso buscar a criança interior, se vocês forem capazes de

640 ainda encontrá-la. E aí que triste que é tanta gente importante aqui, a gente está
641 no momento crucial de defesa aos territórios de Minas Gerais, e vocês são
642 capazes de se deslocarem e virem aqui falar 'se houver necessidade'. Minas
643 Gerais está sendo destruída, é necessário sair de cima do muro, nos colocarmos
644 em prol da vida e de nossa existência, porque nós estamos falando de risco de
645 segurança hídrica, do secamento de nossas nascentes e do enterro em lama
646 demais almas de seres humanos, de fauna e de flora. E vocês são capazes de vir
647 aqui falar 'se houver necessidade'. Não há? Eu devo estar muito enganada. Eu
648 sou uma professora de educação integral do ser humano, que trabalha uma
649 ecologia integral. Para trabalhar uma ecologia integral, eu tenho que entender do
650 sistema, eu não posso fazer o recorte que o Rodrigo Ribas, da Suppri, fez. 'Não
651 tem barragem, a barragem que existe lá foi da outra mineração, agora o
652 empreendimento é esse, e agora vamos explorar com filtro.' O sistema minerário
653 usa cada vez novos nomes e tecnologias, mas agora eu vou falar só de uma
654 importante, que o Sr. João Carlos, por favor, e toda a área da mineração: eu sou
655 uma pedagoga tríplice, eu me coloco como doutoranda no termo sustentabilidade,
656 porque eu trabalho criança e infância. Por isso me tornei uma ativista e lutadora
657 pela vida que vem das águas e das montanhas de Minas Gerais. Sustentabilidade
658 na mineração é a maior falácia que existe. Não existe mineração com
659 sustentabilidade. Vocês usam termos e se apropriam para falar que estão tratando
660 da condição humana, que estão tratando da fauna e da flora e da existência das
661 águas. É da purificação das águas. Minas Gerais, nossa vocação é beleza,
662 riqueza, patrimônio cultural, histórico, é água, é vida. Os nossos
663 empreendimentos de Minas, nosso PIB, não é mineração que sustenta o nosso
664 Estado: se chama 'Minas das Águas Gerais'. O turismo... Nós temos um livro
665 desse tamanho para falar de formas de desenvolvimento sustentáveis, que
666 garantam a nossa vida, a nossa permanência. Nós temos que salvar nossas terras
667 e águas, porque o nosso Quadrilátero Ferrífero, tão maravilhoso que é também
668 aurífero, está indo embora. Para desenvolvimento, o sistema minerário é que tem
669 o dinheiro, que banca as políticas, que banca as autoridades nas eleições, que
670 banca projetos artísticos, que banca prefeituras. Mas falar que cidade minerada é
671 desenvolvida e que traz qualidade para os seus habitantes? Vocês nunca
672 visitaram? Itabira, agora Brumadinho. E aí SOS serra da Piedade, SOS serra do
673 Curral, SOS Gandarela, SOS Rola Moça, Moeda, Ferrugem, Caraça, Ouro
674 Branco, Espinhaço, Itatiaiuçu, Engenho, Cauê, Canastra, Brigadeiro, Ibitipoca,
675 Cabral, São Domingos, Calçada, Taquaril, serra do Ouro Fino, serra do Baú, serra
676 do Batatal. Até agora eu consegui descrever 22 de nossas serras todas voltadas
677 para concessão da mineração, assinadas por essas pessoas. Eu tinha muito mais
678 coisas para contar, eu tenho livros maravilhosos da história de nosso patrimônio
679 serra da Piedade e daquela querida Mãezinha do Céu, Nossa Senhora da
680 Piedade, que foi vista lá do século XVIII no milagre de uma criança surda e muda,
681 e onde nós temos uma capela dela, que se tornou a padroeira de Minas Gerais.
682 Nossa Senhora da Piedade, socorro, ajude-nos, porque nós precisamos de almas

683 de criança para compreender a vida e garantir a nossa existência.” Bernardo de
684 Vasconcelos/Representante do empreendedor: “Eu estou inscrito como advogado
685 e vou falar pelo empreendedor no caso aqui recorrido em juízo de reconsideração
686 no momento dessa fala.” Julio Cesar Dutra Grillo/Representante da sociedade
687 civil: “Eu acho que sobre esse empreendimento ali na serra da Piedade tudo que
688 precisava ser dito já foi dito. Eu mesmo me manifestei sobre isso quando eu era
689 conselheiro e depois de conselheiro. Mas eu queria abordar um ponto que eu acho
690 que é fundamental, que pela primeira vez eu escutei a Helena falando aqui,
691 apesar de que eu quero pegar por um outro lado. Que é a questão da
692 sustentabilidade. A lei que cria a SEMAD, de 2005, se não me engano, de 95...
693 Mas a lei de 2016, que faz a última alteração da SEMAD, diz que é
694 responsabilidade da SEMAD promover o desenvolvimento sustentável. Se vocês
695 forem procurar no site da SEMAD, vocês também vão encontrar isso, é
696 responsabilidade da SEMAD, está na missão dela que a responsabilidade da
697 SEMAD é promover o desenvolvimento sustentável. Ninguém vai conseguir me
698 provar que um retorno de mineração na serra da Piedade é sustentável. Eu faço
699 esse desafio. Vamos pegar aqui rapidamente, de forma bem sucinta. Ao minerar
700 uma serra da Piedade, do ponto de vista da economia pública, que é o primeiro
701 dos três itens a serem analisados, nós temos uma pequena entrada de caixa
702 através dos impostos sobre a mineração. Isso cessa logo ali na frente. Em
703 compensação, a perda parcial de um patrimônio paisagístico natural nos levará a
704 uma perda de todo o turismo que aquela região nos garante como está e que não
705 nos garante dependendo de como venha a ficar. Então, do ponto de vista do
706 desenvolvimento sustentável pela ótica da economia pública, esse
707 empreendimento não é sustentável. Do ponto de vista ambiental, não precisa nem
708 discutir, só tem perdas, não tem nenhum único ganho. Então o que eu gostaria
709 realmente de solicitar é que a SEMAD, tendo como responsabilidade promover o
710 desenvolvimento sustentável, mostrasse para nós, para a sociedade, se esse
711 desenvolvimento que eles estão aceitando é sustentável, se estão agindo de
712 acordo com a lei ou se estão agindo contra a lei. Porque na minha opinião, em
713 casos como esse, a SEMAD, provavelmente ou certamente, está agindo contra a
714 lei.” Hidelbrando Canabrava Rodrigues Neto/SEMAD: “Eu vou falar aqui agora
715 como equipe que analisou esse processo – eu estou como um gestor dele – e vou
716 responder alguns pontos que foram levantados aqui também. Primeiro, quanto à
717 fala da Sra. Maria Teresa, nós não tínhamos ciência dessa denúncia. Eu peço
718 que a equipe cadastre, nós vamos agendar uma fiscalização no local. E eu quero
719 lembrar para os senhores também, independente dessa denúncia, que o
720 problema de drenagem pluvial lá no empreendimento era conhecido desde antes
721 da assinatura do acordo judicial, ele foi um dos motivos para assinatura do acordo
722 judicial, que o Estado é signatário, que o Ministério Público Estadual é signatário,
723 o Ministério Público Federal e o Iphan são signatários. Eu vou ler para os senhores
724 aqui alguns pontos do acordo, antes de existir licenciamento. ‘Para a consecução
725 dos objetivos estabelecidos na cláusula 1ª, a AVG deverá elaborar e apresentar

726 ao MPF, MPE, Iphan, Secretaria de Meio Ambiente, DNPM, até 180 dias da
727 assinatura do presente instrumento.’ Tem aqui o Prad, EIA/Rima, manual de
728 funcionamento das pilhas. E tem também ‘projeto de sistema de drenagem pluvial
729 em a toda área ser fechada, inclusive cavas e pilhas’. Já era um problema
730 conhecido, inclusive, foi um dos estudos que foram cobrados antes do
731 licenciamento, no acordo judicial. Esse estudo foi encaminhado para o Ministério
732 Público Estadual, para o Ministério Público Federal e para o Iphan, para
733 aprovação, antes do licenciamento. Então existe um projeto de drenagem pluvial,
734 e, antes de existir licenciamento, foi aprovado por esses órgãos. Eu vou ler aqui
735 a continuação. ‘Os planos, estudos e manual acima deverão ser elaborados em
736 conformidade com as diretrizes técnicas previstas para o trabalho desse escopo’.
737 ‘Aprovados pelo Ministério Público Federal, o Ministério Público Estadual e o
738 Iphan, no prazo máximo de 60 dias, os documentos previstos no item 3.1 (que foi
739 esse que eu li) desta cláusula, a AVG formalizará o processo de licenciamento.’
740 Então já é um problema conhecido antes do licenciamento. Realmente, é
741 conhecido. Não se tinha ciência de nenhum problema que possa ter sido gerado
742 depois disso, mas era um problema conhecido, sim. E no item 4.2 do acordo
743 também estava previsto isto: ‘A execução do plano de recuperação e atividades
744 da mina obedecerão às seguintes diretrizes e pressupostos, os quais deverão ser
745 observados pela AVG.’ Eu vou ler o item: ‘Restabelecer...’ ‘Restabelecer’, então
746 estava com problema desde 2013. ‘Restabelecer a drenagem natural da área
747 apresentando plano de recuperação dos cursos de água inseridos tanto na área
748 diretamente afetada quanto naquela indiretamente afetada pelo empreendimento,
749 contemplando medidas para o seu desassoreamento e revitalização.’ Isso foi
750 considerado no licenciamento ambiental também. Quando pegamos o adendo ao
751 Parecer Único 078/2018, no item 9.3.1.4, que fala ‘alteração na dinâmica hídrica
752 superficial’, já estava previsto esse problema que existe lá hoje, desde 2013. O
753 item 10.5 trata do que vai ser feito para solucionar esse problema, que foi proposto
754 e aprovado por todos os órgãos, que está no item 10.5. ‘Programa de drenagem
755 superficial.’ Além dele, também tem o ‘programa de controle e monitoramento de
756 processos erosivos e movimentos de massa’. O que esse programa prevê? Prevê
757 que após a instalação... tem que lembrar que essa licença não teve efeito ainda
758 – empreendedor tem que fazer monitoramentos constantes e, com base no que
759 ele for detectando, ele tem que ir propondo melhorias no sistema de drenagem,
760 além daquele que já foi aprovado. Eu acho que seria importante a empresa se
761 manifestar quanto a isso também, mas todo mundo entender aqui o seguinte: hoje
762 lá é uma área degradada, nós não estamos falando aqui de uma área greenfield,
763 nós estamos falando de uma área degradada, que foi analisada por todos os
764 órgãos, que teve quatro cenários, que foram aprovados os cenários; que tem um
765 acordo judicial tramitado, e nós cumprimos esse acordo. Então o que está previsto
766 hoje, que foi aprovado com base no parecer que nós elaboramos, foi: tem um
767 problema de drenagem pluvial? Tem. Para que ele seja solucionado, tem que
768 fazer o cenário 3. Dentro do cenário 3, tem esses programas que foram

769 aprovados, inclusive, pelos órgãos ministeriais também. Só para deixar isso claro.
770 Quanto à fala agora do Sr. Grillo, que falou que esse licenciamento é ilegal, eu só
771 queria deixar claro também que esse questionamento foi levado em juízo, a juíza
772 analisou e concluiu que, além de não ser ilegal, foi um grande avanço para a
773 recuperação da área o Parecer Único elaborado por esta Secretaria. O senhor
774 falou 'ilegal'. Eu fico à disposição para tirar mais dúvidas e acho importante se
775 pedir para a empresa se manifestar também.” Conselheiro Evandro Carrusca de
776 Oliveira: “Hidelbrando, diante do que você colocou, nós temos alguns slides que
777 eu estou considerando como sendo verdadeiros, mas são vocês que têm que
778 comprovar. Diante disso, qual o posicionamento de vocês diante de algo que,
779 mesmo estando impactado, continua impactando áreas recentes.” Presidente Yuri
780 Rafael de Oliveira Trovão: “Vamos esgotar a parte dos inscritos, porque
781 provavelmente irão aparecer alguns esclarecimentos, e aí nós voltamos ao
782 debate.” Roberto Fróes/Representante da sociedade civil: “Bom dia a todos.
783 Como eu havia dito na última reunião que ocorreu aqui sobre a serra da Piedade
784 e a AVG, todo esse processo é fruto de mentiras. Ele começa dizendo que é para
785 recuperar. A partir de recuperar, eles criam uma falácia de que têm que minerar
786 mais 15 anos para que se possa recuperar, porque o empreendimento tem que
787 ser viável financeiramente. Agora, na hora que eu compro um passivo eu tenho
788 que ter consciência do que eu comprei. Teve uma reunião – eu não tenho a data
789 aqui, mas tem outras pessoas lá da região do Brumado –, nós tivemos lá uma
790 primeira reunião há um ano e pouco, dois anos. Eles chegaram lá falando de um
791 dam break, onde toda a população a jusante ficou assustada. Por quê? Como é
792 que se chega lá, reúne um grupo e fala? Se vão minerar, recuperar a área, tem
793 risco de coisas fatais a pessoas. E para isso foi feita a zona de autossalvamento.
794 Inclusive, na comunidade em que moramos, nós estamos nessa zona, tem
795 residência nessa zona. Na hora em que se vai ler mais a fundo, eles falam ‘não,
796 esse é um estudo conservador.’ Mas a partir desse estudo conservador eles criam
797 uma falácia que deixou o pessoal das comunidades assustado, haja vista
798 Mariana, haja vista Brumadinho. Eles são inteligentes, não se tem que negar a
799 capacidade e inteligência deles. Eles entraram com o pedido da juíza logo após
800 Mariana, registrado em cartório, mostraram os riscos etc. E a juíza deu um
801 despacho baseado nos documentos dos autos. Outra coisa que é uma falácia, a
802 base de dados para o uso da água, utilização da água, é de 2017. Então os
803 consumos da população não aparecem no IGAM, não aparecem no estudo da
804 AVG. E as águas nossas estão ficando contaminadas. Além disso, no estudo da
805 própria AVG, pela Geomil, falam-se que essas pilhas estão estáveis, estavam lá
806 há 12 anos. A pilha 2, que não foi mexida, quando vocês forem fiscalizar, por
807 gentileza, vejam se está estável igual se afirmou e o estudo falou que estava
808 estável. Por que o problema está na pilha 1? É justamente na pilha 1 que foi
809 desestabilizado, que eles cortaram em três pontos. E na hora que você corta
810 essas pilhas, vem chuva que vai carrear os finos. Nós vamos verificar que aonde
811 não se mexeu nas pilhas, o estudo apresentado pela Geomil fala que elas

812 estavam todas estáveis. Já houve descida de lama lá naquela região? Já. Agora,
813 fino de minério que desceu pelo instituto, pelos córregos, na região da serra da
814 Piedade de proteção, paisagismo, nunca ocorreu dessa forma. Então é importante
815 que se verifique isso, de onde que surgiu esse minério. Tudo leva a crer a nós
816 que tenha vindo do empreendimento AVG, tudo leva a crer, então cabe aos
817 órgãos fiscalizadores constatar isso. Essa mentira começa muito lá atrás, fala que
818 é a serra do Brumado. Lá não tem serra do Brumado, tem a serra da Piedade.
819 Então seria uma série de incongruências que passa batida por todos os órgãos.
820 Como eu estava dizendo, eles são inteligentes e entraram com o pedido logo após
821 ocorrer em Mariana. Muito bem feito o trabalho técnico. Não é porque não
822 concordamos que achamos que eles são burros. Não, eles são inteligentes, tanto
823 é que conseguiram chegar aqui até hoje e têm conseguido levar o processo em
824 frente. Outra coisa, lá fala – na hora que eu falei do IGAM – que a água está toda
825 disponível, que não tem usuários abaixo. Está cheio de residências, cheio de
826 casas. Nesses encontros últimos que houve lá, patrocinados pela AVG,
827 cumprindo determinação judicial, nós levantamos uma série de questões.
828 Filmaram – eu tenho cópia do filme, depois vou repassar para os órgãos
829 competentes –, mas não tem ata. A primeira ata é do instituto, não foi nos
830 apresentada essa ata. Então não temos as informações necessárias para que
831 possa a comunidade como um todo participar. Então o que eu rogo é que as
832 comunidades sejam ouvidas, igual está sendo aqui, que sejam dadas palavra e
833 voz igual vocês estão dando aqui. Mas tem uma série de coisas que eles levam e
834 deixam o poder público em situação difícil, porque o responsável técnico assina
835 que pode ter risco. Aí fica difícil para os outros órgãos contrariar. Então está aí a
836 capacidade técnica do empreendimento. E cabe a nós mostrarmos o contrário.
837 Com relação às águas superficiais, nós estamos com os corpos lá todos cheios
838 de minério. Então, na hora que vocês forem fiscalizar, peçam para pegar os
839 corpos chegando até lá perto da BR. Tem lugar que choveu tanto, molhou tanto,
840 desceu tanta água, que o minério subiu em cima da estrada. E nesse meio-tempo
841 também os caminhões foram lá e recuperaram, máquinas, tratores etc. E eles
842 falam então da disponibilidade de água e não levam em conta os moradores.
843 Então nós estamos fazendo uma campanha lá na região do Brumado para que a
844 gente cadastre o uso insignificante de água, cisternas poços artesianos, para que
845 tenhamos direito a assegurar a água para nossa sobrevivência. Porque, além
846 disso, eles têm licença para perfurar seis poços tubulares profundos, sendo que
847 dois já estão em operação. Isso vai baixar o lençol freático, se operarem todos.
848 Mesmo que o Estado tenha controle disso, para não virar lá um deserto, mas a
849 nossa cultura, a nossa tradição lá, é feita pela paisagem, pelo patrimônio histórico
850 e artístico da Serra da Piedade. Então nós estamos aqui também para apoiar esse
851 requerimento que vocês fazem. E esse rompimento se deu no dia 24, igual a Teca
852 falou, para 25, essa chegada desse minério. Eu moro lá, eu estou lá há vinte e
853 poucos anos, e nunca chegou minérios nesse volume, nessa quantidade e dessa
854 forma. Eu agradeço a vocês e peço que registrem isso e verifiquem ou peçam à

855 AVG que atualize os dados referentes aos usuários de água na bacia do
856 Brumado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço pelas
857 manifestações e já solicito, à empresa, quando for se manifestar, para esclarecer
858 esses pontos em relação ao uso da água. É importante destacar – eu não falo
859 somente desse empreendimento, eu falo de todos os empreendimentos e dos
860 usuários de água –, o sistema nosso que é verificado de disponibilidade hídrica é
861 com aquilo que é registrado. Se a pessoa que utiliza não registra, e uma terceira,
862 uma quarta ou quinta já solicita, vamos verificar o que está sendo usado e aquela
863 disponibilidade hídrica registrados. Eu sou do Norte de Minas, isso acontece muito
864 no Norte de Minas, várias pessoas utilizam o recurso hídrico, mas não têm
865 outorga, não fez o cadastro de uso insignificante. Quanto vamos ao sistema,
866 verificamos que tem disponibilidade hídrica, mas na prática às vezes isso não
867 acontece. Então por isso que é importante, como o senhor colocou, essa
868 divulgação, a necessidade de se cadastrarem os usos insignificantes de recurso
869 para estar tendo o dado oficial, o dado correto no nosso sistema.” Ana Carolina
870 Martins/Mitra Arquidiocesana de Belo Horizonte: “Bom dia a todos os
871 conselheiros, a todos os presentes aqui hoje. Meu nome é Ana Carolina, eu sou
872 representante da Mitra no recurso que nós propomos contra a emissão das
873 licenças e, diante de tudo que já foi dito, eu vou tentar ser o mais breve possível.
874 Inicialmente, eu gostaria de ressaltar que esse licenciamento por si só é uma
875 exceção à regra, em tese, ele não deveria nem sequer acontecer. Ele acontece,
876 em razão como já exposto, pelo acordo judicial que foi homologado. Em que pese
877 isso, eu gostaria de lembrar que, além de o empreendimento estar perto do
878 Santuário da Basílica de Nossa Senhora da Piedade, ele também está inserto
879 dentro da APA Águas da Serra da Piedade, na APA de Descoberto, na RPPN
880 AngloGold Ashanti. Ou seja, em tese, ele nem sequer poderia ocorrer. Em que
881 pese todos esses critérios locacionais, abriu-se essa exceção a fim de promover
882 a recuperação da área que foi degradada, que foi deixada degradada pela antiga
883 empresa, a Brumafer, que agora é da AVG. O objetivo então que temos que
884 lembrar sempre nessa análise crítica é que o objetivo desse processo de
885 licenciamento não é um mero proveito econômico da empresa, nós temos que
886 lembrar que o objetivo do licenciamento é a recuperação da área. E isso devia ter
887 sido mantido em mente durante o tempo todo desse processo. O que acontece é
888 que o licenciamento, conforme conseguimos verificar, não foi estrito aos termos
889 do acordo judicial e não obedeceu aos termos do acordo judicial, conforme foi
890 proposto. Ele aprovou unidade de tratamento de minério não prevista, dentre
891 diversas outras estruturas, que, pelo tempo, não vou poder citar todas. E foi dito
892 que não tem problema aprovar essa unidade de tratamento de minério porque
893 isso vai ser retirado no descomissionamento. Só que eu gostaria de lembrar que
894 pensamos ou pelo menos deveria ser que todas as unidades, todas as estruturas
895 têm que ser retiradas após o descomissionamento. É o que se espera pelo menos.
896 No mais, não consta anuência até hoje, no processo, do Iphan, o que já
897 caracteriza descumprimento de uma das 88 condicionantes colocadas dentro do

898 parecer técnico. O município de Sabará disse, expressamente, na 41ª reunião,
899 extraordinária, que não reconhece a certidão de conformidade emitida nos autos
900 desse processo. O licenciamento não observou o acordo. Foi feito um laudo,
901 inclusive, técnico, que comprova que o licenciamento não observou os termos do
902 acordo. No entanto, foi justificado a nós que as pessoas – um engenheiro florestal,
903 um engenheiro civil e dois biólogos que elaboraram esse estudo – não têm
904 formação suficiente para analisar os critérios do licenciamento ambiental e dizer
905 se estão ou não de acordo. Assim sendo, diante de tudo, conseguimos observar
906 que não foi observado o princípio da precaução no licenciamento. Isso, primeiro,
907 porque o espaço de tempo entre a apresentação do EIA/Rima e a emissão da
908 licença foram cinco, dez anos. Então se o empreendedor vier aqui hoje e pedir um
909 licenciamento ambiental e apresentar um EIAR/Rima, daqui a dez anos eu vou
910 emitir uma licença, porque não vale a pena atualizar os dados, não é necessária
911 atualização de dados, que o decorrer do tempo não causa mudanças. No mais,
912 das 88 condicionantes, 23 são de estudos e programas que deveriam ter sido
913 solicitados como informações complementares, mas não foram, sem quaisquer
914 justificativas. Estão como condicionantes e não como estudos. Mas daí eles
915 questionam o porquê de que estudos que têm o condão de demonstrar o impacto
916 ambiental da atividade foram solicitados como condicionantes, ou seja, no
917 momento da emissão da licença e não antes. Só em Minas Gerais, conforme já
918 foi dito, teve dois acidentes de proporções catastróficas, mas ainda assim parece
919 que hoje, neste momento, nós ainda não aprendemos a licenciar, nós ainda
920 estamos dispostos a assumir riscos, nós ainda estamos dispostos a licenciar sem
921 conhecer a integralidade da atividade, sem nos importarmos de esclarecer para a
922 sociedade. Na área do empreendimento, existem 50 cavidades naturais, das
923 quais 11 são de relevância máxima, ou seja, sequer são passíveis de impactos
924 ambientais negativos irreversíveis. As intervenções nas áreas naturais
925 representam 30% das áreas afetadas. Os aspectos hidrogeológicos desse
926 licenciamento não estão esclarecidos porque, se tivessem, nem sequer as
927 condicionantes 59 e 60 precisariam de existir. E no fim das contas de tudo, as
928 respostas que recebemos foi que não é possível que o licenciamento seja revisto,
929 porque não existem vícios nesse processo de licenciamento. Só que eu acho que,
930 diante de todo o exposto, tendo em vista a existência de tantos questionamentos
931 para os quais não existem respostas claras e objetivas informadas, e só pela
932 omissão da análise completa, já configura, sim, o vício na análise promovida pelo
933 órgão ambiental. Assim sendo, o pedido da Mitra Arquidiocesana de Belo
934 Horizonte era pela reanálise. No entanto, ao se dizer que não existe amparo legal
935 para tanto, nós estamos solicitando o deferimento do nosso recurso, portanto, o
936 indeferimento ou pelo menos a reanálise das licenças emitidas nesse processo.”
937 Silvana Fróes/Membro da comunidade: “Bom dia a todos, meu nome é Silvana,
938 eu resido embaixo da serra da Piedade. Meus pais moraram em Caeté, meus
939 quatro irmãos nasceram em Caeté, eu fui criada muito tempo em Caeté, onde eu
940 passava na serra da Piedade. Aquela serra é o feminino, nós temos que cuidar

941 do feminino. Estamos numa comunidade muito patriarcal, muito poder do dinheiro,
942 e isso destrói muita coisa. Se vocês forem à serra da Piedade, onde está a
943 mineradora, vocês vão ver a ferida que existe, uma ferida muito grande. Quando
944 da minha casa eu olho, dá vontade até de chorar. Então eu converso muito com
945 a serra. Então não podemos deixar isso acontecer, porque é um empreendimento
946 que não vai consertar, todo mundo sabe disso, estou vendo na fala de todo
947 mundo. Não é possível que vocês não entendem isso. É só para destruir, eles não
948 vão consertar nada, estão só destruindo. As águas estão contaminadas. Nós
949 temos prova disso. As águas aonde tem mineradora trazem uma doença para a
950 quinta geração. Se vocês soubessem disso, não iam querer ficar perto de onde
951 tem mineradora. Além do mais, eles vão tirar água a mais de 10 km de distância,
952 até lá em Ravena. Então eu penso que vocês têm que ter muita consciência de
953 saber o que vocês estão fazendo, entregar o cargo de vocês com essa
954 consciência de não deixar mais destruição. Já ouviram aqui todos falando que a
955 serra da Piedade é um lugar que temos que manter, já tem muitos empregos. E
956 eles vivem falando 'nós vamos dar emprego'. É isso que eles falam. E o pessoal,
957 na ignorância mesmo, acha que isso é importante. Mas não é, tanta gente vai
958 adoecer, nós não vamos deixar as águas para os nossos netos. Eu agora tenho
959 neto, eu estou ali não é à toa. Tem 30 anos que eu vou ali e tenho essa missão,
960 é uma missão, de contribuir para não deixar a destruição. Porque é muita mata, é
961 um lugar pertinho de BH. Não sei se vocês conhecem a região do Brumado. É
962 muita mata, muita nascente. Então debaixo da serra nós sabemos que têm mais
963 de 40 cavernas. Se a mineradora voltar, ela vai destruir as cavernas. Olha que
964 absurdo. Vai destruir nossa água. Se você olhar o que está acontecendo, é um
965 absurdo. Eu proponho que a mineradora nem faça nada com esse dinheiro, e nós,
966 o povo, vamos conseguir mudar aquela região sem dinheiro de mineradora. Nós
967 não precisamos de mineradora para destruir e falar que vai consertar. Não existe
968 isso. Nós conseguimos, com muita gente de Minas, do Brasil e do mundo, mudar
969 aquela situação. Não é possível conseguir destruir a nossa serra, o nosso mundo.
970 Não é possível mais, não vamos deixar. Eu sou bisneta de índio, aquela região
971 era de índio, que conseguia viver numa natureza pura. Então nós vamos lutar com
972 amor mesmo, não vamos deixar acontecer isso, e que vocês tenham consciência
973 disso. Vocês estão largando o cargo agora, entreguem isso para Deus, porque
974 aquilo é impossível continuar.” Fernando César do Nascimento/Mitra
975 Arquidiocesana de Belo Horizonte: “Bom dia a todos os conselheiros, bom dia aos
976 queridos irmãos e irmãs que aqui se fazem presentes. Sou padre Fernando César
977 do Nascimento, hoje tenho a responsabilidade enquanto vigário episcopal para o
978 setor do meio ambiente da Arquidiocese de Belo Horizonte, e, como todos sabem,
979 o Santuário Estadual de Nossa Senhora da Piedade é um verdadeiro tesouro que
980 Minas Gerais tem. Caeté e Sabará deveriam se orgulhar e muito desse patrimônio
981 que lá tem. É uma pena não estarem aqui os nossos dois prefeitos, nem de
982 Sabará nem de Caeté, mas temos aqui os vereadores, e quero eu acreditar que
983 os nossos irmãos vereadores de Caeté estejam cada vez mais conscientes dessa

984 responsabilidade que temos em nossas mãos. Neste momento em que o mundo
985 se preocupa com aquecimento global, com a ecologia integral, nós estamos aqui
986 este tempo todo, há tantos anos, tentando tratar de algo que não precisaria nem
987 ser tratado. Porque é óbvio, é claro o que lá está acontecendo. Eu gosto muito do
988 Hidelbrando Neto enquanto pessoa, e ele sabe disso. Sinto muito e com pesar
989 não termos a presença do Dr. Germano, mais uma vez, pois por tantas vezes nós
990 já sentamos e já dialogamos. E desse diálogo nós não avançamos. Se a AVG tem
991 tanta certeza do seu empreendimento, eu não entendo por que o seu presidente,
992 o Sr. Rodrigo Gontijo, já nos chamou para conversar e fazer um acordo. Se é tão
993 certo o empreendimento, por que fazer acordo? É uma interrogação que se
994 levanta. Nós estamos vivendo, como igreja, o tema da Campanha da
995 Fraternidade, que tem como obrigação o seu cunho social, que traz a passagem
996 do 'Bom Samaritano', que diz: 'Ele viu, sentiu compaixão e cuidou dele.' Por isso
997 nós estamos aqui querendo cuidar desse maior patrimônio ambiental, cultural e
998 histórico de Minas Gerais. O IEF tem constatado em números, enquanto
999 monumento natural, que é o maior parque visitado do nosso Estado de Minas
1000 Gerais. Apresentamos todas as justificativas, e infelizmente elas ficaram aonde
1001 estão, nós não conseguimos avanços diante da responsabilidade tida, onde o
1002 excelentíssimo senhor governador do Estado, que traz como seu lema – não sei
1003 se está certo; se estiver errado, me perdoem – um governo diferente, mas com
1004 eficiência, esteve no santuário no dia 5 de janeiro, assim que tomou posse, e
1005 disse, para todos nós que lá nos encontrávamos: 'Este território do Santuário
1006 Basílica da Serra da Piedade nunca deve ser tocado, aqui deve ser um local
1007 intocável.' Mas quando nós vamos ver nos pareceres as coisas assim não
1008 funcionam. Quando nós pedimos para que seja revisto o processo, para que se
1009 releia, até mesmo levando em consideração o tempo que esse processo corre –
1010 e tudo muda na vida –, nem isso é levado em consideração. O Conselho do
1011 Monumento Natural Serra da Piedade (Mona ESP), legalmente constituído, nem
1012 sequer foi ouvido, foi 100% ignorado. Então para que a existência do Mona ESP?
1013 Que tem o seu gerente o funcionário do IEF. Por isso nos traz indignação, e me
1014 perdoem por assim dizer, nós sabemos nessa hora. Porque, como a advogada já
1015 falou tecnicamente e expôs, há inúmeras aberrações dentro do processo, são
1016 inúmeras situações que carecem de um olhar muito sério para que tomemos essa
1017 decisão. E eu fico pensando, e assim já vou terminando, olho para os senhores,
1018 olho para esses irmãos e irmãs santos aqui presentes, inclusive os nossos irmãos
1019 e irmãs da AVG, que, embora divergentes de opiniões, somos irmãos e nos
1020 respeitamos: qual será o legado que nós vamos deixar para as crianças? Porque,
1021 se continuar como está, será o pior possível. E eu estou hoje como pároco em
1022 Brumadinho, e só quem está lá sabe a dor que aquele povo vive. Por isso eu peço
1023 muito a benção de Deus para vocês conselheiros, para que vocês possam, de
1024 fato, profissionalmente, amar e temer a Deus na hora de dar os seus votos, porque
1025 as consequências certamente virão, as consequências não faltarão. E como nos
1026 diz também, biblicamente falando, o profeta é aquele que anuncia a justiça de

1027 Deus e denuncia a injustiça dos homens. Espero eu nessa hora, humildemente
1028 dizendo, ter sido aqui a voz do profeta anunciando a justiça de Deus e
1029 denunciando a injustiça dos homens, porque o dinheiro, nós dele necessitamos,
1030 mas ele não é tudo na nossa vida. E quando nós devastamos a casa comum,
1031 quando nós não cuidamos da ecologia integral, nós matamos a nossa vida, que é
1032 dom é o dom mais sagrado que Deus nos concedeu. Que Deus nos abençoe, que
1033 a Mãe da Piedade nos proteja, e que sejamos, assim eu espero, que os senhores
1034 e senhoras sejam, profundamente coerentes nos seus votos. E não sejam – me
1035 desculpem de novo assim dizer – como disse o nosso governador, aqui não se
1036 toca, mas há uma permissão para se tocar. E não acredito que exista no mundo,
1037 humanamente falando, nenhum processo, nenhuma juíza, nenhum juiz que tenha
1038 soberania de determinar tudo conforme a sua cabeça manda. Penso que vale a
1039 pena a gente avaliar. Obrigado pela oportunidade.” Viviane Aquino/Membro da
1040 comunidade: “Bom dia a todos. Viviane Aquino, eu sou moradora da Porteira dos
1041 Cedro, estou bem atrás, a mineradora está no meu quintal. E esse sedimento que
1042 aconteceu, eu o sinto até hoje. Eu tenho foto da água que está saindo na torneira
1043 da minha cozinha, é laranja e, quando decanta, fica uma camadinha de minério.
1044 É essa água a única água que toda a comunidade tem para servir para os seus
1045 filhos e para o seu animal. A Lei das Águas afirma que em local de escassez o
1046 consumo prioritário é humano, mas a AVG não está levando isso em conta.
1047 Porque em época de escassez nós temos que poupar muito. E em documentos
1048 que eu li sobre a AVG tem uma coisa que me chamou atenção, uma pequena
1049 coisa. Falando que eles estão gastando 10.000 l de água por dia para lavar
1050 caminhão. Eu sobrevivo com 3.000 l na semana em época de escassez.
1051 Consciência é a palavra que eu peço. Por favor, não deixa, é o meu lar, são meus
1052 filhos que têm essa água para beber. A única água. Eu não estou falando de mais
1053 nada, eu nem estou falando de meio ambiente, que é óbvio. Eu estou falando de
1054 água, é só isso que eu quero. Eu não estou falando da MG-435, que está pura
1055 lama, cheia de buraco ou remendo. Eu não estou falando de mais nada, só água.”
1056 Gilvander Luís Moreira/Comissão Pastoral da Terra: “Bom dia, meus irmãos e
1057 minhas irmãs. Eu sou frei Gilvander Luís Moreira, padre da Ordem dos Carmelitas,
1058 sou da Comissão Pastoral da Terra e tenho alegria e responsabilidade junto com
1059 os irmãos no sacerdócio de estar nessas lutas. Eu queria falar quatro palavrinhas
1060 aqui. Primeiro, quero aqui, em nome da Comissão Pastoral da Terra, expressar o
1061 nosso apoio à greve dos servidores do governo de Minas na área ambiental.
1062 Vocês viram aqui, no clamor dos dois funcionários no início, uma tremenda
1063 injustiça que o governador Romeu Zema está fazendo. Como é que pode propor
1064 42% de aumento salarial para polícia, setor de segurança, e deixar de fora os
1065 servidores da área ambiental, da saúde, da educação, de todas as áreas sociais?
1066 O princípio da isonomia tem que ser respeitado, está na Bíblia que Deus não faz
1067 discriminação de pessoas, e na constituição, que a dignidade humana tem que
1068 ser respeitada. E para ser respeitada não pode ter discriminação. Segundo, Yuri,
1069 eu quero aqui, em nome da Comissão Pastoral da Terra, repudiar e protestar

1070 contra a aprovação do licenciamento da Mineradora Morro do Ipê S/A. É mais um
1071 conjunto sendo colocado no altar de sacrifício do capital. Como é que pode? A
1072 nossa advogada foi generosa, ela se referiu a Mariana e Brumadinho como
1073 acidente. Foi crime e tragédia. Como é que pode diante de quase 300 irmãos
1074 nossos assassinados continuar ampliando mineração na região metropolitana de
1075 Belo Horizonte? É um absurdo. Quero aqui também em nome da Comissão
1076 Pastoral da Terra, mais uma vez, protestar e repudiar diante da estrutura injusta
1077 da Câmara de Atividades Minerárias aqui do COPAM, do governo de Minas.
1078 Como é que pode ter aqui 12 conselheiros e só dois representando a sociedade
1079 civil? O Evandro, pelo Cefet, e o Lúcio, pelo Fonasc. E outros dez representando
1080 ou o governo de Minas, ou o governo federal ou o setor das mineradoras. Isso
1081 não é apenas um jogo de cartas marcadas, isso é um teatro de horrores. Ser
1082 sempre dez contra dois? Quando é que vai ter justiça? É um absurdo um trem
1083 desse. Isso precisa ser repensado porque a história vai cobrar, e nas filmagens
1084 aqui nós estamos mostrando os nomes e os rostos de todos vocês. Espero que a
1085 consciência algum dia toque. Quarto ponto: quero fazer coro aqui também diante
1086 desse absurdo, dessa injustiça socioambiental tremenda que é esse
1087 licenciamento, para também continuar apunhalando a serra da Piedade. Pelo
1088 amor de Deus, pelo amor às crianças, pelo amor aos filhos que vocês devem ter,
1089 pelo amor às próximas gerações. Colocar também a serra da Piedade no altar de
1090 sacrifício do deus capital é um absurdo. E abram o olho. O padre Fernando foi
1091 muito generoso aqui e falou que Nossa Senhora da Piedade abençoe todos
1092 vocês. Eu vou dizer um pouquinho mais, atenção, cuidado, porque a justiça divina
1093 não falta. Minerar na serra da Piedade significa apunhalar a fé de todos os
1094 católicos de Minas Gerais e do Brasil. Nossa Senhora da Piedade é a padroeira
1095 do Estado de Minas Gerais. Vocês estão brincando? Brincando, não. É um
1096 negócio muito sério. Depois quando começam a chegar a justiça divina, câncer,
1097 Alzheimer, depressão, suicídio ou capotando e tal, aí não sabe de onde que estão
1098 vindo as coisas. Então ponham o dedo na consciência e não absolutize ser
1099 vassalo do deus mercado, do deus capital. Porque diante dos clamores das
1100 moradoras, dos moradores, do povo aqui, está muito claro que minerar na serra
1101 da Piedade é um projeto satânico, diabólico. E não entendam aqui satanás e diabo
1102 como algo abstrato, é uma estrutura, um conluio do Estado de Minas Gerais –
1103 também com participação, porque tem governo federal aqui também – com o deus
1104 mercado. Não pode isso, e nós temos que respeitar. É um absurdo. Tem certas
1105 coisas que se colocam aqui, que pensam que somos bobos, trouxas. Nem se
1106 respeita ao Dicionário Aurélio. Então eu queria dizer para a conselheira: princípio
1107 da precaução pode, sim, e deve proibir mineração que coloca em risco o meio
1108 ambiente. Eu já vi várias decisões judiciais invocando o princípio da precaução,
1109 que é um princípio constitucional e que deve ser respeitado no licenciamento
1110 ambiental. Em 2004, há 16 anos, quando a Campanha da Fraternidade era sobre
1111 a água, fonte de vida, eu, frei Gilvander, fui ameaçado de morte porque nós
1112 questionamos a abertura da mina Capão Xavier, aqui em Nova Lima, ao lado de

1113 Belo Horizonte. Entramos duas ações populares e uma ação civil pública. Um juiz
1114 federal proibiu a abertura da mina Capão Xavier, da mineradora Vale, e na época
1115 também da MBR, invocando o princípio da precaução e da cautela. Outra coisa,
1116 fico feliz, Julio Grillo, obrigadão por você ter lembrado mais uma vez aqui a função
1117 da SEMAD, Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do
1118 Estado de Minas Gerais. Se está até escrito lá que a missão da SEMAD é garantir
1119 a sustentabilidade, o que se está fazendo aqui é apunhalando. Essa conversa
1120 fiada de desenvolvimento sustentável não existe, é uma contradição.
1121 Desenvolvimento está no rumo de progresso, exploração, acumulação de capital.
1122 Sustentável significa preservar, conviver, pensar nas próximas gerações,
1123 aprender com o legado dos povos tradicionais, dos povos indígenas. Então
1124 sustentabilidade é radicalmente contraditória com desenvolvimento. Isso tem que
1125 respeitar o sentido das palavras. E faço coro aqui com o que o padre Fernando
1126 lembrou, nós estamos no tempo de quaresma, tempo de conversão, de conversão
1127 pessoal, social, ecológica, política, econômica, e também de Campanha da
1128 Fraternidade. E o tema é sobre a vida, a vida como dom e como compromisso. E
1129 alerta aqui também. Se o governo de Minas e todas essas entidades aqui –
1130 Sisema, Crea Minas, Segov, Sindiextra, Agência Nacional de Mineração, Ibram,
1131 Cefet Minas Gerais, Sedese, Sede, Codemig, Sisema – concluírem e não
1132 voltarem atrás com esse processo, com esse licenciamento da serra da Piedade,
1133 vocês estarão cometendo um crime. E nós vamos continuar lutando judicialmente
1134 e, se necessário for, quero fazer uma alerta aqui. Agora, eu acho que descobri
1135 por que o dono da AVG está sinalizando tentativa de acordo com a arquidiocese.
1136 Porque, meus irmãos e minhas irmãs, se vocês não voltarem atrás e cancelarem
1137 esse licenciamento na serra da Piedade, se não conseguirmos judicialmente
1138 derrubar, o povo na marra vai impedir essa mineração na serra da Piedade,
1139 porque ninguém opta pela morte, e, quando o povo cada vez mais sentir que a
1140 morte está chegando, o povo vai se rebelar. Vá a Brumadinho para ver, gente.
1141 Pelo amor de Deus. O nosso querido dom Vicente Ferreira passou agora 15 dias
1142 na Europa e na ONU denunciando as gravíssimas violações que a mineradora
1143 Vale, as grandes mineradoras e o governo de Minas e o Estado brasileiro estão
1144 fazendo contra o povo, contra a Mãe Terra, contra a irmã água, contra todos os
1145 seres vivos. Nós temos que frear essa avalanche de devastação. É crime, e vou
1146 mais além, invocando nosso querido papa Francisco, quero dizer o seguinte: é
1147 tempo de quaresma. Conceder o licenciamento para sacrificar no altar do deus
1148 capital a serra da Piedade é um pecado, é um pecado ecológico versículo, que
1149 mexe com a ira de Deus. No segundo versículo da Bíblia está escrito assim: ‘O
1150 espírito de Deus está nas águas.’ E água é símbolo da realidade. Quer dizer, toda
1151 a realidade é sagrada. Então assassinar as nascentes e as fontes de água e
1152 contaminar é um pecado contra o Espírito Santo, é um pecado mortal, capital e
1153 mata as condições de vida. Então pelo amor de Deus, por amor às crianças, por
1154 amor à vida, peço a vocês: deem esse voto de confiança, porque senão Nossa
1155 Senhora da Piedade, se ela tiver que agir, a justiça divina vai chegar.” Gustavo de

1156 Azevedo tarde a todos. Eu faço parte de uma das equipes que trabalharam nesse
1157 licenciamento, então na verdade estou à disposição para responder às perguntas.
1158 Mas eu achei pertinente fazer uso dos meus 5 minutos para, primeiro, colocar que
1159 a fala do Sr. Hidelbrando é irretocável e é exatamente o sentimento que nós temos
1160 e aquilo que a gente vem defendendo há muito tempo. A situação na Brumafer é
1161 uma situação grave. É uma mina que não foi descomissionada, ela não está
1162 preparada para um abandono, ela tem que ser adequada, as suas condições, e
1163 evidentemente ela ainda não pôde seguir com todo o plano de recuperação que
1164 está concebido. Nós vimos, este ano, precipitações de magnitude absolutamente
1165 extraordinárias. Eu nunca imaginava que eu ia ver uma chuva decamilenar e vi
1166 uma chuva decamilenar caindo aqui em Belo Horizonte. A região metropolitana e
1167 Minas Gerais sofreram demais com a chuva nesses anos. A situação é crítica, é
1168 grave. Nós temos normas que acabaram de ser formuladas, normas de 2017, que
1169 certamente precisarão de ser revistas. Nós temos componentes que não estão
1170 bem delineados sobre, por exemplo, mudanças de regime de precipitação. Então
1171 colocar que, de fato, toda essa condição mostra a urgência de se recuperar as
1172 áreas, de se preparar as áreas que não foram preparadas para uma desativação.
1173 E dizer da minha admiração por todo mundo que está aqui, porque, apesar de
1174 divergirmos em alguns pontos, certamente, estamos conseguindo ter uma
1175 discussão muito educada. E é muito raro ver uma discussão de alto nível em
1176 assuntos tão complexos e de opiniões tão diversas. Eu agradeço o espaço que
1177 foi disponibilizado e estou à disposição para esclarecimentos.” Jadson
1178 Rodrigues/Cidadão de Caeté: “Eu quero deixar aqui a minha mensagem como
1179 cidadão de Caeté, respeitando o que me antecedeu, o frei, o padre, todos os
1180 catedráticos que falaram em prol do que defendem. E dizer aos conselheiros, com
1181 respeito ao frei, que esse negócio de excomungar não resolve. Eu era um menino
1182 muito travesso e fui excomungado pelo padre a infância toda e estou aqui vivo. O
1183 que nós precisamos é ter coerência. A professora Helena contou uma história aqui
1184 muito salutar, vamos pensar nas crianças, pensar no futuro, contou a história de
1185 que ela vive de contar histórias. E eu vivo de realidade. E aqui nós percebemos,
1186 como o senhor que me antecedeu, que nós temos divergências de ideias e de
1187 propostas, mas que em momento nenhum foi se falado que realmente nós temos
1188 que olhar não é simplesmente a degradação, porque até então não sabemos, não
1189 temos conhecimento de degradação da serra da Piedade. Eu acho que é verdade,
1190 como foi dito aqui, mentiras estão sendo catalogados ao longo desse tempo. E eu
1191 quero dizer que precisamos, enquanto cidadãos, ver, senhor frei, que essas
1192 crianças com que vocês estão tão preocupadas precisam ser tiradas da fome, das
1193 mazelas das drogas. É o que estamos assistindo em Caeté por falta de
1194 oportunidade que os pais não estão tendo, porque não têm para onde ir, não têm
1195 como buscar recursos e alimentos para sustentação das suas famílias. Mas eu
1196 não vou me ater a isso, eu vou me ater a algumas coisas que estão sendo
1197 ignorados nessa rica oportunidade que estamos tendo com relação à empresa
1198 AVG, com relação aos interesses diretos também da igreja. Porque há interesse.

1199 Que seja na manutenção do santuário. E eu vejo e estou à vontade para dizer
1200 aqui, porque, como foi falado, uma reunião de alto nível, mantendo até então uma
1201 postura republicana. Nós discutimos com o catedrático professor aqui com quem
1202 temos costume de convivência, mas essa questão de ‘descer do muro’, eu vejo
1203 que nenhum dos senhores estão em cima do muro, eu vejo que pessoas que se
1204 preparam ao decorrer de uma vida para tomar decisões estão aqui, e essas
1205 pessoas, em algum momento, algum ponto desta reunião, eu senti, como disse o
1206 frei, apunhaladas, desrespeitosamente, porque eu não vejo que ninguém aqui
1207 está com a necessidade de ter algum benefício financeiro, político. Por enquanto,
1208 não. Eu não sei, eu não quero julgar. E não é salutar a igreja, com sua condição
1209 primórdia de fazer o seu discurso, ferir essas pessoas que estão aí lutando. Quem
1210 aqui quer derrubar a serra da Piedade? Levanta a mão, por gentileza, dos
1211 senhores. Quem aqui quer destruir aquele patrimônio? Eu posso falar. Nasce em
1212 72, na Santa Casa de Misericórdia da minha cidade. Eu sou caeteense, subi a
1213 serra a pé. E não era cobrado para subir. Subi a serra a pé e lá acampeei com
1214 prato de farofa. Então eu me sinto no direito de defender a serra da Piedade, com
1215 todos, país democrático, cada um tem sua opinião. Mas eu me sinto, porque nasci
1216 e subir a serra por várias vezes. Não era cobrado. Eu quero finalizar dizendo o
1217 seguinte. Estou aqui com a mesma bandeira e a mesma preocupação de vocês
1218 de manter o patrimônio da serra da Piedade, mas não ignorando a importância do
1219 projeto, que é salutar. Eu também não posso desconsiderar – a minha opinião –
1220 que o projeto é tão importante para a recuperação do passivo deixado. Porque
1221 falaram aqui tudo, mas se esqueceram de que a serra, durante 30 anos, foi
1222 garimpada, ela não foi minerada. O que está lá é porque foi feito um garimpo e
1223 que autoridade nenhuma se deu a responsabilidade de fiscalizar. Então eu acho
1224 que tem que sentar, tem que ser bem discutido, mas eu acho também que
1225 precisamos ser respeitados tanto nós caeteenses como a empresa escolhida –
1226 não foi imposta – para fazer a recuperação do passivo. Se isso vai acontecer ou
1227 não, não me cabe porque eu não sou geólogo, não sou da área. Eu trabalho com
1228 saúde, não tem nada a ver comigo. Mas eu acho que temos que apostar porque
1229 do jeito que está nós não podemos deixar as coisas acontecerem. E eu faço um
1230 convite, como foi feito aqui. As pessoas precisam ir lá, senhor presidente, para
1231 ver o que realmente está acontecendo. Então é tão importante preservar o
1232 patrimônio da serra da Piedade, como acreditar na empresa que foi escolhida
1233 através de várias discussões para fazer recuperação do passivo. E não vou aqui
1234 entrar no mérito de geração de emprego e renda, que eu vejo desnecessário.”
1235 Adilson dos Santos Moreira/Cidadão de Caeté: O companheiro que me
1236 antecedeu, o companheiro Jadson, praticamente já fez um resumo de tudo aquilo
1237 que nós gostaríamos de dizer aqui hoje nessa rica oportunidade. Tem um rapaz
1238 aqui também que nos antecedeu que falou sobre a forma respeitosa. Eu sou
1239 professor da rede estadual, sou cidadão caeteense, com muito orgulho, e, da
1240 mesma forma do Jadson, conheço a serra da Piedade e já subi ali quando não
1241 tinha nem asfalto, era só terra. Então eu gostaria de salientar também a forma

1242 que vem sendo discutida aqui hoje, de ambas as partes. Por estarmos também
1243 no regime democrático, divergências de ideias. Mas tem alguns pontos que
1244 gostaríamos de colocar hoje aqui nesta oportunidade. Eu acho que nós não
1245 podemos, em um cenário desse de grande responsabilidade, querer procurar
1246 algumas coisas que não existem no processo legal. O que se vende às vezes é
1247 que a serra da Piedade vai desaparecer. Quem enxerga a serra da Piedade do
1248 lado de baixo e escuta algumas pessoas dizer sobre essa recuperação ambiental,
1249 parece que vai vir uma retroescavadeira e tirar a serra da Piedade, tirar o
1250 santuário, tirar tudo de lá, e acabou, demoliu a serra da Piedade. O que não é
1251 verdade. E nós não podemos continuar com essa mentira. Nós conhecemos o
1252 projeto, ele nos foi levado. Eu sou vereador do município de Caeté. Por ser
1253 cidadão de Caeté, eu também defendo a serra da Piedade. Eu estou aqui com
1254 uma grande responsabilidade também, porque, a partir do momento que estou
1255 em um mandato, eu represento uma grande parcela da população que me
1256 credenciou a estar representando essa comunidade. Então eu falo não em meu
1257 nome, eu falo em nome de uma comunidade que me elegeu. Eu gostaria que
1258 algumas coisas fossem colocadas com mais clareza. E eu tenho pleno
1259 conhecimento desse projeto porque nós tivemos oportunidade de nos reunirmos
1260 com os representantes da AVG, onde foi nos apresentado através de slides
1261 também e filmagem o projeto. Em momento algum foi dito aqui que após a
1262 recuperação ambiental 530 hectares serão doados ao IEF. E sabe qual é a minha
1263 preocupação? Quem sobe a serra da Piedade pode ver que nós temos uma área,
1264 uma cerca de arame pendurada. E aquilo precisa ser recuperado. A maior
1265 necessidade que nós temos hoje é aquela recuperação ambiental. Falou-se aqui
1266 hoje e se mostrou slide de uma lama, e era uma área que estava degradada há
1267 anos, e há anos que não se via a nossa região Sudeste tão castigada pela chuva
1268 como nos últimos anos. Então aquilo foi proporcionado por uma degradação que
1269 já vinha sendo feita, e com as fortes chuvas que teve na região causou aquele
1270 deslizamento. Eu ouvi uma outra coisa dita aqui hoje sobre o princípio da
1271 precaução. Mas quando a empresa vai tirar uma pilha, por precaução, foram
1272 contra tirar. Ele disse que ela estava estável ali há 12 anos e nunca teve problema.
1273 É precaução também, porque poderia haver problema. Então nós temos que parar
1274 com essa imagem de que a mineradora é tudo de ruim. Porque primeiro que nós
1275 temos no DNA do nosso Estado o nome da mineração, que é Minas Gerais.
1276 Segundo, com todo respeito que eu tenho a todos os ambientalistas, porque eu
1277 também defendo o meio ambiente, 'nós queremos ser contra a mineração, mas
1278 queremos bons carros, bons celulares, tudo que vem da mineração nós
1279 queremos'. Vamos fazer igual vegano então? 'Eu não como carne. Eu sou
1280 vegano, mas não como carne.' 'Eu odeio mineração, mas quero andar num bom
1281 carro que vem da mineração.' Então nós temos que trabalhar unidos para que
1282 tenhamos uma mineração com responsabilidade ambiental. E nós, como pessoas
1283 inteligentes e unidas, temos que buscar alternativas. Não vamos ficar falando
1284 balela aqui, porque o mundo não vive sem a mineração. Agora, temos que minerar

1285 com responsabilidade. Nós tivemos a tragédia em Brumadinho, tivemos a tragédia
1286 em Mariana. Amanhã, cai um avião, mata 300 pessoas, e não vamos ter mais
1287 aviação? Nós temos que pegar os desastres, pegar os acidentes para que sirvam
1288 de exemplo para evitar que aconteçam outros.” Leandro dos Reis/Membro da
1289 sociedade civil: “Boa tarde a todos da mesa. Eu tenho muito respeito ao COPAM,
1290 mas infelizmente eu sou morador de Caeté e vejo uma situação que é alarmante.
1291 Estou aqui como sociedade civil, mas a sociedade que acompanha, a organizada,
1292 a que vai à Câmara, a que vai às audiências públicas, a que está dentro do
1293 Codema, o Conselho de Meio Ambiente da cidade. E faço parte de três
1294 associações de Caeté. Estou aqui pela relevância do assunto e pela prioridade
1295 que viemos hoje aqui. Estamos cada um aqui porque 80% de vocês têm no corpo
1296 água. Nós estamos aqui para defender aquilo que começa pela vida. Estou aqui
1297 também para questionar como estão sendo feitos os conselhos. Não falo só vocês
1298 aqui não. São os menores, o Codema de Caeté, nós estamos praticamente
1299 sucateando todos os conselhos. Aqui vieram já dois vereadores da cidade, pelos
1300 quais eu tenho o maior respeito – eles sabem disso –, mas eles não estiveram em
1301 nenhuma reunião do plano diretor da cidade. Eles não têm noção de como a água
1302 de Caeté está sendo ingerida. Saiu na primeira página: ‘O Estado pôs mais de mil
1303 nascentes na serra da Piedade.’ Isso catalogado pelo Estado e a SEMAD. Está
1304 aqui escrito. Eu venho aqui também questionar, na maior seca que Caeté passou,
1305 ano passado, está aqui bem claro: ‘A água em Caeté.’ ‘O abastecimento corre
1306 risco.’ Então nós passamos por uma situação, há oito anos, que o prefeito teve
1307 que, na pressa, furar seis poços artesianos para ver se captava água. Por quê?
1308 Isso está no plano diretor, que nós questionamos. Só que agora está virando
1309 política, o pessoal já está barrando. No plano diretor está colocado que em uma
1310 das principais captações de água de Caeté estão construindo casas sem
1311 tratamento de esgoto, na cabeceira. E hoje já sabemos que o Rio de Janeiro está
1312 sofrendo com isso. A empresa de Caeté foi projetada para limpar água, não está
1313 projetada para limpar esgoto. E hoje você olha já são três empresas, já se está
1314 gerando mais uma quarta empresa vendendo água em Caeté. Nunca se vendeu
1315 tanta água em Caeté. Água mineral hoje é dinheiro lá. Outra coisa que eu venho
1316 questionar é como é feita essa elaboração pela SEMAD, no processo. Por
1317 exemplo, lá tem um apicultor, hoje o mel de lá é diferenciado por conta da
1318 vegetação de lá. Outra coisa, a quantidade de pessoas que vão lá na
1319 arquidiocese, gera-se emprego de 80 pessoas. Isso nós estamos colocando de
1320 empregos diretos. Esses 80 são para o resto da vida. Outra coisa, vamos colocar
1321 também que tem os prioritários e os secundários, que são motoristas, pessoas
1322 que fazem excursão de outras cidades. Isso não está sendo colocado. De valor
1323 econômico, o que se gera hoje lá, o pessoal ‘empreendimento’, e lá já existe
1324 empreendimento, que é produção de água, já se produz água para tantos sitiante
1325 em volta. Outra coisa, foi falado aqui duas vezes, até o próprio vereador falou que
1326 conhece todo o processo, que as chuvas que tiveram é que causaram essa
1327 situação que foi questionada aqui, a lama que desceu lá juntamente com minério.

1328 As últimas chuvas, tem 15 dias. A denúncia é feita do dia 24 de dezembro, ou
1329 seja, a chuva foi bem antes. Então não justifica. Outra coisa, estamos colocando
1330 aqui a quantidade de emprego e questionando também a quantidade de poços
1331 que vão ser furados. E o que me chama atenção é dentro do nosso plano diretor
1332 essa quantidade de água que tem na serra e essa seca que passamos. Isso não
1333 foi calculado, não está dentro desse projeto essa água que Caeté capta pelo que
1334 ela vai precisar. Porque são seis loteamentos que estão sendo erguidos em
1335 Caeté, e agora vai gerar mais um empreendimento de apartamentos lá, que vão
1336 ser mais ou menos 50 apartamentos. Nisso já se calcula o aumento da população.
1337 Então nós já temos que captar outro ponto de puxar água. Isso que estou
1338 mostrando aqui são matérias, são relatos. Então é uma prova de que Caeté vai
1339 precisar de mais água. E a empresa vai utilizar dessa água para lavagem do
1340 minério, a qual depois não vamos poder usar. E nós corremos o risco de ficar igual
1341 ao Rio de Janeiro hoje, tendo que colocar carvão para tentar tirar o cheiro. Se
1342 vocês verem o que aconteceu no Carnaval, eles pegaram a água 'da Copasa'
1343 para tentar fazer o desfile e não conseguiram porque a água estava tão turva, teve
1344 que colocar água mineral. Isso não estou nem colocando o que deve ter de
1345 bactéria lá. Então fica aqui meu relato, meu pedido para que os próprios
1346 vereadores que estão aqui presentes acompanhem mais o plano diretor. Eu saí
1347 do plano diretor justamente quando começou a política entrar no meio. 'Aqui não
1348 pode mexer porque eu vou pôr um prédio, o outro ali.' E aí já começou a travar o
1349 plano diretor. Aí foi interesse próprio, não é interesse da comunidade como um
1350 todo. Então eu gostaria de pedir encarecidamente para que o COPAM pense bem
1351 o que vai ser votado, porque não é só o pessoal do Brumado que vai ser atingido,
1352 futuramente, é uma população de 42 mil habitantes." Alex Magalhães/Vereador
1353 de Caeté: "Boa tarde a todos, sou vereador de Caeté, represento a população de
1354 Caeté, respeito aqui a opinião de todo mundo neste local. Às vezes, as pessoas
1355 ficam aqui vaiando, mas, quando o pessoal da igreja vai falar, ficam aplaudindo.
1356 Eu concordo. Graças a Deus, como vereador, eu não tenho rabo preso com
1357 ninguém. Jogaram até praga na gente aqui hoje. Eu acho que o povo está
1358 passando aqui dos limites. Tem muita coisa aqui para ser resolvida, o grupo AVG
1359 foi atrás dos vereadores, do prefeito de Caeté, que não está aqui representando
1360 isso, o que é uma vergonha também. O prefeito fica em cima do muro. Então o
1361 negócio é o seguinte, tem que ter cara, se o povo de Caeté não está aqui, nós
1362 temos aqui vários vereadores que representam o povo de Caeté. O povo fala aqui
1363 de crime, fala disso e daquilo, parece que só tem bom samaritano aqui neste local.
1364 Eu vejo várias pessoas aplaudindo, eu reparo muito isso, e falaram aqui que a
1365 política entrou no meio, que não tem jeito. Quem não gosta de política é
1366 governado por quem gosta, ninguém é obrigado ir à urna votar. Mas quando se
1367 faz a inspeção lá na serra da Piedade, que a Secretaria de Meio Ambiente vai lá,
1368 que até agora eu não vim um slide aqui falando, que acharam sete pontos lá de
1369 esgoto a céu aberto, desmataram quase 7 mil metros rasteiros sem a licença
1370 ambiental... Mas aí o povo fica falando. A igreja é a melhor do mundo? Usando a

1371 água da serra da Piedade sem outorga. Então são os primeiros a dar exemplo
1372 aqui nesta casa. Tem que dar exemplo. Essa palhaçada, ficar em cima do muro.
1373 Quando era outra empresa, ninguém falava, que tinha dinheiro lá, ajudou a fazer
1374 o estacionamento, calçou a igreja. Aí ninguém fala. Tem que falar a verdade, não
1375 é só meter o pau na empresa do lado de cá. Tem que falar também que a igreja
1376 também está cometendo um crime. E eu quero ver cada um de vocês que vai
1377 aplaudir isso, se a igreja está cometendo crime. Vemos em Caeté uma fila de mais
1378 de mil pessoas querendo ganhar um salário mínimo, e não vemos hoje a igreja de
1379 Caeté fazendo um projeto social para tirar os jovens das drogas. Caeté hoje tem
1380 um dos maiores índices de assassinato da região metropolitana. E o que
1381 acontece, cadê a igreja para fazer alguma campanha, para fazer alguma coisa?
1382 Quer só meter o pau. Foi falado aqui que o Rodrigo, da AVG, quer sentar e
1383 conversar. Se não tiver o diálogo, vai ter que ir para a Justiça. Eu tenho certeza
1384 de que cada um que está sentado nessa mesa tem a competência, senão não
1385 estaria aqui. Aí vocês não sabem, Caeté tem o maior aquífero da região
1386 metropolitana, faz mais de 200 anos, e eles querem desmatar lá tudo. Isso não foi
1387 falado. Para construir só estacionamento, 100 mil metros. Não vai prejudicar a
1388 serra da Piedade também não? Aplauda, vamos falar a verdade. Não vai tirar
1389 licença também não? Porque a água lá é de Caeté, a água é nossa. Se precisar
1390 furar para ajudar a população, vai furar, sim. Parece que a serra quer tomar conta
1391 de tudo. Não quer recuperar? Liga para o presidente e fala assim: 'Eu estou
1392 entregando, vou recuperar, fazer isso, aquilo'. Faz nada. Chega de demagogia
1393 nesse negócio. Nós somos seres humanos também. O padre erra, a empresa
1394 pode errar também, nós erramos, mas temos que fazer uma política séria. Eu
1395 quero ver aqui vocês aplaudirem que vão destruir lá 100 mil metros. Não vai
1396 arrancar nada lá? Vai construir um hotel lá para ganhar dinheiro. Eu entrei com
1397 requerimento, a cada carro que subisse na serra da Piedade, que se doasse R\$
1398 1 para a Santa Casa de Caeté, que está fechando. Tem mais de três anos de
1399 mandato, eu não tive nem sequer uma resposta do dom Walmor. E cadê o
1400 investimento? Vamos investir também na população. Por que não se faz?
1401 Quantas entidades a igreja de Caeté ajuda hoje na cidade de Caeté? Se a
1402 empresa não recuperar, não fazer o correto e o certo, processa, cadeia, nós temos
1403 lei para isso. Mas agora vem fazer show aqui? Não. Graças a Deus, eu sou
1404 vereador eleito, eu sou do certo. Agora, fica nessa palhaçada aqui para fazer
1405 showzinho? Errou, está errado. E o tanto de crimes que se cometeram aqui
1406 também? Tomou mais de R\$ 50 mil de multa, e não foi falado aqui. Está
1407 recorrendo. Aplauda aí que tomou mais de R\$ 50 mil de multa. Tem que falar a
1408 verdade, não só por um lado, não só empresa que é ruim. Cada um de vocês
1409 entre lá e veja, foi garimpado, se não recuperar com responsabilidade, tem que
1410 ser multado, tem que ser punido. Caeté não tem nada. O papel do vereador é
1411 fiscalizar e fazer projeto. Nós estamos aqui com mais de sete vereadores. Só bate
1412 na Câmara, presidente, gente para pedir cesta básica, remédio, porque Caeté não
1413 tem nem sequer um emprego para ganhar um salário mínimo." Wendel

1414 Mesquita/Deputado estadual: “Boa tarde a todos, eu sou Wendel Mesquita,
1415 deputado estadual, fui vereador em Belo Horizonte e presido hoje a frente
1416 parlamentar em defesa da serra da Piedade. Hoje eu estou aqui para trazer fatos
1417 importantes e vou trazer aqui um pensamento que eu acho que vai ajudar nessa
1418 reflexão. Essa reconsideração que a arquidiocese apresentou é fundamental.
1419 Houve no processo várias falhas técnicas, falhas que nós já levantamos. Fizemos
1420 audiência pública na Assembleia Legislativa de Minas, acho que muitos dos
1421 senhores aqui estavam, e nessa audiência, que teve quase mil pessoas,
1422 aconteceu um fato que por si só já é um motivo maior dessa reconsideração. À
1423 época, a Célia Corsino, não sei por que forças da natureza, foi retirada do Iphan.
1424 Nós estamos buscando entender isso, estamos nessa empreitada. Ela disse
1425 naquela audiência que o processo está equivocado e que o Iphan não daria
1426 anuência para que essa operação continuasse. Então isso é muito grave. E a
1427 comissão, composta por mais de dez deputados, da qual eu sou o presidente
1428 dessa frente, está apurando. Já tivemos com a Secretaria de Meio Ambiente para
1429 levar isso. E é muito grave uma presidente de um órgão federal, do Iphan, dizer
1430 que não dará anuência porque houve uma falha no processo. Para muitos aqui,
1431 tem aqui os vereadores de Caeté, eu acho que vale até a pena, nós vamos
1432 investigar também. A AVG tem entregado benesses para a Câmara Municipal de
1433 Caeté, tem entregado benesses para vários políticos. Isso é uma forma
1434 equivocada de se fazer política, porque nós temos que defender aquilo em que
1435 acreditamos por natureza. E muitos aí estão subindo a serra da Piedade com
1436 farofa, deviam subir com o terço na mão e subir para ver a realidade nua e crua
1437 do que está acontecendo na serra da Piedade. Ali não é qualquer mineração, ali
1438 é tombado por diversos órgãos, pelo Iphan, pelo Iphan, é um patrimônio mundial,
1439 um patrimônio de todos nós mineiros. Não é uma mineração em qualquer lugar,
1440 é um patrimônio que recebe meio milhão de turistas, que recebeu a comitiva de
1441 Portugal, que foi elogiado pela comitiva de Portugal de Nossa Senhora de Fátima,
1442 como um parque arqueológico, florestal, de um potencial gigante para ser um dos
1443 maiores pontos turísticos religiosos do mundo. É isso que nós temos que avaliar.
1444 É uma temeridade não aceitar essa reconsideração que foi apresentada, porque
1445 o que a Arquidiocese está pedindo, o que a sociedade está pedindo é que
1446 reconsidere e volte. Não podemos levar em conta um estudo de anos atrás.
1447 Quando foi apresentado o estudo, o potencial turístico era um. Hoje, o potencial
1448 turístico é outro. Hoje nós recebemos e devemos bater recorde este ano,
1449 ultrapassar os 500 mil turistas que sobem aquele paraíso. Então as falas aqui
1450 colocadas são muito importantes, porque a LP e LI concomitantemente é uma
1451 temeridade. Mais de 80 condicionantes foram apresentadas, e muitas delas não
1452 foram cumpridas, muitos estudos solicitados nesse processo não foram
1453 cumpridos. E eu fico pensando na nossa Justiça brasileira. Por que não teve a
1454 mesma mão de ferro de colocar agora esse acordo para a Brumafer, que lá deixou
1455 um impacto ambiental gigante? Por que não pegou a multa do crime ambiental da
1456 Vale e transferiu para lá, para não precisar trazer uma empresa que pensa em

1457 lucro, que quer explorar aquele território para ganhar o dinheiro para então fazer
1458 a recomposição florestal, fazer a recuperação da área? Por que não pegou essa
1459 multa, que está parada no governo de Minas. E aqui quem está falando é um
1460 deputado da base do governo. Por que não pegar esse recurso? O Brasil tem que
1461 avançar muito. A Assembleia de um exemplo agora no projeto Mar de Lama
1462 Nunca Mais. E nós temos que ser exemplo em Minas Gerais, aqui ninguém é
1463 contra mineração. Nós somos contra uma mineração irresponsável no lugar que
1464 pode ser o ponto de maior turismo religioso do mundo. Nós somos contra a
1465 mineração durante 15 anos. Por que se aprovou um cenário que vai devastar 30
1466 hectares de área florestal, onde tem centenas de espécies de aves, de plantas?
1467 É porque a empresa, realmente com seu lobby poderosíssimo, um lobby
1468 grandioso... Não vou tirar o mérito da empresa, está aqui o Dr. Bernardo, que foi
1469 deputado federal, advogado da empresa, uma pessoa de alta reputação e
1470 realmente uma pessoa de know-how muito grande. A empresa tem dinheiro para
1471 contratar bons profissionais. E nós sociedade o que nós temos? Nós temos o
1472 nosso grito, nós temos a nossa força de dizer que nós não aceitamos a mineração
1473 na serra da Piedade. Os vereadores ali foram muito equivocados, porque aquele
1474 patrimônio, antes de ser da igreja, é de cada um de nós que fazemos uso dele e
1475 vamos lá e pagamos uma taxa miséria. Eu acho que tinha que ser uma taxa maior
1476 diante de tanto benefício que se tem naquele lugar. E está parada no governo de
1477 Minas a aprovação da locomotiva, a primeira locomotiva mineira que vai
1478 transportar as pessoas. Ali nós temos pessoas de idade, pessoas de todos os
1479 lugares do Brasil e do mundo que vão pela sua fé, pela sua história. E ali
1480 ultrapassa a questão da Igreja Católica, porque ali é realmente um patrimônio
1481 ambiental. Não vão ali só os católicos, os evangélicos frequentam ali, os irmãos
1482 de todas as fés e crenças estão conosco nessa luta. E nós vimos no dia, padre
1483 Wagner, padre Fernando, na Assembleia, o quão rico foi aquele momento de
1484 tantas pessoas representando o Estado de Minas Gerais, pessoas de várias
1485 cidades. Então vamos colocar a mão na consciência. E aqui nós temos na Câmara
1486 de Atividades Minerárias vários representantes do governo do Estado. Estão aqui
1487 a Segov, a Sedese. Coloquem a mão na consciência, independente de fé. Eu não
1488 estou aqui para excomungar ninguém, eu não sou padre, não estou entrando em
1489 mérito se um disse isso ou o outro. Cada um traz a sua fala dentro da sua
1490 construção, e respeito muito nossos queridos padres, o frei Gilvander, que
1491 trouxeram o seu olhar de fé. E quem tem fé que acredite, mas não venha criticar
1492 a nossa fé, por favor, respeite a fé de cada um aqui presente. O vereador que me
1493 antecedeu foi muito infeliz na sua sala de crítica. Temos que respeitar a fé de cada
1494 um, sim. Eu sou católico com alegria e tenho muita paixão em ser católico, não
1495 tenho vergonha de dizer que sou católico. Então respeite a nossa fé. E vocês da
1496 Câmara de Atividades Minerárias, independente aqui do frei Gilvander, do jeito
1497 ímpar dele de se exaltar, de trazer aqui, cada um que absorva o que for
1498 interessante para si. Eu aqui trago o elemento técnico como deputado da
1499 Assembleia. E lá nós temos deputados, a deputada Ana Paula estava presente

1500 aqui, o vereador Maninho Félix, que preside a frente parlamentar em defesa da
1501 serra da Piedade da Câmara Municipal de Belo Horizonte. Nós saímos por este
1502 Estado afora, temos comissões em todas as câmaras municipais de diversas
1503 cidades do colar metropolitano, no mesmo objetivo, impedir que aconteça a
1504 recuperação a qualquer preço. Tem alguém aqui contra a recuperação da serra
1505 da Piedade, contra mudar o cenário que lá foi construído? Eu estive perto lá, sou
1506 frequentador da serra da Piedade desde criança. Estive de perto, estive com o
1507 presidente da AVG dialogando abertamente. Porque todas as vezes que se
1508 fizeram diálogo individual eu não aceitei, porque estou aqui publicamente. Uma
1509 senhora aqui contadora de histórias falou da influência da mineração sobre a vida
1510 política. Na minha vida nunca teve influência, eu nunca recebi um centavo de
1511 mineração para fazer campanha, sempre fiz minhas campanhas com meu recurso
1512 próprio. Sou professor universitário, com muito orgulho, e nunca na minha vida
1513 vou aceitar um centavo de qualquer que seja a empresa, mineradora ou não.
1514 Então nós temos que colocar os pingos nos is, porque tem políticos e políticos,
1515 tem gente que está ali para viver a política séria. E eu estou, como outros padres
1516 que estavam lá naquele dia, no dia da audiência, padre Wagner, padre Fernando.
1517 Tivemos lá mais de dez deputados, essa frente é composta por mais de dez
1518 deputados, que estão imbuídos nesse mesmo espírito de preservar a serra da
1519 Piedade e trazer para o governo que invista no potencial turístico. Alguém aqui
1520 citou uma multa que foi dada à igreja, eu não vou entrar em detalhes de onde
1521 surgiu essa multa, porque nós estamos investigando e já sabemos a fonte dessa
1522 multa, nós já sabemos de onde veio, isso tem nome e endereço. E nós não vamos
1523 aceitar ser imbuídos desses espíritos capitalistas de colocar qualquer preço.
1524 Porque sabemos que foi comprada aquela por milhões de dólares. Não me
1525 importa quem comprou, quem deixou de comprar. O que importa é porque uma
1526 juíza criou um processo não quer dizer que o Estado vai levar isso a qualquer
1527 custo, com a desculpa de que tem uma sentença judicial. Então vamos lá
1528 responsabilizar a juíza, vamos fazer uma reunião lá amanhã, vamos dizer para
1529 ela: 'Olha, você criou um acordo judicial, então quer dizer que esse acordo impõe
1530 que nós temos que ultrapassar a legislação e o que tem que ser construído da
1531 forma correta.' Eu duvido se ela vai ter culhão de assinar algo nesse sentido.
1532 Vamos mandar para ela assinar a liberação ambiental. Vamos fazer essa
1533 proposta? O secretário de Meio Ambiente, grande homem, está aqui o
1534 Hildebrando representando. Vamos fazer essa proposta, vamos lá à juíza e dizer
1535 para ela assinar, para ela autorizar e se responsabilizar com tudo que vai
1536 acontecer com a mineração. Vamos recompor a área, vamos recuperar a área,
1537 mas não a qualquer preço, devastando 30 hectares e criando o impacto de 15
1538 anos, que vai influenciar e já está influenciando. Hoje o impacto já está
1539 acontecendo lá, acabaram todos os retiros, aqueles caminhões estão pondo em
1540 risco a vida dos turistas que estão lá. E para mim o turismo é aonde nós temos
1541 que seguir, porque a mineração é escassa, a mineração nós estamos vendo
1542 aonde está indo, mas o turismo é aonde nós temos que investir. E nós vamos lutar

1543 para que a serra da Piedade seja o maior polo turístico do mundo.” Geraldo
1544 Lúcio/Representante da sociedade civil: “Estamos diante de um assunto de
1545 altíssima complexidade, que é tanto a recuperação da área que já foi degradada
1546 quanto a volta da mineração numa área que é patrimônio. Eu estou
1547 envergonhadíssimo de estar aqui, não sou afeito a esse tipo de coisa. Sou
1548 militante na área ambiental há mais 40 anos, sou conhecido como Lúcio Ventania,
1549 sou mestre bambuzeiro, desenvolvo meu trabalho com comunidades. Eu trabalho
1550 com bambu, sou bambuzeiro, isso é uma militância na área ambiental. Mas,
1551 sabendo dos meus limites e da complexidade do cenário político, social e
1552 ambiental brasileiro, eu vou dentro daquilo que me cabe. Eu trabalho com a
1553 comunidade no processo de capacitação e acredito que o uso do bambu, em
1554 detrimento de madeira, ferro, plástico, é uma contribuição considerável. Mas há
1555 muito tempo deixei de que isso venha fazer alarde e entre também no glamour
1556 das questões ambientais. Só que eu moro e vivo há 11 anos bem embaixo de
1557 onde está localizada a serra da Piedade, onde está em questão agora esse
1558 processo de mineração. Eu já tinha decidido não entrar nesse processo, nessa
1559 briga, nessa luta, porque já tenho me envolvido com muitas lutas, e as
1560 humanitárias de primeiro escalão, com as pessoas da minha comunidade, são
1561 mais importantes para mim. Mas acontece que o meu nome foi citado no
1562 processo, indevidamente, o advogado disse que eu não tenho interesse pela
1563 causa. Na verdade, eu tenho extremo interesse, mas não me sinto preparado
1564 tecnicamente para poder estar atuando. Porque para poder estar atuando numa
1565 causa dessa complexidade nós temos que saber da legislação brasileira e temos
1566 que saber de todos os dados do processo. E eu não estava a par, então não
1567 queria entrar. Mas o meu nome foi citado, e eu venho aqui dizer que eu tenho
1568 interesse, já está impactando a minha vida. Hoje eu deixo de dar aula para 50
1569 alunos para estar aqui passando a manhã inteira aqui. Sinto vergonha por tudo
1570 que foi dito aqui, lamento profundamente a igreja agir dessa maneira. Eu acho
1571 que a igreja tem que agir tecnicamente também, não levar a questão religiosa.
1572 Estamos num Estado laico. Já basta o governo federal, com esse novo presidente,
1573 agir com esse abuso na questão da religião e da fé das pessoas. Peço desculpas
1574 aos senhores. Mas a questão é a seguinte. Eu vou me preparar tecnicamente para
1575 poder estar nesse jogo. Eu sei do interesse da mineradora, interesses,
1576 evidentemente, comerciais. Ela não está lá porque é boazinha, porque quer
1577 restaurar a serra da Piedade. Ela está lá porque tem interesse em lucro, e a
1578 atividade lucrativa é normal dentro do capitalismo. Nós temos que saber até onde
1579 vão os limites técnicos, até onde isso vai impactar realmente a população. O que
1580 foi dito pela senhora que está à minha frente, no início, é verdade. Houve o
1581 escorrimento de um resíduo fino nos cursos de água da região. Eu peço,
1582 encarecidamente, que vocês, na responsabilidade de compor este Conselho, que
1583 façam uma investigação. Eu não tenho condições técnicas para fazer isso, mas
1584 vocês podem fazer. Outra coisa que diz o senhor Fróes ali também é verdade
1585 também. No início, eu achei que houve má-fé porque nós estávamos todos

1586 impactados com a questão das mortes em Mariana e Brumadinho. Aliás, em
1587 Brumadinho nem tinha ocorrido ainda. E aconteceu que mostraram um dam break
1588 falando que aquelas pilhas iam escorrer em 20 minutos e atingir uma comunidade
1589 8 km na frente. Entramos em pânico, eu mesmo convoquei uma reunião dos
1590 moradores da região: 'Olha, nós estamos em uma situação de pânico aqui.' E
1591 depois fui ver que não era nada disso, eu me senti realmente lesado por essa
1592 questão. Eu acho que não deve agir assim uma empresa que está com boas
1593 intenções. Tem essa questão da água, que é muito problemática, que o Conselho
1594 deve dar uma atenção especial realmente, principalmente, se vai haver
1595 perfurações, para que tipo de uso que é essa água. Realmente, teve lá agora esse
1596 escorrimento desse minério. Não sei o que é, não tenho parâmetro técnico para
1597 isso. Mas uma areia fina escura que cobriu os cursos d'água. Foram colocadas
1598 dezenas de caminhões, impactaram a estrada, já estão impactando a minha vida,
1599 porque já vou ter que pagar uma advogada para entrar no processo e avisar à
1600 juíza e ao promotor que foi errada a fala que falaram sobre o meu nome, porque
1601 eu tenho, sim, muito interesse, mas não estou preparado tecnicamente. Já vai
1602 impactar a minha vida, porque eu vou ter que me preparar tecnicamente, eu vou
1603 ter que ler o processo inteiro. Isso é muito custoso. Eu vou ter que ver a legislação
1604 brasileira toda. Isso é muito custoso. Quem me paga para isso? E mesmo que a
1605 mineradora queira me pagar eu não aceito, não posso aceitar, mesmo que a igreja
1606 queira me pagar, eu não aceito, não posso aceitar. Eu já estou sendo impactado,
1607 vou ter que parar com a minha vida agora para ler processo e para me informar
1608 tecnicamente, para poder atuar. E tem que ter ética, o Brasil só consegue
1609 caminhar se tiver ética. Se estiver todo mundo aqui dando risada da inocência das
1610 pessoas que vieram aqui se manifestar... Infelizmente, os vereadores estão numa
1611 onda, que não é por aí que o político deve agir. A igreja também, seriamente, que
1612 coloque a mão na consciência, não é assim que se faz. Vamos estudar a coisa
1613 tecnicamente, como a advogada que veio e falou e tudo, olhar a questão. O que
1614 for de direito, o que não pudermos fazer, deixa a mineradora rolar, o que ela não
1615 puder fazer, não pode fazer. Se vai impactar, tirar água da população, não pode
1616 mesmo. E vocês também que estão no Conselho aqui, sendo a favor ou não do
1617 governo, têm que levar em consideração o histórico da mineração no mundo, têm
1618 que levar em consideração, sim, o impacto que teve, que é um crime, lá em
1619 Brumadinho e Mariana. É crime, sim, eles sabiam que aquilo ia acontecer. Tem
1620 que levar em consideração isso, tem que levar em consideração o impacto que
1621 dá na população um emprego, o poderio político. Tudo isso tem que ser levado
1622 em consideração. Na minha opinião como leigo – nem sei se a minha opinião cabe
1623 aqui –, eu faria uma revisão completa, sim, dessa concessão dessa licença para
1624 recuperar, dessa licença não só para recuperar, como para voltar a minerar. Eu
1625 acho que deve ser feito com a participação, a convocação de gente da sociedade,
1626 séria, não é gente que está aqui emocionado, gritando, falando nome de índio,
1627 nome disso, nome daquilo. Não é isso, é gente séria, técnica, que entende da
1628 área ambiental e que vai analisar ponto a ponto para poder chegar aqui e tratar

1629 da questão com a seriedade com que ela deve ser tratada. Infelizmente, eu ainda
1630 não estou nesse ponto. Mas agora já que eu vim hoje, a situação aonde eu moro,
1631 lugar aonde eu trabalho, impactando minha vida, meu trabalho, minhas coisas, eu
1632 vou ter que me preparar.” Milton Camilo/Membro da comunidade: “Meu nome é
1633 Milton Camilo, sou morador do município de Sabará, perto de Caeté. Desde
1634 quando eu vejo falar sobre a serra da Piedade – eu já tive oportunidade de ir lá
1635 uma vez –, eu vejo falar assim: arquitetura divina, não só serra da Piedade, mas
1636 outros lugares também são arquitetura divina. Quando aconteceu a tragédia em
1637 Brumadinho, eu ouvi falar que uma faculdade aqui da região ofereceu para fazer
1638 tijolo daquele rejeito, igual na Austrália e em outros países se faz. Se for só
1639 acumulando, não tem espaço. E outra coisa que vejo falar, sobre o negócio das
1640 águas, eu acompanho também. A gente quer uma água de boa qualidade, não só
1641 quem mora na parte rural, até quem mora na parte urbana também tem a sua
1642 contribuição. Quando a pessoa compra um lote, aí tem uns que já pegaram o
1643 bonde andando. Cimentou o lote todo. Não estou condenando aqueles que
1644 cimentaram o lote todo. Porque tem país em que existe uma parte de reserva para
1645 a água infiltrar, porque se toda a água for correr no cimento os rios não aguentam.
1646 E tem pessoa que vai jogando. Igual Ravena, um lugar muito bom de água. Agora
1647 há suposição que é bom de água por causa daquelas bananeiras, que aquelas
1648 águas de chuvas ficam nas bananeiras e depois vão para o solo. E teve um
1649 município, parece que no Estado de São Paulo, em que estavam fazendo poço
1650 artesiano, e cada vez tinha que ser mais fundo. Aí a água foi só baixando. E se
1651 porventura deixar a água ir embora, vai fazer poço artesiano, e não tem mais jeito.
1652 Tem lugar que tem não sei se lago de contenção, e a água vai chegando e indo
1653 para o solo. Não é deixar a água toda ir embora, mas tem que ir para o solo, ter
1654 reserva. E outra coisa também, sobre bananeira, não que eu seja contra, e eu
1655 também peguei o bonde andando e comprei meu lote que tinha um bocado de
1656 bananeiras, e estou diminuindo um pouco delas. Quando a pessoa tem um lote,
1657 tem a casa, e planta bananeira acima do nível da casa, aí aquela água lá pode
1658 prejudicar a casa. Não que eu tenha procuração para falar isso, eu não sou
1659 geólogo, mas sou agrimensor. E nessas alturas tenho conhecimento da
1660 agricultura, já trabalhei em construção de estrada, construção civil, e um pouco a
1661 gente já vai pegando. E sobre o negócio do meio ambiente, eu falo que a parte
1662 urbana também pode cada um fazendo de um jeito. Tem muitas que não têm
1663 condição de a pessoa aproveitar aquelas cascas de frutas para fazer um adubo.
1664 Tudo bem, aí vai para o lixão. E aquelas cascas os animais destroem, e aquilo
1665 que tiver condição se aproveita e faz o adubo. E outras coisas que muitas donas
1666 de casa estão fazendo de coisa boa mesmo não perceberam. Aquelas que têm
1667 um pé de rosa, flores, estão ajudando muito o meio ambiente e muitas vezes nem
1668 estão percebendo. Porque estão conservando as abelhas, e se destruir as
1669 abelhas, igual em muitos lugares, é veneno, e as abelhas acabando. Se acabarem
1670 as abelhas, aí acabou a alimentação para o mundo. Quando a pessoa está
1671 fazendo a reciclagem na rua, chamam aquele pessoal da reciclagem de lixeiros.

1672 Não são lixeiros. Lixeiro é aquele que joga as coisas na rua. Tem um lixão no
1673 município de Sabará, eu moro no município de Sabará, e vai ter em outros
1674 municípios. Agora cada morador pode selecionar aquilo que vai servir para
1675 reciclagem. Se ele não quiser vender, passa para uma outra pessoa. Com o lixão
1676 não tem mais jeito. As pilhas de rádio e outras coisas lá em casa eu vou juntando,
1677 porque se aquilo ali for para o solo nós não teremos uma água de boa qualidade.
1678 Para quem conhece Sabará, a água vem da serra, é água pura. E se porventura
1679 estiver destruindo tudo assim? Não estou falando só de Sabará, mas ao nível de
1680 Brasil, porque eu sou brasileiro. Sobre o negócio de vidro, tem vez que aquele
1681 pessoal do caminhão vai pegar e corta a mão e vai jogando de qualquer maneira.
1682 Aqui em Belo Horizonte tem lugar em que a pessoa aproveita o vidro para
1683 reciclagem. Tem uma Igreja Católica aqui que recebe aqueles vidros de azeitona
1684 para fazer coleta de lixo, e a pessoa pode contribuir, cada um faz a sua parte.”
1685 Luiza Antunes de Figueiredo: “Boa tarde, eu sou moradora e tenho uma fazenda
1686 no entorno da serra da Piedade. Eu queria deixar aqui o meu relato de que a água
1687 está diminuindo, as nascentes estão acabando na região. Na minha propriedade,
1688 diminuiu muito. E nos meus vizinhos e na estrada na qual é a minha vizinhança
1689 também várias nascentes acabaram. Então eu venho aqui pedir a vocês, um
1690 apelo, que façam uma averiguação realmente do entorno todo da serra. Porque a
1691 água ali está acabando, e isso com o impacto do que já está lá. Agora já pensou
1692 vocês autorizando uma licença, mais uma? Que vem com o nome de
1693 recuperação, mas sabemos que não é, que vão rebaixar o lençol freático. Então
1694 é complicado demais. Eu sou produtora de frutas, apicultura e tenho essa
1695 propriedade lá há umas três décadas, há quase três décadas. Eu vi a água
1696 diminuir, ali tinha água demais, todos os vizinhos tinham nascentes e não têm
1697 mais. E se isso continuar nós vamos ficar sem água, realmente sem água. E como
1698 é que nós vamos viver sem água? Não vai adiantar ter dinheiro, não vai adiantar
1699 ter carro nem celular. Porque sem água, como é que nós vamos viver?” Miguel
1700 Ângelo Andrade/Representante da Arquidiocese de Belo Horizonte: “Boa tarde a
1701 todos e a todas, ao presidente, ao Fernando, aos membros da AVG. Eu acho que
1702 são duas instituições e parece que são eles contra nós e nós contra eles. Eu acho
1703 que não é essa a representação que devemos pintar aqui. Eu sou Miguel Ângelo
1704 Andrade, professor da PUC Minas, membro da Agência de Desenvolvimento
1705 Regional Integrado da Arquidiocese de Belo Horizonte. É um caso sui generis, e
1706 à análise desse mesmo caso sui generis não foi dada a devida atenção, por ser
1707 sui generis. O processo é o mesmo, a tecnologia é a mesma, a tecnologia social,
1708 a tecnologia do processo de beneficiamento de minério. Diga-se de passagem,
1709 fazer mineração a seco hoje seria andar de carro sem cinto de segurança, não é
1710 mais que obrigação. Não vejo nenhuma inovação nesse processo, talvez seja
1711 uma técnica tardia para o Estado de Minas. Nesse contexto e muito
1712 respeitosamente, eu só queria alertar dois pontos, muito pelo avançar da hora.
1713 Primeiro, que o processo, essencialmente, é no município de Sabará, não no
1714 município de Caeté. Essa discussão política eu percebi aqui nas falas de todos.

1715 Eu achei muito inteligente a sua fala. Sr. Lúcio Ventania, colocando tempero
1716 necessário para essa discussão para a gente qualificar. Eu acho que não é nesse
1717 calor apenas que vamos conquistar um futuro, mesmo porque o tempo de
1718 recuperação ali é enorme, uma área de baixíssima resiliência. Eu nunca vi uma
1719 lista de espécies, imagino de Campo Rupestre, de que estejamos falando em
1720 recuperação ou restauração dentro desse processo de licenciamento. Nenhuma
1721 espécie vegetal. Só para colocar esse ponto. O outro é que eu acho que é
1722 interessante avaliar que todos os estudos apresentados foram de 2013, a serra
1723 da Piedade era outra em relação ao seu uso. Em relação à ocupação, eu acho
1724 que não é este o melhor fórum que eu gostaria de ver os vereadores.
1725 Respeitosamente, a serra da Piedade não é só a igreja. A igreja cuida há 252
1726 anos. Estamos com um momento de muito azar. Quando tivemos a comemoração
1727 dos 250 anos do santuário, teve a aprovação do licenciamento da LP+LI. Neste
1728 ano – fica o convite, se me permitem –, nós temos um ano jubilar, 60 anos da
1729 padroeira do Estado. Isso é apenas para sensibilizar ou reforçar o que já foi dito.
1730 Mas mais do que isso, de fato, nós temos que rever esse processo de
1731 licenciamento. É um pedido pelo fato de ser sui generis, com muito dito pela
1732 própria SEMAD durante todo o processo. A Igreja Católica, neste caso, tem um
1733 destaque gigantesco pela guarda desse patrimônio, com mais de uma dezena
1734 entre tombamentos, unidades de conservação, comunidades que muitas vezes
1735 nem enxergam aquele limite. Às vezes a gente acorda lá e fala assim: ‘Hoje eu
1736 estou no monumento’. Amanhã, abre a janela, você está no tombamento do Iphan.
1737 A sociedade às vezes não entende isso, mas essa simbologia e esses territórios
1738 protegidos têm a sua singularidade. E o fato de não ter uma anuência, sobretudo
1739 do Iphan, com destaque, não apenas, já era medida de parar o processo e dar o
1740 devido valor àquilo que necessariamente deve ser feito. Esse é um ponto apenas.
1741 Estamos tendo um processo de licenciamento em que, de fato, se toma decisão
1742 sem informação. Não em toda medida. Eu acho que a equipe se debruçou, tem
1743 uma dedicação dos servidores, tem um esforço enorme, mas tem também o
1744 acompanhamento da sociedade em profundidade. Às vezes estamos tendo
1745 acesso mais à informação do que o próprio processo de análise do parecer no dia
1746 22 de fevereiro. Já levantamos muita coisa, inclusive, daquela época para cá. Um
1747 exemplo, um dado de dezembro, está na plataforma da IDE, o conflito hídrico na
1748 região do próprio empreendimento apontado pelo ZAP da Serra da Piedade, o
1749 Zoneamento Ambiental e Produtivo. Não tinha aparecido porque os dados, salvo
1750 melhor juízo, eram de 2009. Quando se atualizou com 2012, há, sim, um risco, e
1751 é uma recomendação do ZAP. Se o ZAP é uma ferramenta pública, uma política
1752 pública do próprio Estado para fazer gestão das águas, eu acho que ele deve ser
1753 considerado, sim, dentro deste momento de possível revisão do licenciamento.
1754 Outra questão é o fato de ter várias condicionantes. E aí eu queria pedir um alerta
1755 ao próprio Sisema pelo princípio do acesso à informação. Quando vamos
1756 alimentar as nossas análises, vários itens são ilegíveis na plataforma, não
1757 conseguimos nem ler. Então como é que a gente consegue instruir um processo

1758 se o princípio básico, para além da precaução e da prevenção, do acesso à
1759 informação não está sendo devidamente levado em conta? Então são nesses
1760 pontos que eu queria pedir a análise deste Conselho. Dizer que a Arquidiocese
1761 de Belo Horizonte, em momento algum, muito pelo contrário, é contra a
1762 recuperação da serra. É um absurdo colocar a discussão entre 'eles e nós'. E aí,
1763 sim, se me permite, eu falo em nome da Arquidiocese, que não é esse o tipo de
1764 diálogo que vamos conseguir construir, não é o bem e o mal. É um processo. Se
1765 temos um processo bem instruído, legalmente amparado e socialmente com
1766 estudo e diálogo, tem que se parar. Historicamente, não há nenhum processo de
1767 diálogo entre o setor minerário para construção de pré-viabilidade social. A
1768 Arquidiocese, em momento algum, fechou as portas a esse diálogo. Não se
1769 admite a forma que se quer conduzir de chamar de diálogo. Para nós, não é
1770 diálogo, isso é cooptação. Enfim, eu não vou adjetivar aqui, por respeito à AVG,
1771 mas não confiamos nessa forma, a Arquidiocese não acredita que, sendo a
1772 Arquidiocese de Belo Horizonte, que tem o dever de contribuir para o Estado, por
1773 mais erros que cometa. Parece que a gente que está sendo aqui julgado, avaliado.
1774 Aquilo que precisar de licenciamento, certamente, terá. Mas, para além disso, o
1775 fato de podermos, neste momento, jubilar 60 anos da padroeira do nosso Estado,
1776 rever um projeto que vá gerar mais dúvidas do que certezas. É nesse sentido que
1777 eu gostaria de pedir a atenção dos senhores e das senhoras conselheiros e
1778 conselheiros para fazer análise dessa nossa solicitação.” Bernardo de
1779 Vasconcelos/Representante do empreendedor: “Em primeiro lugar, eu gostaria de
1780 tratar de uma forma muito rápida, essa questão de que se iniciou aqui a primeira
1781 fala da Sra. Maria Teresa Corujo, que fez a denúncia. Não falou aonde foi feita a
1782 denúncia, mas, aonde tiver sido feita, de certo, vai ser investigada a denúncia.
1783 Bernardo de Vasconcelos, OAB MG 90419, advogado constituído pela AVG nos
1784 autos da ação civil pública com decisão transitada em julgado em cumprimento e
1785 também neste processo administrativo que dela deriva. Aqui, a princípio, foi
1786 apresentada uma série de slides, se fez a denúncia, mas eu anotei uma frase,
1787 entre várias, muito interessante. ‘Nós não afirmamos, mas pedimos apuração.’ E
1788 é isso que tem que ser feito mesmo, apurar. O que tem que ser informado está
1789 sendo informado, o que houve de necessidade de informação e que consta do
1790 extrato de inspeção regular de vistoria no local também foi. A região teve, sim,
1791 influência de chuva, como se teve aqui em Belo Horizonte e grande BH e a região
1792 do entorno aonde está Sabará e Caeté também, tanto naqueles três dias em que
1793 choveu 150 mm, em três dias, chuvas de 200 anos, quanto a chuva decamilenar.
1794 Mas aí é que está uma situação muito importante. E já estava informado. Não
1795 houve o deslizamento do dam break. Essa é a prova do sucesso das medidas
1796 emergenciais. Porque se fosse antes das medidas emergenciais a chance seria
1797 enorme. E o diagnóstico foi unânime, e ele foi feito pela Supram, foi feito pelo
1798 DNPM, à época, ele foi feito pelo técnico escolhido pelo Ministério Público
1799 Federal, porque não tinha nos seus quadros à época do acordo. Foi feito pelo
1800 técnico do Ministério Público de Minas Gerais. Está tudo nos autos do processo.

1801 A vantagem de um processo é que ele tem uma linha do tempo, ele conta uma
1802 história, e os documentos ficam lá. Lembrando que essa decisão que transitou em
1803 julgado homologando o acordo feito até o signatário: Ministério Público Federal,
1804 Estadual, Iphan, Estado de Minas Gerais, IEF, FEAM, AVG, DNPM, Iepha e
1805 SEMAD. A SEMAD, o IEF e o IGAM se fizeram representar no acordo também
1806 em separado, enquanto o Estado é representado pela AGE. Aqui eu não vou dizer
1807 se o licenciamento é sui generis ou se não é sui generis. A situação é diferente.
1808 Nós estamos tratando de dano instalado, onde a necessidade de recuperação foi
1809 diagnosticada de forma unânime, tanto é que todos esses assinaram o acordo.
1810 Falaram várias vezes aqui de decisão judicial, de uma juíza só. Está tudo previsto
1811 no acordo, inclusive a cláusula de medidas emergenciais, sugerida e – com todo
1812 respeito – provada correta pelo Ministério Público Federal, à época, pelo
1813 diagnóstico de risco e de estabilidade. Está na ata da audiência. Isso foi tratado
1814 aqui na CMI quando das licenças, na 41ª reunião, que deliberou sobre a licença.
1815 Eu vou falar do momento em que nós estamos aqui hoje logo à frente e o que é
1816 este momento. Então não há – até poderia haver, está dentro do poder do juiz –
1817 uma decisão que não esteja inserida dentro desse acordo. E não foi um acordo
1818 feito só por advogados. Eu falei aqui agora há pouco dos técnicos todos que foram
1819 contratados. Multidisciplinares, não só da AVG, mas da AVG, também de todos
1820 aqueles do poder público, todos esses que eu li. Tinham em seus quadros, e o
1821 que não tinham entenderam por bem contratar para o diagnóstico, que se chegou
1822 à configuração do cenário 3. Quando estive aqui, presidente, na CMI que votou o
1823 licenciamento da LP e da LI, eu falei ‘a questão que se discute é se o
1824 licenciamento respeitou os cenários, os limites do cenário 3’. Não só respeitou,
1825 como diminuiu. Em respeito também a uma cláusula do acordo que falava que
1826 aquilo que pudesse ser dado em benefício do meio ambiente seja, por análises
1827 que foram feitas. E é diferente do que foi falado aqui: atualizada, sim. Há estudos
1828 desde 2013, como por exemplo a advogada da Mitra falou aqui da UTM. A UTM
1829 está desde 2013. No estudo foi formalizada, mas ela está no projeto desde 2010.
1830 E se hoje eu ouvi, com todo respeito, aqui, do professor Miguel, ‘não fazer
1831 mineração a seco é a mesma coisa que andar de carro sem cinto’, vamos lembrar
1832 que essa tecnologia ia ser empregada em Minas Gerais, no primeiro lugar, pela
1833 AVG e nesse projeto. Nós estamos falando de todo um estudo, que foi de 2008
1834 até 2011, transitando em julgado em 2012. Todos esses estudos, do diagnóstico,
1835 de toda a coisa a fundo. Porque o conceitual não mudou. Os estudos foram, sim,
1836 atualizados no tempo em tudo que foi necessário. São mais de 100 estudos
1837 técnicos multidisciplinares, são mais de 30 avaliações dos diferentes órgãos
1838 públicos de competência estadual e federal. Todos esses. Nos autos desse
1839 processo de licenciamento e nos autos do processo judicial. Aliás, a própria
1840 decisão que concedeu a licença já foi discutida em juízo, o PU traz isso muito
1841 bem. Tanto no juízo competente para execução do acordo feto. Quem olha o
1842 acordo, há algo interessante, ele está aqui com o timbre do Ministério Público
1843 Federal. Ele foi levado para audiência para ser homologado, mas as discussões

1844 se davam ali, isso foi muito discutido, todos os conselheiros têm conhecimento,
1845 porque votaram na licença, quem participou do processo, quem conhece os autos.
1846 Então, apesar de que o juiz teria até poder para tomar essas decisões, não há
1847 essa coisa de uma decisão sem apreciação. Ao contrário, todos os órgãos que
1848 estão afetos a um licenciamento dessa natureza estão lá compondo o acordo
1849 assinado e que está sendo executado, e o licenciamento faz parte da execução
1850 do cenário eleito, de cada coisa eleita tecnicamente e da sua atualização. Que
1851 diminuiu a área diretamente afetada, que diminuiu uma adutora, que ia ter um
1852 consumo de água duas vezes maior, por tecnologias que surgiram de lá para cá.
1853 E isso tudo foi muito discutido dentro da CMI. Nós precisamos lembrar que nós
1854 estamos aqui em sede de reconsideração. Este Conselho deliberou sobre quase
1855 tudo que foi discutido aqui hoje – aliás, sobre tudo que foi discutido aqui hoje –
1856 quando da concessão da licença. Não irá, decerto, deliberar novamente, porque
1857 estaria indo ao contrário do seu regimento e da regra, e seria um rejuízo
1858 que não está previsto. Quem vai julgar o recurso – e eu acho que isso ficou meio
1859 confuso aqui em diversas falas que nos antecederam – é a CNR. Aqui hoje é a
1860 reconsideração, aquilo previsto na legislação estadual, no caso, para situações
1861 de vícios de legalidade que são posteriormente ao ato levantadas. Aqui não cabe
1862 qualquer outra coisa que não seja controle de legalidade, pelo tipo do ato, pelo
1863 licenciamento. Mas isso foi judicializado, e o juízo da 15ª Vara Federal decidiu,
1864 em outubro, e decidiu em novembro. Mas não foi judicializado só lá. Tentaram
1865 também no Tribunal de Justiça. Isso foi, inclusive, citado dentro das decisões
1866 judiciais que estão no PU que vai subsidiar a decisão da CNR, pedindo o
1867 cancelamento, por tutela interditória, tanto da LP quanto da LI, e também foi
1868 negado lá, porque tinha a questão de julgamento da inconstitucionalidade, que
1869 também é tratado no PU. Aliás, ponto a ponto, tratado aqui e decerto vai ser
1870 analisado lá na instância recursal, que é lá na CNR. Hoje nós estamos aqui para
1871 tratar de reconsideração, se há algum vício de legalidade que, posteriormente, ao
1872 ato demande, mais do que autorize, a sua autotutela por vício de legalidade. E
1873 não há, como bem traz o parecer técnico multidisciplinar do órgão que subsidia
1874 legalmente essas decisões, que é a Supram Central. Eu gostaria de falar muito
1875 rapidamente aqui no final, que foi falado também de IDE, de levantar muita coisa
1876 do processo. Tudo que está sendo levantado está chegando aqui, mas a
1877 preocupação da empresa de estar dentro de toda a discussão e se colocar de
1878 forma transparente é tanta que ela não tinha sido ouvida nesse ZAP e nem nessa
1879 IDE, que é de levantamento secundário, e podia ficar quieta, porque não ia ser
1880 considerada lá para a água. Ela foi lá, pediu, e foi deferido pelos responsáveis do
1881 órgão ambiental, usar os dados primários. Além de tudo que vai colocar aqui de
1882 consumo de água, de tudo foi levantado, vai ser da AVG. Os dados primários
1883 colocados no licenciamento. Foi uma iniciativa da própria empresa. Eu gostaria
1884 de dizer uma coisa que eu penso que é muito importante. Então eu disse que não
1885 ia falar se o licenciamento era sui generis se não era sui generis. Tem lá o poço,
1886 tem lá necessidade de recuperação, necessidade de estabilização, que está

1887 sendo feita, tudo previsto, diagnosticado, tecnicamente, multidisciplinarmente, por
1888 todas as ciências que se afetam ao tipo de situação. Como foi amplamente
1889 discutido aquilo naquela sessão que, durante 9 horas, debateu de forma
1890 democrática, de forma como hoje também ocorre, que tecnicamente tanto a
1891 equipe falou quanto a empresa falou. Eu gostaria de só um minuto, presidente,
1892 para concluir, num ponto que eu vejo importante porque houve aqui uma certa
1893 contradição. A advogada que representa a Mitra falou até aqui de mudança de
1894 pedido, por causa do pedido impossível, isso nós vamos tratar lá na CNR, que
1895 analisa o mérito do recurso e a possibilidade ou não. Mas eu estou querendo
1896 apenas concluir assim, porque houve uma contradição, e a advogada da Mitra
1897 não é a única que fala pela Mitra. Falaram aqui padres, frei, falou o professor, que
1898 afirmou, inclusive, palavras dele, 'eu posso dizer porque os represento' e 'nunca
1899 estivemos fechados ao diálogo e queremos o diálogo.' Esse diálogo foi tentado
1900 várias vezes, mas ele aqui hoje, em outras manifestações, foi achincalhado: 'Se
1901 está tudo certo, por que o presidente procurou um acordo?' Para começar, tentar
1902 um relacionamento com o santuário vem de muito tempo e ao longo do projeto e
1903 levando como premissa o projeto instalado. Aliás, é até uma condicionante. Já
1904 que vai ser tudo transcrito na ata, essa, inclusive, é uma prova de que essa
1905 condicionante hoje é de impossível cumprimento, porque não há como
1906 estabelecer relacionamento com quem não quer. E hoje os carros da AVG são
1907 proibidos de entrar lá no santuário, como registramos, não para bater, mas para
1908 mostrar que é muito difícil estabelecer esse relacionamento." Conselheira
1909 Verônica Ildefonso Cunha Coutinho: "Eu nem sei por onde começar porque foram
1910 tantos pontos polêmicos, mas muito me espantam pessoas que vieram aqui falar
1911 que o Conselho está de carta marcada já e simplesmente colocaram para fora
1912 tudo que elas pensam e não esperaram o momento de escutar um retorno, de
1913 escutar a parte técnica. Isso para mim já é meio delicado. Não é minha área de
1914 conhecimento específico de estudo, acadêmico etc., essa questão colocada pela
1915 igreja. Mas tendo em vista algumas questões que foram colocadas de uma forma,
1916 a meu ver, lastimável pelos representantes aqui, da minha igreja – inclusive, eu
1917 sou católica –, eu senti um pouco a necessidade de expor meu posicionamento
1918 quanto a isso. E muito me assustam essa postura, as falas como foram colocadas,
1919 num período que o frei Gilvander mencionou mesmo, de quaresma. Isso me
1920 chamou muita atenção, usar o nome de Deus, que para mim é santo – o nome de
1921 Deus é santo –, em algumas falas que, para mim, não têm nada de cristão e
1922 definitivamente não honra o nome Dele. E para mim Deus é amor. Aí eu acho que
1923 não foram muito bem posicionadas as falas em nome Dele, se levarmos em
1924 consideração esse contexto. Agora, sim, entrando numa questão que já é da
1925 minha área jurídica, eu volto aqui a colocar a questão do princípio da precaução.
1926 E ainda antes de eu colocar a minha questão jurídica, como eu fui acusada de
1927 nem saber o dicionário, eu vou abrir aqui o dicionário Michaelis. 'Precaução -
1928 Cautela para evitar dano, perigo ou qualquer mal; cuidado, prevenção, tenência;
1929 qualidade de quem age cautelosamente para evitar riscos desnecessários.' O

1930 princípio da precaução está ligado diretamente à busca da proteção do meio
1931 ambiente e também da integridade da vida humana. Ele é utilizado quando temos
1932 uma certa incerteza científica, visando prevenir consequências que seriam
1933 indesejáveis. Ele difere da prevenção. As pessoas confundem um pouco os
1934 princípios da precaução e da prevenção. Aí eu volto de novo a falar que temos
1935 que ter muita responsabilidade naquilo que falamos, porque não estamos falando
1936 às vezes com pessoas que têm todos os conhecimentos técnicos. Eu acho que é
1937 por isso que o Conselho é formado multidisciplinar, exatamente para se conseguir
1938 casar os conhecimentos todos. Mas é colocado de uma certa forma que evita o
1939 real conhecimento ou induz o erro das pessoas. Eu não vou ficar entrando aqui
1940 na questão da diferença dos princípios da precaução e da prevenção, porque
1941 quem questionou minha fala parece ser um grande entendedor do ponto. Aqui nós
1942 temos na declaração da Rio-92, sobre meio ambiente e desenvolvimento
1943 sustentável, a seguinte fala, no Princípio 15: 'Para que o ambiente seja protegido,
1944 serão aplicadas pelo Estado, de acordo com as suas capacidades, medidas
1945 preventivas onde existam ameaças de riscos sérios ou irreversíveis.' Quando eu
1946 disse que o princípio da precaução não é o suficiente para você barrar um
1947 empreendimento, não foi eu quem disse, foi a declaração da Rio-92. Está aqui no
1948 Princípio 15: 'Não será utilizada a falta de certeza científica total como razão para
1949 adiamento de medidas eficazes, em termos de custo, para evitar a degradação
1950 ambiental.' Ou seja, eu não vou barrar o empreendimento, eu vou colocar ações
1951 mitigadoras, vou colocar condicionantes etc. Esse princípio não está só na
1952 declaração da Rio-92, está também na convenção sobre diversidade biológica,
1953 está também no Protocolo de Cartagena, sobre biossegurança, nesse mesmo
1954 sentido. Eu sou da área jurídica e espero ter conseguido elucidar para vocês um
1955 pouquinho essa questão, para evitarmos alguns burburinhos. Em relação ao que
1956 disse aqui o deputado Wendel, se estou me referindo certo, a audiência a que ele
1957 se refere foi realizada, se não me engano, no dia 23 de março de 2019, e os
1958 requerimentos que temos aqui que foram enviados para o governo são o
1959 994/2019, que nem sequer chegou ainda ao Executivo, está aguardando para
1960 essa definição; e o requerimento 993/2019, também posto naquela audiência
1961 sobre essa questão da serra da Piedade, que foi devidamente respondido pela
1962 Segov. Aparentemente, a meu ver, não foi necessária nenhuma outra medida,
1963 tanto que não recebemos nenhum outro requerimento. Acho que a resposta da
1964 Segov deve ter sido satisfatória." Conselheira Denise Bernardes Couto:
1965 "Inicialmente, eu tenho que corroborar, concordar, principalmente, com toda a
1966 parte inicial do que a Verônica disse. Não podemos ver isso aqui, como o próprio
1967 professor Miguel falou, 'nós contra eles'. E não falo por parte dos representantes
1968 oficiais da igreja, mas de pessoas que vieram aqui e que faltaram com o respeito
1969 com este Conselho. Isso é inadmissível, é inadmissível acontecer isso. Como
1970 algumas outras vezes ocorreram. Mas hoje de virar e falar que o conselheiro 'vai
1971 morrer, vai ficar doente, vai ter câncer'. O que é isso, gente? Nós já estamos
1972 partindo para a falta de respeito com as pessoas. Por favor, que cristandade é

1973 essa de falar isso aqui, de manifestar dessa forma aqui. O início que tem que se
1974 ter é o respeito com a pessoa, com cada um que está aqui dentro. Então
1975 inicialmente falar isso, porque isso me deixou – desculpa a palavra – irritada,
1976 nervosa, totalmente atônita com o que eu ouvi aqui. Por que não são os valores
1977 cristãos com que nenhum de nós aqui é educado. Eu fui educada em escola
1978 católica, escola da Arquidiocese de Belo Horizonte, eu não recebi nenhum desses
1979 valores onde eu fui educada, onde eu onde passei toda minha infância e minha
1980 adolescência. Nenhum desses valores eu adquiri lá dentro, muito pelo contrário,
1981 eu tenho muito orgulho de dizer que estudei no Colégio Santa Maria. E não tive
1982 nenhum desses valores adquiridos lá dentro. Eu tenho certeza que esse não é,
1983 de certa forma, o posicionamento da Arquidiocese de Belo Horizonte. Voltando
1984 agora aos aspectos que são discutidos nesta reunião, vamos lembrar aqui, como
1985 sempre eu digo, nós somos uma Câmara Técnica de Atividades Minerais, tanto é
1986 que a composição deste Conselho aqui, como a própria Verônica disse, é uma
1987 composição multidisciplinar, nós temos profissionais de várias áreas, área
1988 técnica, área jurídica, e todos contribuem dentro da sua esfera de atuação. Mas
1989 vamos lembrar aqui, dentro desse processo, desse recurso, que agora está em
1990 sede de pedido de reconsideração, podemos dizer que a licença já foi concedida.
1991 Falar que aspectos técnicos não foram discutidos quando da concessão da
1992 licença? Não podemos falar isso nunca, porque estudos ambientais foram
1993 apresentados, foram devidamente analisados pelo órgão ambiental, foram
1994 chancelados até no acordo judicial, que já foi citado aqui, por órgãos como
1995 Ministério Público, Iphan, órgãos que são signatários desse acordo. Ou seja,
1996 foram chancelados lá e foram trazidos para o órgão ambiental, no caso, a SEMAD,
1997 para ser feita uma análise. Foi feita uma análise e foi trazido para cá e aqui
1998 deliberado, o que culminou com a concessão da licença. Então não podemos
1999 dizer que não houve análise técnica. Houve análise técnica, sim, criteriosa, sim,
2000 feita pela equipe do órgão ambiental. Eu li o Parecer Único, feito pela SEMAD, e
2001 quero ressaltar: quando dizem que houve falhas técnicas apresentadas pela
2002 empresa, não sei. Enfim, agora houve uma falha técnica aqui, sim, não no
2003 parecer, mas na instrução do recurso. Desculpa, vocês instruíram o recurso
2004 embasado com o laudo que não foi nem sequer instruído com uma ART. Como
2005 que é isso? Não teve um documento assinado pelo Crea, no caso, ou pelo CRBio,
2006 não foi devidamente assinado. Documento que a própria SEMAD fala que é
2007 apócrifo como é que poderia ser considerado? Não tem, porque ele não tem
2008 validade, não tem validação. Então como é que pode ser até considerado? Enfim,
2009 não tem nexos essa situação. Isso é uma falha, uma falha de quem instruiu o
2010 próprio recurso aqui. No caso, uma outra coisa que eu quero citar aqui é sobre a
2011 questão de anuência do Iphan. Foi dito que o empreendimento não tem anuência.
2012 O Parecer Único foi feito de uma forma excelente, eu tenho que parabenizar
2013 vocês, Hidelbrando, Vitor, Karla, a equipe da SEMANA que está aqui, no caso, da
2014 Supram. O parecer, para mim, a meu ver, foi irretocável, todos os pontos que
2015 deveriam ser abordados foram abordados. E essa questão da anuência vocês

2016 elucidaram muito bem. Por dizer que não existe. Realmente, não existe, mas ela
2017 foi tida como uma condicionante a ser cumprida em até 15 dias depois que a
2018 anuência foi concedida. Até o momento ela não foi concedida, mas não há que se
2019 falar em descumprimento nem nada, porque ela ainda não foi concedida e,
2020 quando for concedida, deve ser apresentada dentro do prazo no processo. Se não
2021 for, não vai nem produzir efeito. E mais uma coisa a dizer aqui também, sobre
2022 isso, vamos lembrar que no próprio âmbito do processo judicial a própria juíza
2023 intimou os órgãos intervenientes, tais como o Iphan, o Ibama, a ANM, a darem o
2024 curso do processo para que o processo tivesse uma conclusão. Ela mesmo
2025 decidiu aqui para que esses órgãos façam a devida análise e cheguem a uma
2026 conclusão desses processos intervenientes, ou seja, a parte do órgão ambiental.
2027 E só mais uma coisa aqui para lembrar, que foi dita. Eu sou também da área
2028 jurídica. Foi dito 'não se pode passar por cima de decisão judicial'. Eu só vou
2029 lembrar aqui para vocês que decisão judicial tem que ser cumprida, não interessa
2030 qual seja, ela tem que ser cumprida, impreterivelmente. Isso aqui é um dos frutos
2031 de uma decisão judicial, decisão essa que deve ser cumprida, como qualquer
2032 advogado sabe." Conselheiro João Carlos de Melo: "Eu fui citado, logo nas
2033 primeiras falas, sobre a questão de sustentabilidade na mineração como um todo.
2034 Eu gosto de história. Eu sou engenheiro, mas gosto de história, inclusive fazendo
2035 uma avaliação, uma evolução do que acontece no mundo como um todo. Vamos
2036 trazer um pouquinho disso. Eu vou ser bastante breve, mas todos nós
2037 participamos de uma forma muito ativa em toda essa sustentabilidade, em toda
2038 essa evolução que vem ocorrendo em Minas Gerais. Vamos nos retardar um
2039 pouco ao início do descobrimento do Brasil, o que aconteceu, qual foi o grande
2040 desenvolvimento em Minas Gerais que ocorreu naquele período. Entre 1560 e
2041 1570, em dados aproximados, essa região de Ouro Preto, Mariana e Sabará tinha
2042 mais população de origem ibérica do que em Portugal, tinha mais gente aqui,
2043 exatamente em função de toda evolução que houve naquele tempo. Quando se
2044 comenta em desenvolvimento sustentável, há de se avaliar não só os aspectos
2045 inerentes à coisa como um todo, há uma necessidade, sim, de uma avaliação
2046 socioeconômica muito mais profunda. Nos anos 60, 70, houve uma série de
2047 avaliações da Sociedade Brasileira para o Projeto da Ciência, quando se
2048 chegaram a algumas caracterizações. A grande preocupação naquele momento
2049 era o desenvolvimento socioeconômico, e se chegaram a algumas definições de
2050 Belo Horizonte. Foi realizado em Belo Horizonte nesse período. Porque a grande
2051 Belo Horizonte nunca passou por grandes momentos de dificuldade, grandes
2052 momentos críticos, como ocorreu no Rio, como ocorreu em São Paulo, como
2053 ocorreu em Santa Catarina, como ocorreu em Curitiba, mais ou menos nesse
2054 período de 60 e 70. Belo Horizonte sempre teve um desenvolvimento harmônico
2055 em função de universidades, boas escolas, bons ensinamentos, boas criações
2056 familiares. Isso é o princípio básico unifamiliar que une todos nós. Isso foi feito em
2057 função de quê? Qual a base econômica que o Estado vinha desenvolvendo até
2058 então ao longo desse princípio. Vamos voltar de novo para Sabará, para Ouro

2059 Preto, para Mariana. A base do desenvolvimento mineiro, como o próprio nome
2060 foi citado agora há pouco, advém exatamente dessa socioeconomia que foi
2061 traçada naquele momento, das nossas origens que foram elencadas e alicerçadas
2062 nesse período. Isso nós não podemos negar. Quando se fala em desenvolvimento
2063 sustentável, essa evolução vem sendo ocorrida, ou seja, hoje a questão de
2064 sustentabilidade na mineração vem ocorrendo de uma forma equânime, de acordo
2065 com o desenvolvimento das tecnologias compatíveis como tal. Ou seja, hoje todo
2066 o processo, por exemplo, de filtragem, que está muito comum, está sendo muito
2067 falado, isso não começou agora, tem exatamente mais de 15, de 12 a 15 anos,
2068 que vem se tentando desenvolver metodologias, métodos, e, conseqüentemente,
2069 a questão da mineração, notadamente minério de ferro, que no Quadrilátero
2070 Ferrífero predomina um pouco mais, acompanha todo um processo industrial,
2071 todo um processo de siderurgia em tudo isso. Ou seja, o minério que tem hoje
2072 não é o mesmo que havia há 30, há 40 anos. Em função dessa evolução, o que
2073 aconteceu? Vêm se desenvolvendo uma série de processos, onde se adéqua toda
2074 essa situação específica de conhecimento internacional. Quando nós falamos,
2075 logo no princípio da nossa fala, na despedida nossa aqui, eu gostaria só de citar
2076 novamente: 'Em setembro de 2019, o Ibram assinou a cooperação com a
2077 Associação Canadense de Mineração para implementação no Brasil do TSM,
2078 rumo a uma mineração sustentável, e também tornou pública uma carta perante
2079 a sociedade brasileira, onde são assumidos compromissos com 12 temas, como
2080 água, energia e tudo mais. Ou seja, quando se comenta aqui que não existe
2081 mineração sustentável, vamos pensar na evolução nossa, na evolução mineira,
2082 na evolução brasileira como um todo. Isso é sustentabilidade. Pode ser uma
2083 sustentabilidade que alguém já apregoa 'tem que ser isso.' Pelo contrário, há, sim,
2084 um desenvolvimento harmônico, um desenvolvimento que envolve todos os pares
2085 da sociedade, inclusive a própria igreja. Inclusive, os grandes templos, a grande
2086 devoção católica brasileira advém de Ouro Preto, advém de Mariana, advém
2087 exatamente dessa sequência como um todo. Eu gostaria agora de voltar um
2088 pouco para tudo que foi citado até agora. Toda essa questão de abusos de
2089 definições, nós temos necessidade, sim, de ter uma harmonia, um entendimento
2090 maior entre os pares. Essa questão de discussão, essa questão de se levantar,
2091 como foi comentado agora no decorrer de todas essas discussões, esses
2092 princípios católicos, eu sou católico apostólico romano praticante. Ou seja, eu não
2093 admito certas coisas que foram faladas aqui dentro. Dizer que pode ter um
2094 problema sério. Nossa Senhora não se apregoa, nos protege. Deus nos protege,
2095 não tem nada a ver com esse tipo de situação que às vezes criam e que às vezes
2096 podem até macular ou manchar um pouco os próprios princípios da igreja. Eu sou
2097 contra tudo isso e acho que a sociedade mineira está muito em função disso
2098 também, muito em função do respeito mútuo, muito em função do
2099 desenvolvimento que podemos ter. E o desenvolvimento mineiro como um todo
2100 se alicerça, tem como referência a mineração. Isso não tem dúvida. As
2101 siderúrgicas, todo esse envolvimento que houve em Minas Gerais num

2102 determinado período ou de recrudescimento em outro, todas as evoluções advêm
2103 exatamente daí. Tem praticamente trinta e tantos anos que eu trabalho nesse
2104 segmento, o que me preocupa, acentuadamente, às vezes, quando se tem alguns
2105 recursos minerais mais elevados, cria-se uma unidade de conservação naquela
2106 área para ter uma série de embarços. Isso não existe no mundo, só existe aqui.
2107 Há necessidade de uma evolução muito mais específica, há necessidade de um
2108 conhecimento de causa e uma coparticipação em tudo isso. Essa questão
2109 específica agora da serra da Piedade, eu participo de uma forma direta e indireta
2110 nos últimos 15, 20 anos, desde a época da Brumafer. Ou seja, eu sei o trabalho,
2111 a dificuldade, o período de paralisação daquela primeira mineração, como foi
2112 citado aqui, que era praticamente um grande garimpão. Recentemente eu voltei
2113 à área algumas vezes e vi o cuidado com que a AVG vem desenvolvendo tudo, a
2114 preocupação nítida do que pode ser feito, do que se pode fazer. Eu tenho uma
2115 vivência de praticamente 20 anos de trabalhar em recuperação de área ambiental,
2116 recuperação de água mineral, inclusive em aluviões, uma coisa muito mais
2117 delicada, muito mais específica de ser elencada. O trabalho que vem sendo
2118 desenvolvido pela AVG é um trabalho ímpar, ou seja, há necessidade de uma
2119 inteiração disso que a empresa vem propondo, para caminhar de uma forma
2120 equânime entre todos os pares. O que eu queria pedir era exatamente isso, vamos
2121 ter um pouquinho mais de consciência no que está se pondo, no que está se
2122 falando. Nesse licenciamento ambiental que já foi citado, eu admiro exatamente
2123 esse parecer, que não foi o primeiro parecer. Esse é recente, como a própria
2124 representante da Fiemg citou. Eu considero esse trabalho como uma peça
2125 exemplar de um procedimento que deve ser seguido. E só dizer um pouco mais,
2126 aquela senhora que citou meu nome, eu fico até um pouco eloquente de saber a
2127 preocupação que ela tem em saber em termos de educação como um todo. Mas
2128 eu acho que deveria participar dessa sequência de educação, essa questão da
2129 nossa formação, da formação mineira. Eu sou mineiro do Cerrado e conheço
2130 perfeitamente bem e me honro de participar de tudo isso, e me honro de ser
2131 mineiro em todas essas formas. Eu acho que isso precisa de ser mais eloquente.”
2132 Conselheiro Paulo Eugênio de Oliveira: “Eu acho até importante a gente falar o
2133 nosso direcionamento para que a sociedade entenda o que direciona o nosso
2134 voto. Tudo que eu vou falar aqui eu vou passar a falar mais vezes. O que
2135 acontece? O pessoal às vezes fala que a gente vem com o voto combinado para
2136 cá. Realmente, o nosso voto é combinado. A Codemig, por exemplo, é uma
2137 instituição essencialmente técnica. Ela tem feito a mineração desde os tempos da
2138 Metamig, há muitos anos. Então é desnecessário dizer o papel da Codemig na
2139 mineração. Então a gente combina realmente o voto. Eu analiso tecnicamente,
2140 não tenho vergonha disso, apresento para a diretoria da empresa o nosso voto
2141 aqui. O nosso voto é fruto de uma análise técnica e de uma análise política do
2142 cenário da mineração como um todo. A segunda coisa que eu digo é o seguinte.
2143 As pessoas falam muito em parar de depender do dinheiro da mineração, como
2144 se fosse dinheiro sujo. A mineração é uma coisa fantástica. Se tem um pessoal

2145 capaz de evoluir, de fazer a produção mineral ficar cada vez mais sustentável, é
2146 o pessoal da mineração, que extremamente capacitado, e de tempos em tempos
2147 eles vão descobrindo pilhas de rejeitos que não eram economicamente viáveis de
2148 se minerar e agora são. Então vão descobrindo novas tecnologias. Na verdade,
2149 esta Câmara se chama Conselho de Política Ambiental não é à toa, porque não
2150 é só a parte técnica que nós temos aqui, nós temos um conflito político, e aqui
2151 todos nós somos atores nesse caso. Eu vou citar como exemplo aqui a reunião
2152 que eu tive lá com o João Carlos. Eu queria até abrir um parêntese. Nós temos
2153 aprendido com ele em todas as reuniões, tudo que o Ibram fala realmente
2154 tentamos contribuir, para chegar a esse ponto de realmente contribuir para a
2155 mineração, como o Ibram tem contribuído nesses 30 anos. Nós tivemos uma
2156 reunião lá no Parque do Rola Moça, e lá tinha duas realidades em discussão.
2157 Uma, o professor Evandro Gama falando que as barragens não tem como ser
2158 sustentáveis e existe forma de aproveitar o resíduo. Ótimo, ele tem isso já
2159 pesquisado, já patenteado, já em aplicação. Ele já deu entrevista no 'Jornal
2160 Nacional'. E do outro lado tinha a Vale do Rio Doce já mostrando uma usina que
2161 constrói bloquetes intertravados, blocos de concreto pré-moldado, todos feitos
2162 com resíduos de mineração. Entendeu são visões. A Vale falou, e eu reparei que
2163 hoje ela só trabalha com resíduo que é tirado do processo nesse momento, ainda
2164 não está trabalhando com o resíduo que está dentro das barragens. Ou seja, tem
2165 um mar de resíduo para aproveitar. Já existe tecnologia para isso. Se existe um
2166 segmento capaz de resolver esse problema de várias barragens, como essa da
2167 Brumafer, tem muita barragem que foi abandonada, que foi feita de forma errada.
2168 Se existe um segmento capaz de fazer isso é o segmento da mineração. Outra
2169 coisa que eu digo é que toda reunião do COPAM tem sempre vereador, sempre
2170 prefeito, sempre pessoas que defendem a mineração, mas elas sempre se
2171 esquecem de dizer o que que elas estão fazendo para aumentar a arrecadação
2172 do seu município. E eu vou começar a questionar isso das próximas vezes, vou
2173 ficar um pouco mais chato. Quando uma mineradora chega a uma cidade, ela traz
2174 muito ICMS, mas também traz aumento populacional, tem que aumentar o
2175 sistema de saúde, o sistema de transporte e tal. E quando acabar a mineração?
2176 Então a mineradora tem que começar a colocar isso no prato da balança para
2177 dizer o seguinte: o que ela vai deixar para a cidade. Desenvolvimento econômico
2178 não são só novos hospitais, só transporte, só saneamento básico, isso é dela
2179 mesmo, é uma demanda que ela mesmo gerou. Mas e o turismo e os arranjos
2180 produtivos locais, quais são as coisas que o município pode fazer com as suas
2181 características locais? Então Caeté tem a questão de turismo. O que a Mitra pode
2182 fazer pelo turismo lá? Isso foi questionado aqui. Eu não sou de Caeté, já visitei lá
2183 e tudo. É um bom ponto de partida, porque a mineração hoje é a única forma de
2184 recuperar aquele passivo que está lá. Uma mineração bem feita. Então vamos
2185 fazer uma mineração bem feita, porque já foi oferecido para hotelaria, para um
2186 monte de gente, e ninguém quis. Quando você envolve a capacidade de gerar
2187 lucro, de gerar recurso, gerar divisa, aí, sim, o nosso sistema leva a isso. Quem

2188 não estiver satisfeito com isso muda o sistema. É o que eu tenho para dizer. Agora
2189 eu gostaria sempre que as pessoas pensassem, dentro do município, o que elas
2190 podem fazer, não só para aumentar o desenvolvimento de serviço, mas também
2191 para aumentar a capacidade de geração de renda. Não que a mineração seja um
2192 dinheiro sujo, pelo contrário, a mineração vem como mola propulsora do nosso
2193 desenvolvimento há muitos anos. Agora é a nossa vez de descobrir o que Caeté
2194 pode fazer. É isso que eu queria dizer.” Conselheira Verônica Ildefonso Cunha
2195 Coutinho: “Eu só esqueci de comentar um ponto que eu acho que é tão aclamado
2196 aqui de vez em quando: a tal da segurança jurídica. E aí nós temos que usá-la em
2197 todos os momentos realmente, não só quando for do interesse próprio. É
2198 importante lembrar que a Constituição prevê que os poderes são independentes.
2199 Contudo, a Constituição também dá poder para o Judiciário se fazer valer de
2200 qualquer mecanismo que entenda viável para extrair o máximo de efetividade da
2201 questão jurídica. Então o agente público não pode desistir da condição de membro
2202 integrante da ordem judicial nem muito menos violar o princípio da obrigatoriedade
2203 do cumprimento da ordem judicial. E aí eu leio aqui um pedacinho de uma decisão
2204 do STJ que fala assim: ‘Fazer valer a autoridade da decisão judicial é das mais
2205 evidentes e imprescindíveis dimensões do estado de direito e da posição dos
2206 juízes como garantidores e árbitros últimos do ordenamento jurídico, em especial,
2207 na tutela de direitos coletivos’.” Conselheiro Claudinei Oliveira Cruz: “Presidente,
2208 eu gostaria de solicitar do empreendedor, se possível, através do Gustavo, que é
2209 o representante técnico da empresa, para ele nos explicar com relação às
2210 medidas mitigadoras que foram feitas. Já faz quase dois anos até aqui. Nós
2211 tivemos um evento hidrológico agora no início do ano que realmente foi fora do
2212 padrão, foi normal, teve tempo de recorrência de dez mil anos. Eu queria que ele
2213 explicasse para nós, de uma maneira bem simples e rápida, o que foi feito, o que
2214 está sendo feito e qual foi a eficácia dessas medidas perante o evento que teve
2215 agora no início do ano.” Conselheiro João Carlos de Melo: “Eu queria comentar,
2216 de uma forma muito sucinta, a questão de composição paritária que este
2217 Conselho representa. Existe uma legislação onde é definida e aprovada. Essa
2218 composição para ser mudada eu acho que tem que percorrer uma série de outros
2219 caminhos, mas o objetivo é exatamente uma composição paritária que o Conselho
2220 representa. Outro aspecto também, senhor presidente, é essa questão de
2221 princípio de precaução. Isso está caindo numa vala tão comum que eu acho
2222 necessidade de se ter um esclarecimento mais detalhado. Como a própria Dra.
2223 Verônica comentou, como a própria Denise comentou também, há uma
2224 necessidade de se informar um pouco mais. Não essa questão de trazer ‘esse é
2225 o princípio de precaução’. É uma avaliação que está ficando um pouco vaga.”
2226 Vitor Reis Salum Tavares/Supram Central Metropolitana: “Quem está prestando
2227 as informações é Vitor, eu sou servidor da SEMAD, atual diretor de Controle
2228 Processual da Supram Central Metropolitana. Eu vi com muito cuidado aqui todos
2229 os que se manifestaram e tentei anotar todos os pontos que julgamos importante
2230 para fazer os esclarecimentos necessários para que haja uma decisão que tenha

2231 uma ampliação de debate bastante concreta, para um caso que envolve tantas
2232 pessoas. Eu acho que o primeiro ponto que eu tenho que deixar bem claro é que
2233 acho que a manifestação da SEMAD tem que estar despida de qualquer tipo de
2234 argumento religioso ou cultural, porque nós estamos aqui representando a técnica
2235 do processo. Não que eu não tenha a minha religiosidade. Tenho, sim, a
2236 apresento no meu dia a dia como cristão, como católico. Mas neste momento,
2237 como representante de uma entidade de um órgão público, eu tenho que me
2238 manifestar de forma técnica para trazer as informações para a sociedade e para
2239 todos os envolvidos. Então eu quero deixar isso bem claro que qualquer
2240 argumento que eu vou trazer aqui, que a equipe vai trazer vai estar despido de
2241 qualquer informação sobre isso e nem entrando no mérito do que foi dito sobre
2242 essas situações. Em segundo momento, nós temos que deixar bem claro que nós
2243 temos um ordenamento jurídico, uma legislação, e ela em nenhum momento
2244 proíbe a atividade minerária. Nós temos que ter isso de maneira bem simples,
2245 porque alguns setores que querem discutir a atividade minerária nesta Câmara
2246 querem colocá-la como uma atividade proibida, e ela não é proibida. Não como,
2247 por exemplo, a realização de um tráfico de drogas, de um assassinato. É uma
2248 atividade lícita, segundo o ordenamento jurídico, e deve assim ser tratada pelos
2249 órgãos de governo. E assim é muito importante ter em mente que é necessário,
2250 como qualquer atividade lícita, que tenhamos como medida a medida de controle
2251 para que haja mitigação e controle da atividade de acordo com a solução
2252 tecnológica necessária ao desenvolvimento da atividade. Eu acho que nesse
2253 ponto a gente entra nessa questão do princípio, e o princípio, pela própria
2254 definição, é uma situação de carga axiológica muito ampla, porque não tem uma
2255 regra objetiva sobre a situação. Então, quando viemos falar sobre princípios da
2256 precaução e prevenção, a doutrina, a melhor doutrina, os doutrinadores de direito
2257 falam sobre a precaução como os riscos que não são conhecidos pela ciência. O
2258 que não é o caso. Nós temos que tratar aqui sobre o princípio da prevenção, que
2259 são os riscos conhecidos pela ciência e que são mitigáveis, que é o que nós,
2260 dentro do licenciamento ambiental, pretendemos fazer, impor medidas de controle
2261 e mitigação necessárias para determinada atividade dentro de uma tecnologia
2262 existente. Então nós conhecemos o risco que a mineração possa causar, nós
2263 verificamos isso no caso concreto e entendemos, dentro de uma análise técnica
2264 e jurídica multidisciplinar, que as medidas de controle propostas são suficientes
2265 para a contenção desse tipo de dano. E eu falo isso com muita tranquilidade, é
2266 importante ter em mente que é um ponto que eu acho muito nevrálgico em
2267 qualquer discussão, que o licenciamento ambiental não é um alvará para causar
2268 qualquer tipo de degradação ambiental. Em nenhum momento há uma licença
2269 ambiental para que se cause dano. Nós licenciamos uma atividade
2270 potencialmente poluidora ou efetivamente poluidora, no sentido de que ela tenha
2271 controles. E ter o licenciamento ambiental é uma forma de garantir realmente que
2272 esses controles sejam implementados. Nós ouvimos várias pessoas aí falarem
2273 sobre uma mineração antiga que não deveria ter nenhum controle e causou todo

2274 o dano que causou na serra da Piedade. É isso que nós queremos evitar, porque
2275 o licenciamento ambiental – falo mais uma vez – não é alvará para causar
2276 qualquer tipo de dano ambiental ou degradação ambiental. E nesse caso, mais
2277 especificamente, o licenciamento ambiental da AVG vem com uma promoção de
2278 uma ideia, que é ainda maior, de não causar dano e, sim, recompor o dano que
2279 já havia sido cometido no passado. Então houve essa situação de dano no local,
2280 e dentro do licenciamento ambiental nós temos uma visão de como vai ser essa
2281 reparação. Esse é o primeiro panorama que eu gostaria de deixar claro para que
2282 possamos avançar em algumas informações sobre o licenciamento ambiental
2283 específico da AVG. E quanto a isso o primeiro ponto de que eu gostaria de falar
2284 é sobre algumas denúncias que foram feitas aqui. Nós temos um canal de
2285 denúncias oficial do Estado. Nós pegamos essas informações e vamos inseri-las
2286 dentro do canal. Apesar de essa não ser a forma de se fazer isso, porque nós
2287 temos um canal, um site, todo instrumento para fazer, mas é uma denúncia que
2288 foi formalizada aqui, então nós vamos levar para o núcleo específico que nós
2289 temos dentro da Central Metropolitana. Para que se verifique isso, se registre a
2290 denúncia e passe por uma fiscalização na área. Então eu quero deixar registrado
2291 que nós vamos levar essas informações para os nossos canais oficiais de
2292 denúncia da SEMAD. O ponto em relação à denúncia, foi falado por uma senhora
2293 – não consigo vê-la mais aqui. Existe prova de contaminação. Então eu reitero
2294 esse canal de denúncia. Se houver qualquer tipo de informação sobre
2295 contaminação de água ou alguma coisa nesse sentido, o site da SEMAD tem, no
2296 seu bloco direito de links, um acesso para denúncias, que podem ser prestadas
2297 as informações, vão ser realizadas as fiscalizações na área, vamos trazer
2298 informações sobre isso. Esse é o plano geral sobre tudo que aconteceu, sobre
2299 todas as manifestações. E agora eu vou passar sobre os pontos mais específicos.
2300 Utilização da água, até levando em consideração a sua denúncia também, vamos
2301 levar para que seja apurada. Num processo de licenciamento ambiental em que
2302 vamos discutir utilização de água, nós temos a utilização de água e um balanço
2303 hídrico para isso. E temos que ter em mente que a nossas normas regulamentares
2304 e legais, seja por meio da Política Nacional de Recursos Hídricos, seja por meio
2305 da Política Estadual de Recursos Hídricos, consideram a água como um bem de
2306 domínio público. Então a gente não aliena qualquer tipo de utilização da água, a
2307 gente confere a utilização para o particular seja de que forma for. Houve uma
2308 manifestação no sentido de que não foi considerado um balanço hídrico em
2309 determinada situação de uso na agricultura ou entre outros usuários. Se isso não
2310 foi considerado é porque não tivemos o registro disso nos nossos controles. Tem
2311 os mecanismos de outorga, seja por meio de uso insignificante, seja por meio da
2312 outorga propriamente dita. Então a gente orienta que para quem faça utilização
2313 de qualquer tipo de água é necessário, é primordial, para que façamos qualquer
2314 tipo de análise, qualquer tipo de balanço hídrico, considerando todas as
2315 informações. Então isso é importante para termos em mente. Outro ponto que foi
2316 questionado, já pelo representante da Mitra, aí vamos entrar em alguns pontos,

2317 que na verdade são importantes, que na verdade são até a reclamação do que foi
2318 exposto no recurso, geral. Em relação às unidades de conservação,
2319 primeiramente, no processo de licenciamento ambiental consta anuência de todas
2320 as unidades de conservação de proteção integral que compõem o processo de
2321 licenciamento da área do empreendimento. Se não existe anuência de qualquer
2322 unidade de conservação, talvez porque não seja de proteção integral, como uma
2323 APA, em que não existe essa necessidade de anuência. Enquanto órgão público,
2324 obedecemos ao princípio da legalidade, então só podemos fazer o que a nossa
2325 norma nos manda. Então as anuências constam no processo público, o que pode
2326 ser verificado pela senhora qualquer momento. Então as anuências constam, sim,
2327 no processo. Em relação ao acordo judicial, foi afirmado aqui que a SEMAD não
2328 observou o acordo judicial. E muito pelo contrário disso nós fomos, inclusive,
2329 surpreendidos com uma ação de embargos de declaração pelos outros
2330 signatários do acordo há algum tempo. Nós elaboramos uma nota técnica para o
2331 juízo em que foi homologado o acordo, explicando todo o procedimento que foi
2332 adotado pela SEMAD, dentro desse processo de licenciamento. E dentro dessa
2333 decisão dos embargos de declaração o juízo entendeu que, muito pelo contrário
2334 do que foi afirmado, a SEMAD vem cumprido estritamente os termos do acordo,
2335 de acordo com o cenário 3. Então eu acho que o acordo judicial vem sendo
2336 cumprido de uma maneira bem salutar por todos. Então nós temos em mente, um
2337 outro ponto que eu anotei aqui, de qual é o fato da licença sem efeitos. A licença
2338 sem efeitos vem trazer uma informação sobre a participação de órgãos
2339 intervenientes dentro do processo de licenciamento ambiental. O
2340 empreendimento, por mais que a licença tenha sido emitida, não tem qualquer
2341 autorização até que haja a intervenção desses outros órgãos, no caso, hoje, o
2342 Iphan. Porque o Iphan já emitiu a anuência em relação ao empreendimento.
2343 Inclusive, em sede dessa decisão dos embargos de declaração, o juízo decidiu
2344 que o Iphan tem essa obrigatoriedade de constar a anuência porque ele firmou
2345 como signatário do acordo. Então hoje, apesar de a licença ainda estar sem
2346 efeitos por conta da ausência de manifestação e anuência do Iphan no caso
2347 concreto, tem essa decisão judicial reconhecendo a mora desse órgão. Essa
2348 licença sem efeitos foi prevista no artigo 27 do Decreto 47.383, regulamentando
2349 a Lei 21.972. Ela visa dar andamento ao processo de licenciamento para que
2350 outros atores que não estejam vinculados ao processo propriamente dito não
2351 influenciem na mora da SEMAD. Então é muito salutar, veio como uma inovação
2352 festejada por todos os analistas e gestores do processo de licenciamento
2353 ambiental e permite uma análise mais integrada e mais ampla dos aspectos
2354 ambientais. A SEMAD não tem expertise e, mais do que expertise, não tem
2355 competência para tratar de assuntos que estão na esfera de decisão de outros
2356 órgãos intervenientes. Não cabe a nós fazer essa avaliação. Nós temos, como eu
2357 disse, o princípio da legalidade, que rege toda administração pública, e uma
2358 dessas características para fundamentar a legalidade administrativa, prevista,
2359 inclusive, na Lei de Ação Popular, é o atributo da competência. Somente podemos

2360 fazer o que está inserto na nossa esfera de competência, sob risco de um vício
2361 de ilegalidade grave. Então nós temos que ter essa limitação de até aonde nós
2362 podemos ir de acordo. Não adianta quereremos nos manifestar sobre patrimônio
2363 histórico e cultural porque isso vai ser um ato nulo na origem, nós não temos
2364 condições de fazer esse tipo de manifestação. O órgão responsável é o Iphan, o
2365 órgão responsável por outras atribuições dentro do nosso ordenamento jurídico é
2366 que deve se manifestar sobre isso. E o licenciamento ambiental deve se ater aos
2367 aspectos ambientais, quais sejam: medidas de controle e mitigação dos impactos
2368 ambientais que irão se manifestar quando da instalação do empreendimento.
2369 Então a licença é sem efeitos hoje, ela está sem efeitos até manifestação do
2370 Iphan, garantindo a competência do órgão para se manifestar sobre o atributo que
2371 a lei a ele atribuiu. Esse é um ponto também importante. Foi falado sobre a
2372 certidão de lei e ocupação do solo do município de Sabará. Eu não participei da
2373 última reunião, mas parece que houve uma manifestação superficial do
2374 representante do município, fato é que o processo de licenciamento contém a
2375 certidão e não há nenhuma manifestação do município que desabone a sua
2376 atuação. Em nenhum momento, ele revogou essa certidão. Se o ato foi feito de
2377 maneira formal e se existe a necessidade de revisão pelo ente municipal, ele deve
2378 fazer isso de maneira formal também. Da mesma forma que ele se manifestou,
2379 ele deve fazer isso sobre o outro ponto geral sobre isso. Outro ponto que
2380 anotamos é em relação ao programa de relacionamento. O meio socioeconômico
2381 foi avaliado no licenciamento ambiental. Eu acho que o Neto pode trazer um
2382 pouco mais de informação sobre isso em momento posterior, mas teve um
2383 programa de relacionamento, e o meio socioeconômico é um dos fatores
2384 avaliados dentro do processo de licenciamento ambiental. Como foi dito e bem
2385 explicado aqui, nós não estamos discutindo mais o processo de licenciamento
2386 ambiental, que foi discutido na última reunião, mas, sim, o pedido de
2387 reconsideração posto à CMI, mas é um ponto que foi discutido. Temos que
2388 entender que o ato foi plenamente capaz de produzir os efeitos necessários. Outro
2389 ponto que anotei aqui – e me causa muita estranheza qualquer tipo de alegação
2390 nesse sentido – é que nós ‘não devemos observar decisões judiciais’. Uma
2391 decisão judicial é uma garantia do Estado democrático de direito, então nós temos
2392 essa necessidade de observar, até em garantia da tripartição dos poderes, de
2393 maneira geral, em relação ao Executivo, o Judiciário e o Legislativo,
2394 principalmente no que tange a função do Judiciário, que é fazer valer suas
2395 decisões com caráter de definitividade. Então essa é a maior característica de
2396 qualquer decisão judicial e atuação do Judiciário. Porque o Executivo tem posto
2397 a si a possibilidade de exercer a tutela e a autotutela, que é manifestação dos
2398 seus atos, independente de aquiescência do Poder Judiciário. Mas as decisões
2399 do Poder Executivo não têm a característica da definitividade, que é a maior
2400 marca dos atos judiciais. Então não existe em qualquer Estado que se queira dizer
2401 como democrático de direito a possibilidade de não se observar uma decisão
2402 judicial. A decisão judicial foi firmada com base em um acordo firmado entre

2403 signatários, dentre eles, a SEMAD e todos os outros, um acordo que pressupõe
2404 uma composição dos direitos envolvidos, homologada judicialmente. Então
2405 realmente para mim soa muito estranho, como advogado, ouvir de quem quer que
2406 seja que decisões judiciais não devem ser observadas, porque na verdade elas
2407 têm essa marca que distingue de qualquer outro lado do poder público de
2408 definitividade, de não poder ser revista. É muito importante ter isso em mente.
2409 Outro ponto importante que é muito bom ser observado e sempre ser dito é que
2410 a regularização garante o princípio da prevenção. A prevenção visa mitigar os
2411 efeitos, e quando nós temos um empreendimento que tem sua regularização ele
2412 tem quais são as medidas de controle e mitigação necessárias para o
2413 desempenho da sua atividade produtiva. Então o licenciamento, mais do que
2414 qualquer coisa, é uma manifestação do princípio da prevenção. Alegar 'não está
2415 se observando o princípio da precaução'. Como eu disse, o princípio da precaução
2416 visa discutir riscos não conhecidos pela ciência. Nós temos riscos conhecidos, e
2417 a regularização atende ao princípio da prevenção. Eu gostaria também de trazer
2418 uma informação, em resposta ao deputado Wendel Mesquita. Como eu disse,
2419 durante todo o tramitar do processo de licenciamento, no último momento, nós
2420 tivemos uma manifestação que se referia ao embargo de declaração manifestado
2421 por meio da Advocacia Geral da União, representando Iphan, Iepha, Ministério
2422 Público Federal e Ministério Público Estadual, querendo uma integração da
2423 sentença que foi proferida na homologação do acordo judicial. E lá naquele
2424 momento nós fomos injustamente acusados de não estar cumprindo o acordo
2425 judicial. Nós trouxemos todas as informações do processo de licenciamento, como
2426 ele decorreu, foi um trabalho realmente feito por várias mãos. Nós buscamos as
2427 informações que estavam dentro do processo, elaboramos uma nota técnica para
2428 o juízo, para compor nossa defesa junto à Advocacia Geral do Estado. E naquele
2429 momento o juízo entendeu que quem estava cumprindo, na verdade, o acordo
2430 judicial era a SEMAD. Muito ao contrário do que estava sendo alegado. Então nós
2431 cumprimos o acordo judicial, cumprindo a decisão judicial, como deve ser um
2432 Estado democrático. E a ausência da manifestação do Iphan, em relação ao que
2433 foi dito, foi discutida nesse embargo de declaração, e o juízo trouxe a informação
2434 de que o Iphan não estava cumprindo o acordo. Então se ele não levou a efeito o
2435 cumprimento do acordo, se ele estava fazendo esse descumprimento, rechaçou
2436 qualquer manifestação em relação ao descumprimento pela SEMAD, do acordo.
2437 Muito pelo contrário, determinou que naquela oportunidade o Iphan se
2438 manifestasse de maneira conclusiva sobre o processo. Não quer dizer que o Iphan
2439 tenha que dar anuência. O Judiciário tem seus limites na repartição de poderes e
2440 não pode entrar dentro do mérito administrativo. Mas é necessário que o Iphan se
2441 manifeste, ele não pode deixar de se manifestar. Quem tem competência legal
2442 para analisar qualquer tipo de informação acerca do patrimônio histórico-cultural
2443 é o órgão, mas ele tem que se manifestar, ele não pode ficar inerte e não cumprir
2444 seu dever legal de se manifestar sobre esse processo. Então eu queria deixar isso
2445 claro, que a falta de manifestação do Iphan, até pelo fato de que a licença sem

2446 efeitos, que não gera qualquer prejuízo da análise ambiental do processo, não
2447 causa qualquer tipo de ação quanto aos nossos processos. Eu queria fazer um
2448 elogio ao Sr. Geraldo Lúcio, uma prestação de informação muito sensata.
2449 Escutamos tudo que o senhor teve a dizer, pode ter certeza que vamos
2450 internalizar sempre as informações que sejam sensatas. Como foi dito, o
2451 empreendimento não tem ainda qualquer tipo de autorização, ele tem uma licença
2452 sem efeitos. Se existe qualquer diminuição do volume de água, pelo menos a
2453 princípio, não podemos atribuir isso ao funcionamento do empreendimento,
2454 porque, se ele estiver funcionando, está funcionando de maneira irregular. Então
2455 hoje não há nenhum tipo de uso de água autorizado, existe uma expectativa sobre
2456 isso no momento em que a licença esteja deferida. Então hoje, se há uma redução
2457 de volume, não é decorrente disso. Então nós temos que ter essa visão sobre isso
2458 porque, como eu disse, o volume consuntivo, o balanço hídrico foi realizado.
2459 Então vamos ter o ZAP e essa discussão ampla sobre como é a utilização dos
2460 recursos hídricos no local, mas, se houve uma diminuição do recurso hídrico no
2461 local, não temos um liame, que chamamos de liame subjetivo, para imputar isso
2462 ao empreendimento, porque hoje não há esse consumo, há uma expectativa. E
2463 por último, fechando aqui o que eu queria dizer, eu queria deixar bem claro que
2464 todas as informações técnicas e jurídicas que nós manifestamos dentro do
2465 processo são com uma segurança jurídica muito tranquila que nós estamos
2466 fazendo aqui para expor. Em nenhum momento há incerteza do que está se
2467 falando. Até porque a análise técnico-jurídica foi feita por uma equipe
2468 multidisciplinar, com vários técnicos que compõem a SEMAD. Eu pelo menos me
2469 sinto muito tranquilo de falar que há segurança jurídica em todas as
2470 manifestações do que eu trouxe aqui para afirmar. Então componho essa
2471 afirmação sobre isso. E por fim, sobre a composição do Conselho paritário, tem
2472 uma regra de composição, que foi observada neste biênio. Tem uma nova regra
2473 de composição para o próximo biênio, que, inclusive, vai ampliar a participação
2474 de organizações da sociedade civil e tudo mais. Então nós temos regras para
2475 serem seguidas, então o Conselho está composto dessa forma, de acordo com
2476 as regras, e depende de uma atuação muito mais ampla em relação a tudo isso.
2477 Eu acho que é isso que eu tinha para falar. Eu anotei aqui e acho que tenha trazido
2478 as informações gerais sobre isso.” Hidelbrando Canabrava Rodrigues
2479 Neto/SEMAD: “Vamos a alguns pontos que eu acho importantes de serem
2480 comentados aqui. Primeiro, eu gostaria de falar ao padre Fernando, ao professor
2481 Miguel, ao deputado Wendel também que eu também tenho um grande respeito
2482 e admiração pelos senhores. Mas, da mesma maneira que o Vitor disse, eu aqui,
2483 como representante de um órgão público, eu tenho que atuar de maneira laica,
2484 imparcial e bem técnica. E tecnicamente eu discordo de alguns posicionamentos
2485 que foram colocados aqui. Eu vou iniciar lendo um considerando do acordo
2486 judicial. Todos eles são importantes, mas este aqui é essencial de tudo que foi
2487 discutido aqui. ‘Considerando que tanto os técnicos que assessoram o Ministério
2488 Público Federal e o Ministério Público Estadual, como os técnicos do DNPM -

2489 Departamento Nacional de Produção Mineral, bem como os outros profissionais
2490 contratados pelo AVG, indicaram não ser possível a adequada recuperação das
2491 áreas degradadas por atividades minerárias sem a realização de novos trabalhos
2492 de desmonte, ainda que parcial, dos elementos rochosos constantes da
2493 localidade, mercê da anterior execução de cortes em bancadas irregulares e
2494 geração de taludes de mais de 30 m de altura, com inclinações subverticais.’ Por
2495 que isso é importante? Foi feita uma pergunta aqui, a maioria das pessoas
2496 perguntou e respondeu depois. Todo mundo aqui quer ver a serra recuperada?
2497 Quer. Então todos os estudos, desde antes do acordo judicial, falam que não tem
2498 jeito de recuperar sem minerar concomitante, sem fazer os devidos cortes de
2499 aterros. Isso foi um considerando, isso foi uma premissa do acordo judicial. Então
2500 partindo disso. Isso eu acho importantíssimo deixar claro, porque eu sou
2501 engenheiro de minas, vistoriei a área e vou vistoriar de novo nessas denúncias
2502 que foram trazidas aqui. Nós vamos lá, vamos vistoriar, vamos vistoriar os cursos
2503 d’água tanto a montante quanto a jusante, vamos pedir os devidos laudos. Os
2504 senhores podem ter certeza de que isso vai ser feito. Outro ponto que eu acho
2505 importante, o conselheiro Claudinei solicitou uma informação da VG sobre a
2506 questão das consequências da retirada das pilhas, o que já aconteceu. Isso é
2507 muito importante também. No PCA que foi entregue no processo tem um estudo
2508 de incremento de estabilidade do desenvolvimento do descomissionamento das
2509 pilhas. Então, antes de a juíza autorizar, foi feito um estudo prevendo o incremento
2510 de segurança das pilhas conforme elas forem sendo retiradas. Então eu acho que
2511 é um ponto importante para o técnico falar aqui também, considerando as chuvas
2512 que tiveram. Eu anotei aqui os pontos que a advogada da Mitra trouxe. Eu acho
2513 que o Vitor respondeu todos eles. Só para deixar muito claro para os senhores o
2514 seguinte. O que foi analisado pelo órgão ambiental foi analisado pelos órgãos
2515 signatários antes. O cronograma tem que ficar muito claro na cabeça de todo
2516 mundo aqui. Teve a atividade equivocada, vamos falar assim, teve as discussões
2517 por vários anos, todos os signatários chegaram a um acordo. Nesse acordo se
2518 previa que o empreendedor iria elaborar estudos – eu até li a cláusula na minha
2519 fala anterior – conforme esse cenário 3, esses estudos iriam ser representados
2520 pelos órgãos que propuseram a ação (MPF, MPE e Iphan). Depois desses órgãos,
2521 que teriam 60 dias para se manifestar sobre a aprovação, o processo de
2522 licenciamento seria formalizado conforme esses estudos. Então não tem o que se
2523 falar em não ter cumprido o cenário 3. O cenário 3 é muito específico, ele tem
2524 volume certo. Está no PU 078. Tem tempo certo, tem até o cronograma certo, ‘a
2525 lavra vai ser feita’, se não me engano, ‘de leste para oeste’, tudo muito certinho.
2526 Não tem o que se falar. No Parecer Único tem até a ADA dos cenários. Se tivesse
2527 sido escolhido o cenário 1, que foi até o que DNPM escolheu à época, ‘a ADA
2528 seria essa’. Se fosse o cenário 2, ‘essa’. Cenário 3... Que é o que foi aprovado.
2529 Da mesma maneira que o Vitor disse, eu tenho muita segurança técnica para falar,
2530 o que está nos pareceres e o que foi aprovado é o cenário 3. Eu não tenho a
2531 menor dúvida técnica disso. Quanto às nascentes, eu acho importante citar isso

2532 também por causa da denúncia, que, mais uma vez, eu repito, nós vamos
2533 averiguar, pedir todos os estudos necessários. E o que eu já disse antes, o
2534 problema da drenagem pluvial já era conhecido, quem não conhece a área, é
2535 importante fazer uma vistoria lá para entender. É um lugar que teve a lava
2536 predatória mesmo. O que temos que discutir é como que vai se recuperar aquilo
2537 ali. O que tinha que ser discutido já foi discutido, o cenário 3. Tanto que isso tudo
2538 estava previsto. Quando pegamos aqui na página 37 do PU fala da preservação
2539 e proteção de nascente. Só citando: 'Entre as principais medidas propostas de
2540 revitalização e proteção das nascentes, retirada do excesso de sedimentos das
2541 nascentes que apresentam sinais assoreamento.' Estamos falando de uma
2542 nascente que já tem assoreamento, não estamos tratando aqui de uma atividade
2543 que vai ser feita, estamos falando aqui de um local que já teve essa atividade.
2544 Isso está muito claro nos pareceres. 'Isolamento das APPs no entorno de todas
2545 as nascentes', 'limpeza e enriquecimento da vegetação das APPs'. Nós estamos
2546 tratando de uma área impactada. Como já foi dito aqui, ninguém quer gerar
2547 impacto nos patrimônios históricos, todo mundo aqui quer ver a recuperação. A
2548 questão de a AVG ter procurado o empreendedor, a AVG até manifestou aqui
2549 também acerca disso. Realmente, nós colocamos uma condicionante, a
2550 condicionante 46 do parecer. 'Apresentar relatório técnico do programa de
2551 relacionamento com o Santuário Nossa Senhora da Piedade.' Isso foi uma
2552 condicionante que nós propusemos no nosso parecer, que foi aprovado pelo
2553 Conselho. Então realmente existe isso, é uma condição, mas vale reforçar o que
2554 o Vitor disse e deixar de uma maneira mais clara. Quando nós falamos aqui que
2555 a licença não tem efeitos, ela não tem efeitos para nada, nem para cumprimento
2556 de condicionante. Isso no nosso parecer do recurso ficou muito claro, não há que
2557 se falar em cumprimento ou não de condicionante ainda, porque a licença não
2558 tem efeito. Como que nós, órgão ambiental, vamos cobrar o cumprimento de uma
2559 condicionante de uma licença, se ela não tem efeito? Vamos pegar qualquer caso.
2560 E se a licença não tiver efeito como que nós cobramos aquilo ali? Por óbvio, o
2561 tempo de cumprimento de condicionante começa a partir do efeito da licença.
2562 Então a AVG cumpriu ou descumpriu alguma condicionante? Nós vamos verificar
2563 a partir do momento que ela tiver efeitos. Uma pergunta também que é importante
2564 responder, que é do conselheiro Evandro, que fala: considerando essas
2565 denúncias, qual é o posicionamento do Estado? Eu já falei, nós vamos averiguar,
2566 tomar todas as medidas. E eu vou reforçar o que eu disse do ponto de vista técnico
2567 de engenheiro de minas. O que é essencial? Precisa se colocar em prática o
2568 programa de drenagem pluvial que foi aprovado. Ele está condicionado hoje ao
2569 início da instalação, ele foi aprovado pelo acordo judicial, pelos órgãos. Ele foi
2570 analisado por nós, aprovado por esta Câmara e está condicionado ao início da
2571 instalação. Tecnicamente também, ele prevê melhorar as estruturas que já
2572 existem, da antiga Brumafer, prevê a construção de um novo Samp no local e
2573 prevê adequar os cortes. Por exemplo, se não me engano, a cava 1 não tem
2574 sistema de drenagem. Então, por óbvio, não está adequada a questão da

2575 drenagem lá. Prevê cortes iniciais com os ângulos que a NBR traz. E com o
2576 desenvolver da recuperação, a lavra concomitante, vão modificando esses
2577 ângulos. Então é importante isso, que vai ser reiniciada a instalação, vai continuar
2578 sendo executado durante a operação e até o fechamento. Inclusive, aquele
2579 programa que eu já citei também, que pode propor algumas adequações
2580 conforme for verificando na prática. Foi citado aqui sobre rebaixamento, isso é
2581 muito tranquilo, não tem rebaixamento de lençol, não tem outorga de
2582 rebaixamento, não está previsto rebaixamento de lençol. Eu acredito que nós
2583 tenhamos respondido tudo.” Conselheiro Evandro Carrusca de Oliveira: “Eu
2584 trabalhei na FEAM, na implantação de postos de combustíveis, trabalhei cinco
2585 seis anos com áreas contaminadas por postos de combustíveis na FEAM. E uma
2586 das coisas que eram norma era a autodenúncia. Eles fizeram uma intervenção
2587 pós-acidente sem vocês estarem sabendo. Eles são dono do passivo,
2588 independente de terem começado ou não. Esse passivo é deles. Então eu queria
2589 saber qual é essa relação entre o órgão ambiental e a empresa nessa intervenção
2590 de um passivo ambiental. Porque no nosso caso existia, inclusive, autuação por
2591 causa de não comunicar ‘aconteceu isso’. E vocês ficaram surpresos, porque,
2592 também como eu, ficaram sabendo disso aqui agora. Eu somente queria saber
2593 como fica esse cenário.” Hidelbrando Canabrava Rodrigues Neto/SEMAD: “Nós
2594 recebemos essa denúncia hoje e vamos averiguar. Como que funciona? São as
2595 obras emergenciais. Uma chuva dessa escala, são as obras emergenciais. A
2596 norma fala que tanto para intervenção em recursos hídricos quanto para
2597 intervenção em Agenda Verde, APP, por exemplo, eles têm que fazer a
2598 regularização corretiva, e ela dá 90 dias para formalização desse processo. No
2599 momento da fiscalização – nós vamos até o local –, se for detectada alguma
2600 intervenção, certamente, nós vamos cobrar essa regularização corretiva, que eles
2601 têm 90 dias para formalizar.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:
2602 “Conselheiros, tem mais algum destaque em relação ao ponto? Não havendo, vou
2603 colocar em votação. Senhores conselheiros, item 6.1 da nossa pauta, AVG
2604 Empreendimentos Minerários Ltda., processo administrativo 151/1987/015/2013.
2605 Por favor, se manifestem. O voto é sempre conforme o parecer emitido pelo órgão
2606 ambiental. O parecer emitido pelo órgão ambiental é pelo indeferimento do
2607 recurso, ou seja, não é pela reconsideração e, sim, manutenção da licença
2608 concedida. Ok? Votos favoráveis ao parecer da Superintendência: Crea, Ibama,
2609 Federaminas, Segov, Sindiextra, ANM, Ibram, Sedese, Sede e Codemig. Voto
2610 contrário: Cefet. Ausência: Fonasc. Evandro, por favor, manifeste seu voto
2611 contrário, conforme exigência do Regimento Interno.” Conselheiro Evandro
2612 Carrusca de Oliveira: “Eu estou sendo coerente com a minha colega professora
2613 Adriana, que no primeiro momento foi contrária à aprovação, exatamente pelo fato
2614 de que achávamos que deveria se separar a Licença Prévia da Licença de
2615 Instalação. Isso em função de muitas dúvidas que ficaram e que eu acho que na
2616 Licença Prévia é que seriam melhor trabalhadas. Porque, a partir do momento
2617 que com essas dúvidas já está autorizado implantar, ficaria difícil considerar muita

2618 coisa aí. Então eu estou sendo coerente com o primeiro voto, de buscar a
2619 separação de Licença Prévia de Licença de Instalação.” **7) ENCERRAMENTO.**
2620 Não havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente Yuri Rafael de
2621 Oliveira Trovão agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão,
2622 da qual foi lavrada esta ata.

2623

2624

2625

2626

2627

2628

APROVAÇÃO DA ATA

Yuri Rafael de Oliveira Trovão
Presidente da Câmara de Atividades Minerárias